POVO LIVRE

PSD

n.º 2087

2 de janeiro de 2020

Diretor: José Cancela Moura | Periodicidade Semanal - Registo na ERC | n.º 105690 - Propriedade: PSD | Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, n.º 9, 1249-087 LISBOA
Estatuto editorial: https://www.psd.pt/wp-content/uploads/2019/02/estatuto-editorial-POVO-LIVRE.pdf

DIREÇÕES DE CAMPANHA FORMALIZAM CANDIDATURAS ÀS DIRETAS



As direções de campanha de Rui Rio, Luís Montenegro e Miguel Pinto Luz procederam à entrega das propostas de estratégia global ao Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional, José Nunes Liberato, na sede nacional, em Lisboa. O Regulamento da eleição estabelece que as candidaturas a Presidente do PSD devem ser subscritas por um mínimo de 1.500 militantes com capacidade eleitoral, só podendo cada militante subscrever uma única candidatura


pág. 4

PARLAMENTO

800 MILHÕES PARA O SNS "NÃO CHEGAM PARA PAGAR AS DÍVIDAS VENCIDAS"

Numa análise à mensagem de Natal do Primeiro-Ministro, Ricardo Baptista Leite lamentou o vazio de promessas do Governo, quando o reforço anunciado para o SNS nem sequer chega "para pagar as dívidas vencidas"


pág. 6

LOCAIS

PSD DE COIMBRA ACUSA PRESIDENTE DA CÂMARA DE PREPOTÊNCIA E CENTRALISMO

Carlos Lopes, líder do PSD de Coimbra, acusou o presidente do município de autoritarismo e prepotência, depois de o orçamento municipal ter sido rejeitado


pág. 7

REGIONAIS

PSD/AÇORES QUESTIONA GOVERNO REGIONAL SOBRE SEGURANÇA NA LAJINHA

Os deputados do PSD/Açores eleitos pelo Faial questionaram o governo regional sobre a segurança da zona da Lajinha, atingida pelo furacão Lorenzo em outubro



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

DO CORVO PARA SÃO BENTO

A partir da mais pequena e longínqua ilha do arquipélago dos Açores, o Corvo, onde residem 450 habitantes, à distância de 1.890 quilómetros atlânticos de Lisboa, o Presidente da República proferiu a habitual mensagem de Ano Novo.

Marcelo Rebelo de Sousa apontou os cinco faróis que devem nortear um Governo que, apesar de ter apenas dois meses de vida, revela uma trajetória errática e preocupante. O combate às desigualdades e às "chocantes manchas de pobreza", "os estrangulamentos na saúde", a segurança e valorização das Forças Armadas, "símbolo de identidade nacional e garantes da autoridade democrática", o conhecimento e o investimento são as prioridades para, segundo o Presidente, "converter a esperança em realidade", não obstante a escassez de recursos do País.

Basicamente, o chefe de Estado exige ação urgente e continuada de um Executivo que não tem qualquer desígnio estratégico, que adia reformas e é incapaz de promover políticas mais solidárias e mais próximas das pessoas. Numa mensagem que é também um sinal de amizade ao "povo açoriano", que é também parte da nossa história comum, o Presidente da República sublinha que "2020 será um ano de começo de um novo ciclo no mundo, na Europa e em Portugal", e espera, por isso, um "Governo forte, concretizador e dialogante", que, não tendo maioria absoluta, deve ter a capacidade de construir pontes com os partidos da oposição.

A mensagem presidencial não pode ter uma análise simplista, género o copo meio cheio ou meio vazio. Da ilha do Corvo para o Palácio de São Bento, nas entrelinhas e mesmo dito com todas as letras dos 8.13 minutos de declaração, o chefe de Estado denunciou um Executivo fechado, em estado de deslumbramento e que manifesta a mais completa dessintonia com a realidade, onde o setor da saúde é a principal prova de fracasso. "Concentremo-nos, em 2020, na saúde, na segurança, na coesão e inclusão, no conhecimento e no investimento", adverte o chefe de Estado.

Recordemos o que disse o mesmo presidente na mensagem do ano passado: "Podemos e devemos ter a ambição de ultrapassar a condenação de um de cada cinco portugueses à pobreza e a fatalidade de termos Portugais a ritmos diferentes, com horizontes muito desiguais". 365 dias depois, o que é que foi feito? O que é que está diferente?

Os socialistas sabem que a mensagem presidencial constitui um verdadeiro puxão de orelhas ao Governo, porquanto Portugal, em 2020, não pode continuar a marcar passo e ser o mesmo país de 2019. O sucesso do défice ilude o PS com bastante facilidade, mas a máquina fiscal, qual rolo compressor dos rendimentos das pessoas, encarrega-se de as manter numa dura e difícil realidade. Acabou formalmente a aliança tática das esquerdas, mas o pós-geringonça, decididamente, está a arrastar-nos para uma ilusão político-social.

DIREÇÕES DE CANDIDATUR



CAMPANHA FORMALIZAM AS ÀS DIRETAS



As direções de campanha de Rui Rio, Luís Montenegro e Miguel Pinto Luz procederam à entrega das propostas de estratégia global ao Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional, José Nunes Liberato, na sede nacional, em Lisboa.

Foram assim formalizadas as candidaturas à presidência da Comissão Política Nacional (CPN) do PSD, com a entrega de assinaturas e dos orçamentos de campanha. De acordo com o Regulamento, as candidaturas a Presidente da CPN devem ser subscritas por um mínimo de 1.500 militantes com capacidade eleitoral, só podendo cada militante subscrever uma única candidatura.

A candidatura de Rui Rio entregou a sua proposta de estratégia global, além do orçamento de campanha, na passada sexta-feira, 27 de dezembro, na sede nacional do PSD. Na segunda-feira de manhã, foi a vez de Luís Montenegro, e de Miguel Pinto Luz, pela tarde, formalizarem as suas candidaturas.

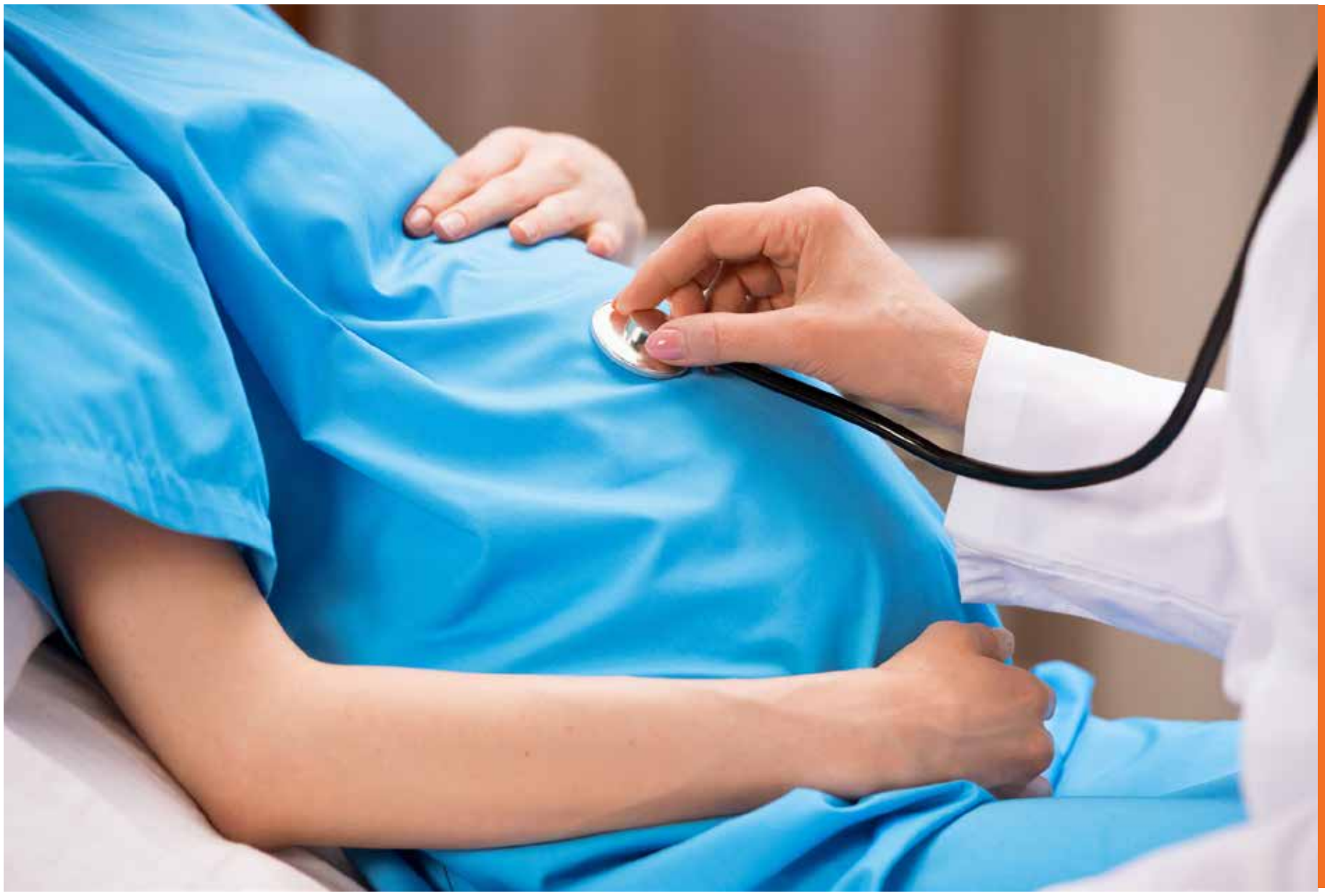
Na passada segunda-feira, dia 30 de dezembro, terminou o prazo para entrega das candidaturas à liderança do PSD. Compete ao Conselho de Jurisdição Nacional "receber as candidaturas a presidente da Comissão Política Nacional, assegurar a transparência, garantir a imparcialidade e fiscalizar a regularidade do processo eleitoral", estabelecem os estatutos do PSD.

As eleições diretas decorrem no dia 11 de janeiro de 2020 e o 38.º Congresso Nacional decorrerá entre 7 e 9 de fevereiro na cidade de Viana do Castelo. 40.422 militantes estão em condições de votar na eleição do Presidente do PSD.

O "Povo Livre" publica as propostas de estratégia global na presente edição.

Ricardo Baptista Leite

800 MILHÕES PARA O SNS "NÃO CHEGAM PARA PAGAR AS DÍVIDAS VENCIDAS"



Na mensagem de Natal aos portugueses, o Primeiro-Ministro repetiu "palavras que, infelizmente, não se têm traduzido em atos", como a promessa de investimento de 800 milhões de euros para corrigir a suborçamentação do Serviço Nacional de Saúde, quantia que Ricardo Baptista Leite explicou não chegar "para pagar as dívidas vencidas".

"Temos hospitais a acumularem dívida na ordem de dois milhões de euros por dia, temos listas de espera a crescer para consultas e cirurgias e, para exames complementares, só sabemos os relatos dos doentes" por falta de dados oficiais, descreve o deputado e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD. "Até doentes oncológicos à espera de uma ressonância magnética e de uma TAC muitas vezes com meses, senão anos" existem no SNS. Mas a mensagem de Natal do primeiro-ministro não passou de "promessas para o ano que vem".

Já no Orçamento do Estado para 2019, "em ano eleitoral", o Governo tinha prometido "uma série de reforços em termos de saúde", apontou Ricardo Baptista Leite. "Aquilo que se verifica, em outubro passado, é que já havia um défice face àquilo que tinha sido orçamentado superior a 500 milhões de euros", recordou para questionar a nova promessa de António Costa. "Vem agora o senhor primeiro-ministro dizer que, para 2020, promete mais 800 milhões, comparando não aquilo que está a ser executado mas aquilo que foi orçamentado no ano passado?"

Incapaz de resolver os "problemas de financiamento e problemas de gestão", António Costa deixa para trás promessas já feitas, continuando a haver mais de 700 mil pessoas sem médico de família atribuído. "Esperávamos" que o primeiro-ministro tivesse sublinhado a promessa da ministra da Saúde "de garantir que todos os portugueses em listas de espera para consultas e cirurgias" há mais de ano vejam essa situação resolvida até ao final de 2019, acrescentou.

PRIMEIRO-MINISTRO FALA EM UNIDADE SEM DOENTES

"Vivemos, neste momento, uma situação de caos em muitos serviços de urgência deste país", apontou ainda, lamentando que o primeiro-ministro tenha escolhido "um centro de saúde sem doentes" para se dirigir ao País. "Podia ter escolhido um dos muitos serviços de urgência em que agora que estamos a atingir o pico da gripe" e que não conseguem dar-lhe resposta.

Mas as palavras do Primeiro-Ministro "não passam de propaganda", além de ignorarem as dificuldades sentidas pelos profissionais do Serviço Nacional de Saúde. "Temos médicos a assinarem termos de escusa de responsabilidade a dizerem 'nós não temos condições mínimas para tratar os doentes'", sintetizou o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

PSD PEDE APRECIAÇÃO PARLAMENTAR DO DIPLOMA QUE ALTERA O REGIME DAS PPP

O PSD pediu a apreciação parlamentar do diploma que altera o regime das Parcerias Público-Privadas (PPP), considerando que as modificações introduzidas diminuem a transparência do processo.



O PSD salienta que, com as alterações introduzidas, a generalidade das decisões relativas às parcerias público-privadas passa a ser tomada em Conselho de Ministros, através de resolução do Conselho de Ministros, "tendo como consequência uma clara diminuição dos poderes do ministro das Finanças". "Por outro lado, uma matéria tão relevante como a dos pressupostos do lançamento e adjudicação do contrato de parceria – 16 pressupostos que se encontravam elencados e claramente identificados, devendo ser observados em todas as parcerias público-privadas – deixa de constar da legislação e passa a ser definida, para cada parceria, por resolução do Conselho de Ministros", acrescentam.

O PSD refere ainda que "são substancialmente reduzidos" os elementos que devem constar obrigatoriamente da resolução do Conselho de Ministros que aprova o lançamento da parceria. "É, assim, entendimento do grupo parlamentar do PSD que as alterações agora introduzidas têm como consequência o aumento da discricionariedade na constituição das PPP e a diminuição da transparência que deve, necessariamente, envolver todo o processo de decisão e acompanhamento das mesmas", sublinham.

PSD DENUNCIA "INDÚSTRIA DE INTERMEDIÁRIOS" NOS CONSULADOS NO BRASIL



O PSD denunciou a proliferação de "uma verdadeira indústria de intermediários" que resulta das dificuldades de acesso dos portugueses ao agendamento de atos consulares em vários postos no Brasil e questionou o Governo sobre esta matéria.

Numa pergunta dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros, os deputados José Cesário, ex-secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, e Carlos Alberto Gonçalves dão conta de constrangimentos no funcionamento dos consulados no Brasil, particularmente no Consulado Geral de São Paulo. "O acesso ao sistema de agendamento de atos de registo civil e de nacionalidades é praticamente impossível para qualquer cidadão normal", lê-se no texto que acompanha a pergunta dos sociais-democratas ao Governo.

Em virtude destes constrangimentos, "está a proliferar uma verdadeira indústria de intermediários, os chamados despachantes, que afirmam tratar do mais variado tipo de atos consulares em troca de pagamentos inacessíveis para os membros mais humildes da comunidade".

José Cesário refere que verificou durante a iniciativa do "Portugal Fest", evento que contou com o patrocínio do Consulado-Geral de São Paulo, a existência de stands de empresas que se dedicam a este "tipo de negócio".

O PSD quer saber se o Governo "tem consciência que se está a desenvolver hoje uma nova rede de negócio em resultado das dificuldades de acesso ao agendamento de atos consulares em vários postos do Brasil e, mais recentemente, de forma especial, na área de São Paulo" e se tem conhecimento da presença desta oferta na última edição do "Portugal Fest".

"Que mudanças pensa o Governo fazer no domínio do atendimento dos nossos consulados no Brasil, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, de forma a permitir um atendimento normal dos cidadãos que têm de recorrer a estes serviços?", questionou o PSD.

PSD DE COIMBRA ACUSA PRESIDENTE DA CÂMARA DE PREPOTÊNCIA E CENTRALISMO



O líder do PSD de Coimbra acusou o presidente do município de autoritarismo e prepotência, depois de o Orçamento ter sido chumbado em Assembleia Municipal, mostrando abertura para uma moção de censura.

A rejeição do Orçamento da Câmara de Coimbra para 2020, na sexta-feira, em Assembleia Municipal, é "o culminar da incapacidade gritante do PS e de Manuel Machado [presidente do executivo] em gerar consensos", apresentando uma visão "autoritária, centralista e prepotente", afirmou, dia 30 de dezembro, o presidente da concelhia do PSD de Coimbra, Carlos Lopes.

Para o líder da concelhia, que falava numa conferência de imprensa na sede local do partido, a cidade está "bloqueada não por esta oposição", mas por um executivo liderado por um PS "sem qualquer capacidade de diálogo".

Carlos Lopes recordou que cerca de 65% dos eleitores que votaram nas autárquicas de 2017 não votaram no PS, frisando que, caso o PS insista "em ser bloqueio, Coimbra será certamente capaz de escolher uma solução", com o PSD "pronto para ser a solução".

O presidente do PSD de Coimbra explicou que caso o PS não consiga resolver a situação e "gerar consensos", os sociais-democratas estão abertos a apresentar uma moção de censura, tal como apresentaram em novembro de 2018, na altura chumbada por PS e CDU. "O PSD está a dizer à cidade que, como maior partido de oposição, está preparado para assumir as responsabilidades que lhe forem exigidas. Se o PS não tiver capacidade de gerar consensos, a única solução que nos parece tirar deste bloqueio é efetivamente eleições intercalares", vincou.

De acordo com Carlos Lopes, o PSD apresentou há um mês 10 propostas para as Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2020 da Câmara de Coimbra, mas não obteve qualquer resposta do PS, voltando a não ter tido qualquer contacto dos socialistas já depois do chumbo, na sexta-feira.

O Orçamento da Câmara de Coimbra, no montante de 150,8 milhões de euros, foi rejeitado com 26 votos contra – do PSD, CDS-PP, CDU, PPM, MPT e movimentos Somos Coimbra e Cidadãos por Coimbra – e 24 a favor (23 da bancada socialista e um da CDU), registando-se ainda uma abstenção de um autarca do PSD.

PSD/AÇORES QUESTIONA GOVERNO REGIONAL SOBRE SEGURANÇA NA LAJINHA

Os deputados do PSD/Açores eleitos pelo Faial questionaram o governo regional sobre a segurança da zona da Lajinha, atingida pelo furacão Lorenzo em outubro, para "apurar se foi realizada alguma avaliação de segurança" após a tempestade. "A violência com que a tempestade atingiu aquela zona fez aumentar a preocupação da população e dos deputados signatários quanto à segurança da área", sublinham os deputados social-democratas Carlos Ferreira e Luís Garcia.

Num requerimento entregue no parlamento açoriano, os dois deputados recordam que em 2015 "passou a ser proibida a circulação de veículos pesados no setor entre a Rua das Canadinhas e a rotunda da Feteira, atendendo à especificidade daquela zona".

Os parlamentares citam uma resposta do governo regional (PS) ao Conselho de Ilha do Faial, "no passado mês de abril, em que a Secretaria Regional de Transportes e Obras Públicas declara que esta área "apresenta fenómenos de erosão costeira bastante intensos, que se traduzem pela existência de cavidades" e que "já se encontrava agendada para o segundo trimestre de 2019 uma nova vistoria ao local".

Em 2 de outubro, o Faial foi atingido pelo furacão Lorenzo, que "afetou com grande intensidade a costa sul da ilha, incluindo a zona da Lajinha e as suas conhecidas furnas".

Os deputados pretendem saber se "o Laboratório Regional de Engenharia Civil efetuou a vistoria programada para o segundo trimestre de 2019" e se "após a passagem do furacão Lorenzo foi realizada nova avaliação".

Para o PSD, "importa ter garantias de segurança, ao nível da circulação rodoviária na estrada regional" e na "implantação das residências existentes".



Por sua vez, Paulo Moniz, deputado social-democrata, pediu ao Presidente da República para interceder junto do Governo na criação de um regime de isenção de Segurança Social para os empresários das Flores e do Corvo. "A execução desta medida confirmará que a solidariedade nacional, demonstrada imediatamente a seguir à passagem do furacão Lorenzo, perdura até ao regresso à normalidade nas ilhas das Flores e Corvo", afirmou o deputado da Assembleia da República Paulo Moniz, em carta aberta enviada a Marcelo Rebelo de Sousa.

O deputado do PSD assinala que em 14 de novembro questionou o Primeiro-Ministro, através de pergunta escrita, acerca da criação deste regime de isenção de Segurança Social para os empresários daquelas ilhas.

A passagem do furacão Lorenzo pelos Açores causou a destruição total do Porto das Lajes das Flores, o que colocou em risco o abastecimento ao grupo Ocidental, composto pelas ilhas das Flores e do Corvo. Os empresários da ilha das Flores admitiram encerrar estabelecimentos por falta de mercadorias. No total, o mau tempo provocou prejuízos de cerca de 330 milhões de euros, segundo o executivo regional, sendo que o Governo da República irá assumir 85% desse valor. Durante a passagem do Lorenzo pelos Açores foram registadas 255 ocorrências e 53 pessoas tiveram de ser realojadas.

GOVERNO DEVE "PARAR DE FINGIR" O PROBLEMA DA SATA

A Comissão Política do PSD da ilha do Faial apelou ao bom senso dos técnicos de manutenção da SATA e exigiu o fim do silêncio do governo regional. Recorde-se que aqueles profissionais estiveram em greve durante três dias em dezembro, causando uma situação verdadeiramente dramática para centenas de faialenses e açorianos de outras ilhas.

Tendo por base a situação muito difícil que viveram centenas de passageiros do Faial e de outras ilhas, a estrutura de ilha reitera o pedido feito pela estrutura regional e volta a apelar aos trabalhadores "para que cessem de imediato a greve e deem uma demonstração de boa vontade e uma lição à tutela".

Mas os social democratas faialenses vão mais longe e exigem também ao governo que "pare de fingir que não tem nada a ver com o assunto e acorde para o problema".

"O governo é o único dono da SATA. Nunca devia ter deixado a situação chegar a este ponto e agora não pode assobiar para o lado como se nada se estivesse a passar, enquanto há centenas de pessoas que não sabem se vão estar com os seus familiares na noite de Natal", afirma o comunicado.

Para o PSD/Faial, o governo tem que dirigir uma palavra aos técnicos de manutenção da SATA e assumir o compromisso de se sentar à mesa de negociações no início do janeiro, e aqueles trabalhadores devem ponderar o sacrifício que estão a impor aos açorianos nesta época especial e apelamos a que suspendam de imediato a greve, no sentido de em janeiro se poder encontrar uma solução equilibrada para todas as partes.



PSD/AÇORES DEFENDE AVALIAÇÃO RIGOROSA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE LEITE



O deputado do PSD/Açores António Almeida entregou no parlamento regional uma proposta para que seja feita uma "avaliação rigorosa" dos custos de produção de leite em todas as ilhas, com o objetivo de garantir que as políticas públicas conduzam ao aumento de rendimento e competitividade das explorações. "É premente o estudo atual do custo de produção por litro de leite, o impacto da afetação dos apoios públicos no rendimento dos produtores, nos proveitos das explorações leiteiras e consequentemente nos resultados do exercício da atividade. O estudo deve considerar não apenas a dimensão das explorações leiteiras, mas também o modelo de exploração e de produção e a ilha onde se situa, atentos os fatores diferenciadores e o impacto dos preços de mercado na determinação dos custos e proveitos dessas explorações leiteiras", refere o projeto de resolução entregue pelo grupo parlamentar social-democrata.

Segundo António Almeida, "a determinação dos modelos de produção leiteira e dos sistemas de apoio, da respetiva modulação na atribuição de apoios públicos ao investimento e da definição dos níveis de subsidiação para cada tipologia de exploração, adequada a cada ilha e localidade, decorre da avaliação rigorosa dos custos de produção por litro de leite, da dimensão económica das explorações leiteiras, do risco de ineficiência técnica, económica e financeira".

"Com o desconhecimento generalizado dos custos de produção por litro de leite, em todas as ilhas e em todos os modelos de exploração leiteira, não será possível adequar as políticas aos objetivos pretendidos", sublinhou.

A proposta do PSD/Açores recomenda que o Governo Regional, em parceria com a Universidade dos Açores, elabore "estudos adequados" com vista à identificação dos "custos médios de produção por litro de leite, em cada ilha dos Açores, para os diversos modelos de exploração leiteira e por escalões de dimensão das explorações", bem com a "determinação e a caracterização dos modelos preferenciais de exploração para a produção leiteira, em cada ilha".

"A avaliação quantitativa e qualitativa das explorações leiteiras dos Açores, e em cada ilha, é determinante para a assunção de medidas de reestruturação, de mitigação de fatores influenciadores dos resultados e da condição de vida dos produtores e da competitividade das indústrias", referiu António Almeida.

Para o deputado social-democrata, a atual situação do setor do leite e laticínios nos Açores e a imprevisibilidade dos mercados fornecedores de fatores de produção agrícolas e dos mercados consumidores de leite e de produtos lácteos, "exigem uma atenção exigente, especializada e adequada".

"A dimensão do impacto na economia dos Açores de uma quebra acentuada e sistemática do rendimento dos produtores e da perda de competitividade das indústrias de laticínios, nomeadamente das queijarias tradicionais, com um papel relevante em algumas ilhas e localidades açorianas, obriga ao estudo aprofundado dos fatores que condicionam a eficiência económica e a competitividade dessas empresas", afirmou António Almeida.




PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

nº 1330 - 16 de Julho 2003 - Preço 0,75 €

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E- Mail: povolivre@psd.pt

Portugal recebe Presidente do Brasil

Europa
o Futuro,
m Évora
(Página 8)

José Luís Arnaut
preside à Comissão
Estratégica dos Oceanos
(Página 14)

Grande empresa nacional
confia na recuperação
e investe 35 milhões
(Página 15)

"Fórum dos Embaixadores"
reúne no Douro
com Ministro do Ambiente
(Página16)

Edição n.º 1330 do "Povo Livre" | de 16 de julho de 2003.

"Portugal recebe Presidente do Brasil". O Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, efetuava uma visita de Estado de dois dias a Portugal, durante a qual foram assinados acordos para facilitar a circulação de cidadãos entre os dois países.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

SECÇÕES

MIRANDELA

Por deliberação da Mesa da Assembleia, convoca-se os militantes desta Secção, para reunirem no dia 15 de fevereiro (sábado) de 2020, entre as 14H00 e as 20H00, na Sede do PSD, sita na Avenida 25 de Abril, nº 273, 1º andar, Mirandela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
1. Eleição da Comissão Política de Secção de Mirandela.
Notas: As listas candidatas à Comissão Política de Secção deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 11 de fevereiro de 2020 (terceiro dia anterior ao ato eleitoral).

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 3 de fevereiro (segunda-feira) de 2020, pelas 18H00, na Sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212-3º Sala 14, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.
Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da Secção.
As urnas estão abertas das 18H00 às 20H00.

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata
de 7, 8 e 9 de Fevereiro de 2020

RUI RIO

PORTUGAL AO CENTRO

PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA


PSD

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata
de 7, 8 e 9 de Fevereiro de 2020

Só há um caminho para percorrer: aquele que de forma mais eficaz e sustentada conduza o PSD ao Governo de Portugal e Rui Rio ao cargo de Primeiro-ministro. Não se trata de um mero desígnio partidário ou de uma ambição pessoal, tão só o reconhecimento que os Portugueses merecem um governo que os sirva melhor e de políticas que respondam às reais necessidades de desenvolvimento do país.

Não nos resignamos ao lento definhar das instituições, à perda de qualidade de vida e do bem-estar dos Portugueses, à estagnação da economia e à perda da nossa competitividade externa, ao descalabro dos serviços públicos e à falência do Serviço Nacional de Saúde, ao crescente sufoco fiscal e ao *deficit* de oportunidades que empurra todos os anos dezenas de milhares de Portugueses para a emigração.

Não há alternativa ao atual Governo de Maioria de Esquerda que não passe pelo PSD. Queremos liderar essa alternativa e construir um programa de ação e uma estratégia que mereçam a confiança dos Portugueses. Para isso, precisamos de fazer opções claras e de nos apresentarmos unidos e mobilizados em torno de um propósito comum: servir Portugal e os Portugueses com um projeto que nos devolva a esperança num futuro melhor.

RUI RIO

PORTUGAL AO CENTRO

PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata
de 7, 8 e 9 de Fevereiro de 2020

RUI RIO

PORTUGAL AO CENTRO

PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ÍNDICE

6 1. ENQUADRAMENTO DAS GRANDES LINHAS DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA

8 2. A ATUAL SITUAÇÃO POLÍTICA

23 3. PILARES DE UMA ESTRATÉGIA SUSTENTADA DE VITÓRIA

1. Enquadramento das grandes linhas de orientação política

A presente moção de estratégia enquadra-se nas grandes linhas de orientação política que distinguem e situam o Partido Social Democrata no espectro das opções políticas, ideológicas e programáticas do sistema partidário português.

O PSD é herdeiro de um legado político construído sobre os pilares dos seus princípios fundadores e incorpora a cultura política e os adquiridos da sua governação que permitiram transformar Portugal numa sociedade aberta, dinâmica e moderna ao longo dos últimos 45 anos do regime democrático.

Neste sentido, a presente moção de estratégia a ser presente ao XXXVIII Congresso Nacional mobiliza os princípios, os valores, as conceções e os programas que estruturam a ação política do PSD nos últimos dois anos e relança as grandes linhas de atuação que pretendemos desenvolver no próximo biénio. Os referenciais dessa ação política estão expressos nos seguintes documentos:

1.1. O **Programa do PSD**, na sua versão mais recente, aprovado no XXXIV Congresso de Março de 2012, reafirma os valores fundamentais e os princípios orientadores da ação política.

1.2. A **Moção de Estratégia aprovada no XXXVII Congresso de Fevereiro de 2018** que constituiu o principal referencial na atuação do PSD nos últimos dois anos e cujo alcance vai muito para além da duração do mandato da atual direção. Nesse sentido, as ideias estruturantes que então foram definidas e sufragadas por unanimidade pelos delegados ao Congresso mantêm-se atuais.

1.3. O **Programa Eleitoral das Eleições para o Parlamento Europeu de Maio de 2019**, que concretiza as grandes opções e medidas que os candidatos ao Parlamento Europeu apresentaram a sufrágio e que identificam as grandes opções defendidas pelo PSD para a política das instituições europeias.

1.4. O **Programa Eleitoral das Eleições Legislativas de Outubro de 2019**. Produto do trabalho desenvolvido pelo Conselho Estratégico Nacional, o Programa Eleitoral de 2019 representa o compromisso do PSD com o seu eleitorado e abarca as reformas e as medidas consideradas indispensáveis para fazer sair Portugal do modesto crescimento que temos registado e das limitações reais à liberdade e salvaguarda dos direitos dos cidadãos.

2. A atual situação política

2.1. As consequências de quatro anos de governação socialista

Todos estão lembrados das condições excecionais em que se formou o XXI Governo Constitucional. Pela primeira vez em Portugal o partido mais votado (PSD) não conseguiu formar governo por rejeição de uma maioria parlamentar de esquerda que obrigou a recorrer a uma solução governativa liderada pelo Partido Socialista e apoiada pelos partidos políticos que haviam aprovado a moção de rejeição.

A inédita solução governativa representou uma rutura com as práticas instituídas, para mais se considerarmos que a sua viabilização se fez através de acordos bilaterais de incidência parlamentar de alcance pouco transparente. Na prática tivemos um governo socialista apoiado por uma maioria de esquerda cuja estabilidade e coerência era questionável na opinião pública, facto que generalizou a designação de *geringonça*.

A palavra chave da governação socialista foi "reversão" como contraponto às medidas de austeridade do Governo anterior e os pontos críticos centravam-se invariavelmente nas negociações em torno dos sucessivos Orçamentos de Estado e alguns diplomas que representavam as bandeiras ideológicas da esquerda.

O anúncio do fim da austeridade e a aparente "reposição" de rendimentos foram, neste contexto, a maior das ilusões criadas pela maioria de esquerda. Pressionados pela necessidade de ajustamento orçamental, por um lado, e as pretensões despesistas

dos seus parceiros, por outro, o Governo Socialista recorreu ao aumento inusitado dos impostos, especialmente os indiretos, e às cativações da despesa cujos efeitos se traduziram em:

- A maior carga fiscal jamais registada na história das finanças públicas portuguesas.

- O mais reduzido nível de investimento público, inferior mesmo ao registado no período de maior austeridade. Para conter as reivindicações dos seus parceiros o Governo Socialista recorreu quase sempre à sobreorçamentação, gerindo o controlo do *deficit* através de cativações e da capacidade de extração fiscal.

- A degradação dos serviços públicos, quer pela desvalorização dos recursos humanos quer pela deterioração das infraestruturas e pela incapacidade de resposta do Estado às necessidades de serviço e proteção das populações.

- Depreciação das funções de soberania, nomeadamente segurança e defesa nacionais, bem como de funções sociais com grande impacto nos serviços à população, como é o caso da saúde e da educação.

A focagem na gestão de curto prazo relegou para a insignificância qualquer esforço para proceder às reformas que a economia e a sociedade exigiam. Portugal continua a enfrentar problemas estruturais que só uma ação concertada e sustentada poderá superar.

Os problemas do declínio demográfico e da natalidade, o sistema de justiça, a sustentabilidade da segurança social, o Serviço Nacional de Saúde, a educação de infância, a competitividade da economia, estão, entre muitos outros, carentes de respostas sem que durante a legislatura se tenha lançado qualquer reforma estrutural.

À medida que os anos se sucedem sem que se lancem essas reformas esses problemas tendem a agravar-se e a assumir proporções que tornam mais complexas e difíceis de concertar as

soluções e mais impopulares as medidas indispensáveis. Adiar ou iludir tem sido a prática generalizada do Governo Socialista. Mas os problemas persistem e sempre que emergem na opinião pública o Governo inventa mais um paliativo que remedeia, mas não resolve.

Perguntar-se-á por que razão conseguiu este Governo completar a legislatura sem percalços de maior que pusessem em causa a sua continuidade?

Em primeiro lugar, pelo apoio efetivo dos partidos de esquerda representados no Parlamento que se tornaram responsáveis pela política seguida e pela situação criada.

Em segundo lugar, por uma inegável conjuntura favorável em termos europeus e internacionais.

Nos últimos cinco anos a economia mundial cresceu ao ritmo de 3 a 4% ao ano, as economias avançadas, à semelhança da União Europeia, entre 2 e 3%. As economias da Área do Euro, tiveram um crescimento mais modesto entre 1,5 e 2,5%.

Neste período, Portugal cresceu ligeiramente acima da média europeia, mas claramente abaixo dos países cujas economias estão mais próximas do nosso nível de riqueza. Esta dualidade expressa-se no facto de termos crescido um pouco mais que a média europeia, mas simultaneamente termos perdido posições no ordenamento dos países europeus.

Perdemos competitividade externa e vimos reduzido o saldo da balança comercial que até 2017 teve um crescimento assinalável.

O investimento em percentagem do PIB aumentou não mais de 2 pontos percentuais e mantem-se aquém dos níveis anteriores à recessão. A prioridade dada ao consumo interno e o *deficit* de confiança nas forças políticas que sustentam o atual governo, minimiza os efeitos do que deveria ser um dos motores do crescimento económico.

A conjuntura favorável registada entre 2013 e 2017 está mais afastada e a desaceleração da economia torna-se notória, limitando as expectativas e a confiança dos Portugueses em relação aos próximos anos.

Perante o quadro criado, o Governo adotou uma política de eleitoralismo distributivo, privilegiando estratos e grupos que lhe pudessem ser mais favoráveis à sua manutenção no poder, ao confronto eleitoral e que pudessem alavancar uma ambicionada maioria absoluta.

Durante os quatro anos da legislatura o Governo do Partido Socialista construiu uma poderosa central de informação que lhe permite marcar as agendas dos órgãos de comunicação social, ocupar com intervenções planeadas ao pormenor todos os canais de informação, condicionar e estancar a informação que não lhe é favorável e montar autênticas operações de dramatização mediática cujo aparato ultrapassa tudo o que alguma vez foi observado na história da democracia portuguesa. O que se passou com a chamada crise dos professores e com a greve dos camionistas em Maio e Agosto de 2019, em plena fase pré-eleitoral, é bem revelador desse poder de ocupação e controlo da agenda mediática, bem como de condicionamento da opinião pública.

A mesma lógica está presente na forma como o Governo e o Partido Socialista ocupam e exercem o poder. Comportam-se como se fossem donos do Estado, distribuindo cargos e empregos por clientelas e parentelas, protegendo poderes corporativos e tendo sempre à sua volta os que direta ou indiretamente vivem dos favores e facilidades desse mesmo Estado.

2.2. A aritmética parlamentar saída das eleições Legislativas de 2019

Foi no contexto acima descrito que o Partido Socialista e o Governo de António Costa construíram a ideia de uma maioria absoluta nas eleições legislativas de 2019. Esse objetivo foi traçado desde muito cedo e manteve-se presente até ao dia das eleições. A maioria dos comentadores alimentaram esse cenário e todos os dirigentes do Partido Socialista recorriam às mais diversas expressões para não explicitar o que realmente desejavam.

Os resultados apurados colocaram o PS muito longe da votação necessária a essa maioria absoluta (diferença de oito deputados).

As eleições para o Parlamento Europeu, de 26 de Maio de 2019, já haviam denunciado a dificuldade do Partido Socialista em crescer de forma significativa: não mais do que 73 mil votos dos apurados em 2014, menos de 2% de acréscimo face ao total e ganho de um deputado. Não obstante o episódio de chantagem desencadeado com a chamada "crise dos professores", em que o Primeiro-ministro, em período pré-eleitoral, coloca o cenário da demissão sem que nada o previsse e justificasse, o PS apenas retirou o benefício de travar a contestação que o "familygate" estava a provocar.

Face aos resultados, o PS obteve apenas uma pequena vitória, muito longe dos objetivos que haviam traçado. Obteve, entretanto, uma vantagem negocial não negligenciável: para fazer maioria basta-lhe apenas o apoio de um dos dois mais importantes partidos da "Geringonça", ou BE ou PCP.

Ficou igualmente afastado o cenário que muitos auguravam de uma maioria de esquerda qualificada (2/3) que pudesse ter a veleidade de uma revisão constitucional.

As legislativas de 2019 confirmaram ainda o padrão eleitoral

observado desde 1995: os partidos de esquerda obtêm em conjunto uma confortável maioria que varia entre 55 e 60% dos votos e os partidos à direita do PS têm em conjunto entre 35 e 40%. Foram exceções a este padrão os resultados obtidos em conjunto pelo PSD e pelo CDS-PP em 2002 (49%) e em 2011 (50%) que os permitiram coligar e governar em maioria absoluta. Lembre-se que estas duas exceções se verificaram após a permanência do PS no governo durante seis anos e em contexto de crise económica e financeira internacional, mais grave em 2011 que em 2002.

À direita do PS, a consequência mais relevante foi o da fragmentação das representações partidárias com o aparecimento de mais duas forças políticas com efeitos nas votações do CDS-PP e do PSD. Em conjunto estes dois partidos não foram além dos 32%. Se considerarmos o peso dos pequenos partidos que se posicionam à direita do PS e o aumento dos votos brancos e nulos em relação a 2015, estamos a falar de cerca de 5% do eleitorado.

2.3. A situação do PSD após os dois processos eleitorais de 2019

Desde 2011, em que PSD e CDS-PP atingiram uma confortável maioria absoluta nas eleições legislativas, estas duas forças políticas perderam 731 mil votos em 2015 e 403 mil em 2019. Nos oito anos perderam 1 milhão e 134 mil votos.

Se olharmos para os resultados das Eleições Europeias confirmamos essa tendência de perda: uma redução de cerca de 517 mil votos em 2014 em relação a 2009, e um ligeiro aumento de 22 mil votos em 2019, em relação a 2014. Nesses oito anos passaram de uma percentagem de 40% para 28%.

Não valerá a pena estimar e avaliar com algum rigor como esta perda atingiu cada um dos partidos. Uma coisa é certa, a perda afetou de forma mais acentuada o CDS-PP. Entretanto, é imperioso

avaliar os resultados do PSD de maneira a que possamos identificar as consequências e assim, mais facilmente, encontrarmos o caminho que permita inverter esta tendência.

O PSD obteve nas duas eleições resultados abaixo do que seriam os seus objetivos.

No caso das Europeias perdemos cerca de 10 pontos percentuais em relação ao resultado de 2009 (32% para 22%), mas é estimável que se tenha recuperado relativamente a 2014.

No caso das legislativas ficámos aquém do desejado e voltámos a perder eleitorado, ainda que bem menos do verificado entre 2011 e 2015.

Pelo contrário, os resultados das legislativas foram melhores que os anunciados pelas sondagens pré-eleitorais (chegaram a atribuir-nos valores próximos dos 20%) e, de alguma forma, que as baixas expectativas de alguns sectores do PSD.

Porém, mais do que as leituras quantitativas dos resultados evidenciaram, identificou-se uma alteração na composição social da nossa base eleitoral: não conseguimos recuperar o eleitorado sénior (principalmente pensionistas e reformados que constituíam um dos pilares mais sólidos do eleitorado PSD) perdido em 2015, nem o eleitorado urbano, especialmente na Área Metropolitana de Lisboa e nas cidades médias. Das 20 capitais de distrito e das regiões autónomas, o PSD apenas ganhou em 6 e noutras 5 teve resultados acima da média nacional. Estas tendências já eram identificáveis nas eleições autárquicas de 2017, as Europeias e Legislativas confirmaram-no. Em compensação ganhámos eleitorado mais jovem e ativos mais qualificados.

Face aos três últimos processos eleitorais, as legislativas de 2019 poderão ter representado a inversão da tendência de queda verificada depois de 2011. O resultado não correspondeu aos objetivos que dirigentes e militantes haviam fixado, mas não foi,

por outro lado, a derrota catastrófica que muitos anunciaram. Existe, agora, um potencial de crescimento que não pode ser desprezado nem desperdiçado. Saibamos concretizá-lo reconquistando a confiança dos Portugueses e assegurando a estabilidade e enraizamento social do projeto social democrata que todos ambicionamos para Portugal.

2.4. Os principais desafios que se colocam às instituições do Estado, à economia e à sociedade portuguesas

O regime político instituído pela Constituição Portuguesa de 1976 e a sua Revisão de 1982, deu passos decisivos na afirmação e consolidação da democracia e dos direitos fundamentais do cidadão. De uma forma geral não se identificam na história destes mais de quarenta anos situações de rutura institucional e ou de suspensão das liberdades e garantias dos cidadãos que justifique uma alteração profunda dos preceitos constitucionais. Este é o regime com que os Portugueses se identificam e não expressam de forma consistente e relevante qualquer vontade de proceder à sua alteração.

Porém, há que reconhecer que o mundo mudou e a sociedade portuguesa registou um inegável desenvolvimento em termos económicos, sociais e culturais que colocam o problema de se saber até que ponto a erosão dos tempos não terá afetado o normal funcionamento das instituições.

No que respeita ao funcionamento do **sistema político** essa erosão expressou-se na degradação dos mecanismos de representação e no afastamento, lento, mas progressivo, dos cidadãos em relação às instituições políticas. Há que reconhecer que existe uma crise de representação.

Por isso entendemos que é tempo de iniciar uma reforma do

sistema político que comece nos partidos políticos e acabe na própria reforma do Estado e das suas instituições centrais. O afastamento dos cidadãos expresso no seu indiferentismo e o *deficit* de confiança nas instituições são sinais que deveriam mobilizar todos os partidos para uma reflexão em torno da sua organização, da sua ligação à sociedade e dos mecanismos de representação.

Face ao crescente risco de populismo e radicalismo na sociedade portuguesa é necessário encontrar respostas que contribuam para o reforço das instituições, para a sua maior transparência e escrutínio, para a sua capacidade para responderem aos problemas do País e dos Cidadãos.

O Estado que temos debate-se com uma evidente desadequação de escala: tornou-se pequeno demais para os grandes desafios e problemas da Humanidade – caso das alterações climáticas, das redes financeiras globais, do tráfico de armas, drogas e seres humanos – e grande de mais para os pequenos problemas dos seus cidadãos – incapacidade e degradação dos serviços públicos de proximidade, isolamento e exclusão social, a pobreza endémica e o *deficit* de oportunidades.

Para lidar com estes problemas o Estado terá de encontrar soluções no concerto das nações e na cooperação mundial, por um lado, e na descentralização decorrente da promoção do princípio da subsidiariedade, por outro lado. O problema não se coloca só em ter mais Estado ou menos Estado, está em ter outro Estado, dispondo dos instrumentos indispensáveis para ganhar esses desafios.

O segundo bloqueio que é urgente superar é o da **economia**. Portugal vive desde o início deste século uma estagnação económica (crescimento médio do PIB *per capita* (PPP) de 0,6% ao ano, de 2001 a 2018) em que os períodos de crescimento lento são entrecortados por crises e uma recessão que deixaram marcas profundas no tecido económico e empresarial português.

A economia portuguesa perdeu competitividade e está a ser ultrapassada pelas economias dos países europeus de adesão mais recente à UE. Aquelas que deveriam ser as alavancas do crescimento económico – as exportações e o investimento – estão a dar sinais de retrocesso após um período favorável que permitiu sair da situação recessiva. Nos últimos quatro anos não foram adotadas políticas que permitissem contrariar essa tendência e as perspetivas que se anunciam não nos autorizam a esperar por melhores dias.

Neste contexto, torna-se difícil responder às justas aspirações dos Portugueses de verem aumentado o seu rendimento, o seu bem-estar e qualidade de vida. Não podemos continuar a assentar a nossa competitividade nos baixos salários quando demos passos decisivos no aumento das qualificações. Se temos pessoas mais qualificadas pelo aumento da escolarização e não conseguimos criar oportunidades para acederem a níveis remuneratórios mais consentâneos com essas qualificações arriscamo-nos a perder todo o investimento feito nas novas gerações. Para evitar esse cenário precisamos urgentemente de fazer crescer a riqueza gerada em cada ano a ritmos mais elevados, a valorizar os recursos próprios e inovar nas ofertas e nos processos produtivos, nomeadamente pela maior integração na economia digital e pelo recurso às novas tecnologias.

O terceiro bloqueio é a **demografia**. Portugal está mergulhado numa dinâmica de regressão demográfica para a qual não se encontra solução a curto e médio prazo. O problema agrava-se ainda mais se considerarmos que essa quebra atinge de forma mais expressiva as regiões do interior do território. Esta situação resulta do efeito conjunto de dois fatores (saldos naturais e saldos migratórios negativos) cujo efeito acumulado sustenta a rápida diminuição dos efetivos populacionais.

A redução lenta, mas continuada, dos nascimentos já não compensa a mortalidade. Impõe-se assim enfrentar a quebra da natalidade de forma sistemática e quanto antes. Promover

políticas favoráveis ao aumento da natalidade passa por alterarmos profundamente as políticas de maternidade e de infância, de forma a apoiar as famílias a concretizar a fecundidade desejada e a fazê-lo cada vez mais cedo. Na infância é necessário construir um novo quadro de educação de infância que permita apoiar as famílias na conciliação com a atividade profissional e criar condições de creche e jardim de infância mais acessíveis.

Em relação aos fluxos migratórios é necessário reconhecer que, considerando o atual nível de rendimentos da população ativa, vamos continuar a assistir à emigração de jovens e adultos cada vez mais qualificados que buscam no exterior as remunerações ajustadas à sua qualificação. Por outro lado, a imigração que poderia compensar essas saídas, não atinge os números necessários pela mesma razão por que os nacionais também emigram. Os baixos salários e a precaridade das condições de trabalho, habitação e bem-estar, não são suficientemente atrativos para justificar a preferência pelo nosso país. Mesmo aqueles que nestas condições imigram, dispõem de reduzidas qualificações e acabam por contribuir para a reprodução do modelo económico assente em baixos salários e baixas qualificações.

Neste contexto, há que reconhecer que estamos a esmagar os estratos médios da população e a acentuar as assimetrias sociais. Esta situação é tanto mais grave quanto o próprio Estado, através da fiscalidade, tem contribuído para a esse atrofiamento dos estratos intermédios. Aquela que é a maior carga fiscal na história das finanças públicas portuguesas é um dos maiores sufocos que inibe a mobilidade social ascendente e aumenta o risco de pobreza entre os que trabalham, não obstante serem mais qualificados, e os mais jovens.

É urgente inverter esta política: O Estado não pode continuar a fazer cada vez mais despesa para aumentar cada vez mais a carga fiscal. Onde e quando vamos parar?

O quarto desafio prende-se com a **valorização dos recursos**

naturais e com os riscos decorrentes das alterações climáticas. O PSD vê com grande preocupação o facto de ao aumento destes riscos corresponder muita retórica e poucas ações concretas. Atualmente os movimentos sociais em defesa da descarbonização e do ambiente estão a ser capturados por forças radicais, identificando-se como anticapitalistas, mais não fazendo que difundir novas ortodoxias e novos radicalismos.

O PSD tem uma tradição de defesa e promoção de políticas ambientais e terá de liderar a resposta a esse desafio em Portugal. A **neutralidade carbónica** é um enorme desafio que exige um compromisso sério na adoção de políticas que permitam antecipar a meta estabelecida. Porém, esse progresso desejado não poderá ser lesivo ou limitativo do crescimento económico. Uma coisa é adotar políticas exigentes quanto à sustentabilidade e minimização de impactos ambientais. Outra, completamente diferente, é utilizar as políticas ambientais como travão ou dissuasor do investimento, da produção de riqueza ou da sua distribuição.

O quinto desafio que representa uma situação de bloqueio é a **degradação dos serviços públicos**.

A situação do **Serviço Nacional de Saúd**e é a que se apresenta mais grave. Para além dos crónicos problemas de subfinanciamento o SNS, é vítima de uma gestão sem autonomia nem responsabilidade que a transforma em ineficiência estrutural. A forma como se têm degradado as condições de trabalho e remuneratórias dos profissionais de saúde poderá conduzir, a curto prazo, a um sério problema de rutura do serviço por falta de recursos humanos. Aquilo que já identificamos como soluções pontuais – encerramento de serviços de urgência por falta de profissionais, aumento das listas de espera e do tempo de resposta a situações críticas – correm o risco de se transformar em casos generalizados a todo o sistema. Os Portugueses confiam cada vez menos na capacidade de resposta do SNS e estão a recorrer em maior número aos seguros de saúde como forma de acesso à oferta privada. Se adicionarmos os atuais 2,7 milhões de Portugueses

com seguros de saúde aos beneficiários da ADSE e de outros subsistemas, estaremos a caminhar, a passos largos, para cerca de metade da população portuguesa fora do SNS.

O segundo sector que exige uma reforma urgente é a **Justiça**. A organização com traços marcantes de corporativismo e não sujeita ao escrutínio público, a morosidade dos processos que ilude o respeito e defesa dos diretos fundamentais, e os entraves ao acesso a este bem público fundamental por parte de todos os cidadãos, são os sintomas de uma tendência que urge inverter. Estes três sintomas reúnem-se numa só consequência: a falta de confiança dos cidadãos no sistema de justiça. Quando tal acontece é o Estado de Direito e o próprio Regime Democrático que é posto em causa.

Um dos setores onde esses sintomas são mais expressivos é na Justiça Administrativa e Fiscal pelos efeitos que produzem no funcionamento da economia, na confiança dos investidores e na salvaguarda do direito dos cidadãos face ao poder coercivo do Estado.

O terceiro sector que dá sinais de bloqueio é o da **habitação e das infraestruturas**.

A liberalização do mercado imobiliário e o aumento da procura por parte de fundos de investimento e estrangeiros têm produzido um aumento significativo dos preços no centro das cidades, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o que tem sustentado um aprofundamento da dualidade centro-periferia com as famílias da classe média, os casais mais jovens e os segmentos de menor rendimento a serem remetidos para zonas cada vez mais afastadas do centro.

Esta tendência tem densificado os movimentos pendulares, na sua maioria recorrendo ao transporte individual, agravando as condições de bem-estar e a emissão de gases com efeito estufa. A medida de redução dos preços dos passes sociais apenas retirou

das rodovias uma pequena parte destes fluxos, por uma razão simples: a qualidade do transporte coletivo não registou melhorias. Pelo contrário, o aumento da procura provocou uma diminuição do nível de conforto e não houve um aumento da oferta por falta de investimento, quer público quer privado. Incentivar o aumento da procura de transportes sem primeiro investir no aumento e qualificação da oferta foi um erro que se poderá pagar muito caro no futuro.

O problema da **descarbonização** passa pela urgente reconversão das infraestruturas de transporte, especialmente pela valorização da ferrovia. Quer no transporte de passageiros, quer muito especialmente no de mercadorias, o investimento na ferrovia exige ações inadiáveis quer na infraestrutura quer no material circulante. A **mobilidade elétrica** é um dos maiores desafios que se colocam a Portugal.

O quarto desafio prioritário é o da **educação**. Após quinze anos de progressos assinaláveis o sistema educativo português dá os primeiros sinais de retrocesso. A adoção de conceções assentes em visões românticas e na generalização do experimentalismo curricular e pedagógico está a fazer Portugal recuar à situação de final do século passado em que as "boas" intenções da "esquerda pedagógica" raramente davam bons resultados. Os resultados dos últimos testes internacionais confirmam o risco de reversão.

Os efeitos das políticas adotadas desde 2015 refletem-se na desorganização do sistema de ensino, o envelhecimento, a desmotivação e a não renovação dos quadros docentes, a precaridade dos jovens educadores, professores e investigadores. O sistema de ensino, formação e de produção científica e cultural está a definhar sem que o Governo tenha qualquer estratégia de qualificação para o sector.

A reforma da educação tem de começar pelas bases, a saber a educação de infância (creches e infantários) acessível a todas as crianças, promoção do sucesso escolar, rigor e clareza curricular,

diversidade pedagógica, dignificação da profissão docente e autonomia das escolas. Só assim poderemos voltar a considerar a educação como o principal motor da integração e da mobilidade social. Só assim poderemos superar o *deficit* de qualificações que o desenvolvimento tecnológico exige.

O Partido Social Democrata apresentou no seu **Programa Eleitoral** às eleições Legislativas de 2019 um conjunto de medidas que respondem a este e outros problemas. Nada justifica que esse programa seja relegado para o esquecimento. Pelo contrário, ele deverá constituir o guia das reformas e das medidas que continuaremos a reclamar para o País. Adiar as reformas é agravar os problemas e onerar as soluções.

3. Pilares de uma estratégia sustentada de vitória

3.1. Por uma Nova Cultura Política: credibilidade, ambição e inovação

Poderemos ter as melhores propostas, as melhores soluções para os problemas do País, os melhores quadros para as poderem implementar, mas se não tivermos a confiança dos Portugueses de nada nos serve essa vantagem.

O primeiro requisito da confiança é a credibilidade da nossa ação. Sendo o PSD o maior partido da oposição exige-se-lhe que assuma uma conduta responsável, colocando os interesses de Portugal acima dos interesses do Partido. "Portugal primeiro" não é um mero slogan, é um princípio orientador da ação política. Tal como reafirmámos no nosso programa eleitoral: "Quando colocamos o interesse nacional em primeiro lugar temos de estar disponíveis para sacrificar parcialmente as nossas propostas em prol de um interesse superior. A prática do confronto partidário e dos combates ideológicos tem de dar lugar, sempre que esse interesse esteja em causa, à disponibilidade para encontrar soluções através do diálogo e do compromisso. Quando falamos de compromissos, não falamos necessariamente de consensos. Não esperamos que se sacrifiquem as convicções e as matrizes ideológicas em que assentam os diferentes programas políticos. Esperamos tão só disponibilidade para encontrar e viabilizar as melhores soluções para os problemas reais de Portugal e dos Portugueses."

Não é pelo facto de elevarmos mais a voz que passamos a ter maior razão. A "política espetáculo" não pode ter lugar num partido que aspira a governar Portugal. Se o fizermos, arriscamo-nos a ser iguais aos que no atual Governo fazem da comunicação o principal instrumento de manipulação dos cidadãos através dos media. Também neste particular domínio o PSD tem de fazer a diferença.

Precisamos de uma nova cultura política que dê voz e sentido de futuro aos que ambicionam um Portugal maior e que nos liberte de glórias passadas. Uma coisa é respeitar o património político do PSD, outra, completamente diferente, é ficarmos presos a ele.

Nessa nova cultura política o conceito de **justiça intergeracional** é decisivo para conferir ambição e sentido de futuro às nossas propostas. O PSD quer governar para dar às novas gerações mais e melhores oportunidades para concretizarem os seus projetos de vida.

Um partido político que queira conquistar a confiança dos Portugueses tem de orientar a sua ação pela **independência** face aos múltiplos grupos de interesse, pela **transparência** das suas decisões que são sujeitas ao escrutínio social e por uma **ética da responsabilidade** no acesso aos bens públicos.

O PSD elege o **combate à corrupção** como uma das suas bandeiras. Porém, a prioridade tem de centrar-se na eliminação dos contextos que favorecem essa corrupção. Temos de afirmar a nossa independência face às **oligarquias**, eliminar a **lógica clientelar** no acesso aos cargos públicos e contrariar a ação das **parentelas** na ocupação do aparelho do Estado, das Autarquias e empresas públicas, especialmente nos órgãos executivos de nomeação. Por outro lado, há que tornar mais rigorosos e transparentes os quadros normativos e regulamentares: por detrás do excesso de legislação e regulamentos, da sua falta de rigor e da ambiguidade que muitas vezes revela, está o risco de corrupção. Temos de combater a corrupção, mas, em paralelo, preveni-la pela maior qualidade das normas.

Uma nova cultura política exige uma ética da responsabilidade, de transparência e de defesa do bem comum, requisitos indispensáveis para restabelecer a confiança dos Portugueses no PSD, no regime democrático e no sistema político.

3.2. Reforçar a marca reformista do PSD

Aquilo que nos une e ao mesmo tempo nos distingue dos outros partidos do espectro parlamentar é a marca reformista que o PSD, ao longo da sua história e da sua ação, consolidou e o fez respeitado pelos Portugueses. Coexistimos enquanto social democratas, conservadores e liberais, num mesmo partido porque partilhamos um conjunto de valores e de práticas políticas que nos identificam como reformistas. Na história das ideias políticas e nos seus mais recentes desenvolvimentos o reformismo é a alternativa quer ao socialismo, quer ao neoliberalismo. Somos reformistas e social democratas porque não sacrificamos a liberdade à igualdade, porque somos personalistas e solidários sem criar dependências, porque defendemos um Estado que liberta a sociedade e que não a asfixia.

Somos reformistas pela prática política e pela forma como encaramos os desafios mais difíceis que se colocam ao desenvolvimento de Portugal. Problemas estruturais exigem ações sistemáticas e concertadas em tudo contrárias à medida desgarrada, à intervenção casuística ou à ilusão dos multiplicados anúncios sem consequências que se reflitam nos processos de mudança, no desenvolvimento humano e no bem-estar dos Portugueses.

A degradação progressiva das instituições e dos serviços públicos, mais tarde ou mais cedo, vão precisar da resposta reformista que só o PSD pode dar.

3.3. Um partido aberto e enraizado nos sectores mais dinâmicos da sociedade

As dificuldades que o PSD tem enfrentado na sua afirmação política e as mudanças operadas na sua base eleitoral representam também uma oportunidade que urge aproveitar.

A experiência do **Conselho Estratégico Nacional (CEN)** saldou-se num inestimável contributo para a construção de uma alternativa credível e fundamentada. Mas teve um outro resultado: permitiu chamar ao debate político milhares de militantes e simpatizantes que de há muito estavam afastados do partido. Em pouco mais de um ano muito se conseguiu, mas o potencial que representa ainda está muito longe de ser aproveitado.

Precisamos de **trazer a sociedade e os sectores mais dinâmicos para o CEN** de forma a potenciar os seus contributos e a transformá-los em políticas inovadoras nos mais diversos domínios.

Nesta segunda fase de desenvolvimento do CEN pretende-se aumentar o número de secções distritais e alargar os grupos de trabalho nas secções nacionais. Mas o objetivo central será o de **aumentar o número de participantes abrindo essas secções a um maior número militantes e de independentes**.

Pretendemos uma maior ligação e cooperação com investigadores, empresários, dirigentes e profissionais de instituições do Terceiro Sector, membros de organizações não governamentais, gestores e dirigentes associativos e sindicais dos mais diversos sectores da sociedade. Essa cooperação é a base para um **maior enraizamento do PSD na sociedade**, promovendo uma comunhão de interesses e de propósitos que beneficiando o PSD, beneficia Portugal.

No próximo biénio o CEN terá como prioridades dar continuidade ao trabalho de formulação de políticas nacionais e, com maior atenção, à elaboração de soluções e políticas locais que municiem os programas das candidaturas às eleições autárquicas de 2021.

Pretende-se ainda que o CEN promova encontros temáticos onde se apresentem e confrontem exemplos de **boas práticas autárquicas**.

3.4. Valorizar o Grupo Parlamentar como principal frente de oposição ao Governo

Os maiores desafios que se colocam ao PSD, enquanto maior partido da oposição, centram-se na atividade do seu Grupo Parlamentar. No contexto da nova aritmética parlamentar vai ser exigida uma particular focagem na dupla função de fazer oposição ao Governo e de contribuir para afirmar a alternativa social democrata. Para o efeito é indispensável garantir a sintonia e cooperação com os restantes órgãos do PSD, nomeadamente a Comissão Política Nacional e o Conselho Estratégico Nacional.

Com a CPN, enquanto principal órgão de orientação política, na concretização dos objetivos e opções enunciadas na Moção de Estratégia a ser aprovada no próximo Congresso.

Com o CEN pretende-se uma cooperação estreita de forma a que este possa municiar com novas ideias e estudos as propostas legislativas a desenvolver no Grupo Parlamentar.

O PSD terá de falar a uma só voz, ser coerente com as opções que defende, inovador nas soluções que apresenta e responsável na forma como faz oposição. O Grupo Parlamentar reúne as condições

para que esses quatro objetivos possam concretizar-se por inteiro. Não queremos um grupo monolítico, mas esperamos de cada deputado a lealdade e empenho para um esforço de convergência em torno das opções políticas e estratégicas que vierem a ser aprovadas no próximo Congresso do PSD.

3.5. Recuperar a base autárquica para chegar junto dos cidadãos

As eleições autárquicas de 2013 e de 2017 mais não representam que o culminar de uma tendência que já se antevia desde 2005. Esta lenta, mas sustentada, quebra nos resultados autárquicos reflete, de alguma forma, o desenraizamento do PSD em relação à sociedade, representada na diversidade das comunidades locais, e o enquistamento das estruturas partidárias locais focadas que estavam mais nos conflitos internos que em representar os interesses das populações. A militância partidária confinou-se em paralelo com a sua perda de influência junto dos seus eleitores.

Se é certo que perdemos mandatos e câmaras para o Partido Socialista, o mais preocupante é termos perdido para antigos militantes social democratas que integraram candidaturas independentes.

É urgente inverter essa tendência, mas é também indispensável reconhecer que não se ganha em ano e meio o que se perdeu em década e meia. A recuperação terá de ser firme e sustentada com base numa estratégia meticulosamente delineada e com candidatos e programas que marquem a diferença face às restantes candidaturas.

Em primeiro lugar, teremos de apoiar as recandidaturas nos municípios onde fomos vencedores. De pouco nos serve ganhar maior número de mandatos, de câmaras e juntas de freguesia se deixarmos perder outros tantos.

Em segundo lugar, teremos de concentrar recursos e fazer boas escolhas nos concelhos e freguesias onde o PSD já liderou e/ou naqueles cujos resultados ficaram muito próximos dos partidos vencedores.

O PSD deverá estabelecer **compromissos eleitorais** com outras forças políticas, movimentos e grupos de cidadãos independentes, que se mostrem disponíveis e convergentes sobre as linhas programáticas e as propostas a apresentar ao eleitorado. Liderar onde somos maioritários, colaborar onde tal não acontece.

O Conselho Estratégico Nacional, em colaboração estreita com os Autarcas Social Democratas e outras estruturas do partido – JSD, TSD e Grupo Parlamentar – promoverão as iniciativas com vista ao desenvolvimento de propostas programáticas sectoriais suscetíveis de serem integradas nas diferentes propostas de candidatura.

A Comissão Política Nacional, logo após o Congresso, criará uma **Comissão Autárquica** presidida pelo Secretário-geral do PSD que coordenará todo o processo de preparação das candidaturas em estreita articulação com as Comissões Políticas Distritais e Concelhias.

Estamos certos de que ao estabelecer uma boa dinâmica de trabalho, com espírito de entreajuda e uma boa organização poderemos justificar a ambição de um resultado vitorioso nas próximas eleições autárquicas de 2017. Esse é o passo indispensável para que o PSD volte a merecer a confiança da maioria dos Portugueses.

3.6. Preparar a alternativa para governar Portugal

Se conseguirmos concretizar com sucesso as linhas estratégicas que acabámos de enunciar, poderemos assumir que **a partir de 2021 o PSD estará em condições reforçadas para Governar Portugal**.

Não valerá a pena entrarmos em exercícios de adivinhação ou em delírios prospetivos quanto ao cumprimento da legislatura do atual Governo. É mais importante melhorarmos as nossas propostas e afirmarmo-nos como verdadeira alternativa aos olhos dos Portugueses.

Se à **ambição** conseguirmos acrescentar uma **liderança responsável e mobilizadora, a credibilidade e a confiança** indispensáveis ao bom cumprimento dessa missão, então teremos reunidas as condições que nos poderão conduzir à vitória.



RUI RIO

PORTUGAL AO CENTRO

PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA



A FORÇA QUE VEM DE DENTRO

Moção de Estratégia

LUÍS MONTENEGRO

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Moção ao 38º Congresso Nacional do PSD

Índice

O NOSSO PROPÓSITO 2
A NOSSA TERRA 4
- Ambiente e Sustentabilidade 4
- Energia 5
- Proteção da Natureza e Florestas 5
- Agricultura e Mar 5
- Ordenamento do Território 6
- Coesão Territorial 7
- Interior e Interioridade 8
- Autonomias Regionais 9
- Cidades, Mobilidade e Transportes 9
- Habitação 10

A NOSSA COMUNIDADE 12
- Uma sociedade inclusiva e feliz 12
- Envelhecimento Positivo 12
- Saúde 13
- Desigualdade de rendimentos e Pobreza 15
- Igualdade de Género 15
- Violência de Género 16
- Conciliação da vida familiar e da vida profissional 16
- Emprego, Salários e Trabalho do Futuro 17
- Prestações sociais e Segurança Social 18
- Empreendedorismo Social, Associativismo e Voluntariado 20

O NOSSO ESTADO 21
- Funções do Estado 21
- Administração Pública: pessoas e recursos 21
- Finanças Públicas e Fiscalidade 23
- Justiça 24
- Combate à corrupção 26
- Sistema Político 26
- Novas ameaças à Democracia 27
- Segurança e Proteção Civil 28
- Defesa Nacional 29
- Política Externa, Língua Portuguesa, Comunidades e Europa 29

A NOSSA ECONOMIA 32
- Política Económica, Infraestruturas e Competitividade 32
- Empresas e Financiamento da Economia 33
- Turismo 35
- Economia Digital, Economia do Ambiente e Economia Circular 35
- Empreendedorismo, Inovação e Gestão Empresarial 36

O NOSSO FUTURO 37
- Cultura 37
- Educação e Formação 37
- Ciência 38
- Demografia, Natalidade e Infância 39

O NOSSO PSD 40
- Posicionamento Político 40
- Clareza Ideológica 40
- A Força da Militância 41
- Abertura à Sociedade 42
- Plataforma aberta de debate de Ideias na construção de um Projeto Político 42
- Formação e Qualificação de Quadros 42
- Estratégia eleitoral 43

O nosso propósito

O início desta nova década será marcado por profundas transformações sociais, económicas e políticas. As sociedades ocidentais vivem um momento de especial ansiedade perante as disrupções culturais que estamos a vivenciar. A crise financeira de 2008, o movimento globalizante e a abrupta consolidação do digital nas nossas vidas convocam a comunidade política para novos desafios.

Estes tempos de incerteza revelam-se férteis para posturas antissistémicas e para propostas populistas. Em vários pontos do globo, proliferam novos protagonismos políticos que se aproveitam do descontentamento das classes médias para construírem projetos de poder assentes em cultos de personalidade, em proclamações demagógicas e em posturas autocráticas.

Em lealdade com a nossa História de 45 anos e em coerência com os princípios basilares da social-democracia, é nossa obrigação pugnarmos, democraticamente, contra a afirmação desta perigosa corrente. Temos de contrariar esta tendência no nosso País. E devemos começar por evitar qualquer tentativa de imposição de populismos antissistema ou de uma liderança unipessoal e autoritária no nosso PSD.

A forma de contrariar estas novas ameaças à democracia liberal passa por uma afirmação positiva de um projeto mobilizador para a sociedade. Um projeto focado, em primeiro lugar, no bem-estar, na qualidade de vida plena e na felicidade das pessoas. Será este o eixo primordial do projeto político do PSD nos próximos quatro anos.

O PSD deverá liderar a resposta aos novos anseios comunitários, como o equilíbrio entre as componentes pessoal e profissional, o respeito pela emergência climática, pelos recursos naturais e pela biodiversidade, a coesão social e o combate às desigualdades, a justiça intergeracional - acolhendo as expectativas da juventude e a humanização da velhice - ou a defesa de uma transição digital que seja inclusiva e que coloque a pessoa humana no centro. No fundo, o PSD deve ser o parceiro político na construção de uma sociedade sustentável, equilibrada, justa, que dá oportunidade a todos, que não deixa ninguém para trás e que promove o bem-estar e a felicidade.

Acreditamos num País orgulhoso na sua História secular e nos valores civilizacionais que nos têm conformado. Mas temos os olhos postos no futuro. Queremos um Portugal moderno, ambicioso, justo e sustentável. Queremos um País com uma estratégia definida que se afirme no contexto global. Promovendo a Lusofonia, consolidando a vocação atlântica, reforçando o projeto europeu e acarinhando as nossas comunidades no estrangeiro.

Propomo-nos alicerçar o nosso trabalho partidário num espírito de grande abertura à diversidade de ideias e opiniões. O PSD deverá ser a plataforma privilegiada de intervenção cívica. Desde logo, para os militantes. Estes são o principal ativo do nosso Partido. A sua força interior deve ser potenciada, criando espaços de participação em que cada um possa emprestar o melhor de si em prol desta missão coletiva. As fórmulas tradicionais de militância (de âmbito territorial) devem ser complementadas com novas abordagens que permitam integrar o espírito cívico de muitos concidadãos que se reveem nos nossos princípios de ação política, mas nem sempre encontram o adequado enquadramento para uma militância mais ativa.

Mas também abrindo o Partido à sociedade civil e estimulando modelos participativos integradores de contributos dos cidadãos. O exercício de cidadania deve crescentemente passar pela colaboração e trabalho conjunto entre os Partidos e cidadãos anónimos, especialistas e académicos, organizações cívicas e movimentos sociais. O PSD deve posicionar-se como o partido mais aberto à sociedade e mais mobilizador de contributos construtivos dos melhores do nosso País, nas diferentes áreas e especialidades.

Neste primeiro mandato de dois anos à frente do PSD, vamos exercer o nosso papel de oposição firme e exigente. Foi a escolha dos portugueses que nos confiou essa missão.

O Partido Socialista, como tem reconhecidamente reiterado, escolheu voluntariamente os partidos da esquerda para governar. Foi a sua opção ideológica, numa deriva radical inédita mas convicta que só pode merecer o nosso respeito democrático.

O interesse nacional reclama, contudo, que no PSD cumpramos sem tibiezas a nossa tarefa de oposição, ao mesmo tempo que nos impõe que lideremos a construção de uma alternativa política que mobilize Portugal e nos devolva a possibilidade de governar o país em tempos de normalidade.

O PSD não é um partido com vocação para governar apenas em tempo de emergência! Como projeto de transformação, de reformismo, de inconformismo e de inovação, temos de convencer os portugueses a conferir ao nosso partido a maioria parlamentar que permita executar esse projeto, como aconteceu, por exemplo entre 1985 e 1995.

Temos a responsabilidade de oferecer ao País uma alternativa de governação e uma filosofia de intervenção política diferenciadora. Com espírito de missão, com abertura à diversidade e com vocação reformista. Temos de construir esse tempo novo para Portugal.

A nossa terra

Ambiente e Sustentabilidade

Portugal tem um território diversificado, com zonas montanhosas, sobretudo no Norte e no interior, e zonas de planície, com grande biodiversidade e com alguns recursos naturais importantes, incluindo minérios. Tem um clima predominantemente mediterrânico. Os principais rios que atravessam o país nascem em Espanha, o que obriga a um contacto permanente com os nossos vizinhos para assegurar que são satisfeitas as necessidades de água.

Do ponto de vista ambiental, já existem sinais dos riscos que as alterações climáticas poderão produzir em Portugal: maior frequência de vagas de calor extremo e de seca, reduzindo os caudais dos rios e aumentando o risco de fogos, maior concorrência pela água, obrigando a negociações mais frequentes com Espanha, maior dificuldade em alimentar o gado e maiores necessidades energéticas para reduzir as temperaturas no interior dos edifícios.

É urgente atuar para limitar as consequências negativas dos movimentos populacionais e das alterações climáticas.

Segundo o mais recente Climate Change Performance Index, divulgado durante a Cimeira do Clima em Madrid, Portugal caiu oito posições, estando agora no 25.º lugar – a pior classificação nacional de sempre. Mais do que metas longínquas e proclamações, como temos visto aos governos socialistas, são essenciais medidas concretas e corajosas no curto-prazo. Será necessário investir cerca de 85 mil milhões de euros, até 2050, para atingir as metas a que Portugal se propôs sobre emissões poluentes. Sabendo-se à partida que os recursos públicos são escassos, é necessária uma discussão séria sobre como mobilizar os meios necessários a alcançar estas metas, mobilizando recursos privados e públicos na descarbonização da economia e na evolução de uma economia linear para uma economia circular, criando emprego e fortalecendo a competitividade das empresas.

Se há tema onde é urgente encontrar soluções políticas que confiram estabilidade e previsibilidade às politicas públicas é a área do ambiente. Os problemas críticos causados pelas alterações climáticas devem impulsionar o diálogo político, mas também incentivar mudanças económicas e sociais, designadamente em estilos de vida baseados no consumo intensivo de recursos naturais que se tem revelado cada vez mais insustentável. Para além de envolver os agentes políticos, é essencial mobilizar os representantes do tecido social, económico e ambiental, continuando a apostar e desenvolver o Compromisso para o Crescimento Verde e a Reforma para a Fiscalidade Verde, que foram iniciados por governos liderados pelo PSD.

Não existe incompatibilidade entre o crescimento económico e a sustentabilidade ambiental. Pelo contrário, verifica-se uma interdependência crescente entre economia, bem-estar social e capital natural, como "pilares" da produtividade. É fundamental, por isso, apostar na inovação na área das tecnologias limpas, a par de um novo paradigma de consumo, visando a sustentabilidade dos nossos recursos e permitindo uma transição eficaz para uma nova economia verde. Uma economia cujo crescimento e emprego sejam orientados para reduzir as emissões de carbono e outras substâncias poluentes, visando uma maior eficiência na utilização dos recursos, reduzindo a dependência energética do exterior e preservando a riqueza dos ecossistemas naturais.

Tendo em conta os fenómenos de seca meteorológica, que se têm verificado nos últimos anos, acentuando a degradação e escassez dos recursos hídricos, para além das campanhas de sensibilização ambiental, entre outras medidas, é essencial reduzir as perdas de água verificadas nos sistemas públicos de abastecimento e saneamento, repondo os níveis de investimento adequados a melhorar a qualidade das redes e assegurar sustentabilidade social e económica a longo prazo.

Energia

A economia portuguesa continua a ser um importador estrutural de bens energéticos, em especial de petróleo e gás natural, o que nos torna demasiado expostos à volatilidade dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, constituindo um risco económico significativo.

Por razões ambientais e económicas, as políticas públicas devem acelerar o processo de transição energética para uma maior descarbonização do setor energético, através de incrementos significativos na produção e utilização de energia a partir de fontes renováveis, num quadro mais competitivo e não dependente de rendas públicas. Para isso, sem saltos regulatórios, devem ser encontradas novas formas de incentivar e remunerar a energia de origem renovável, sem atribuição de rendas fixas, mas que garanta a competitividade deste vetor energético junto dos consumidores. São necessárias políticas tarifárias racionais e estáveis e mercados energéticos mais transparentes, concorrenciais e interligados, a nível ibérico e europeu, com uma política fiscal estável e que não penalize os consumidores. Uma última vertente passa por melhorar a eficiência energética no consumo, tanto nas nossas casas, como nos locais de trabalho e nas redes de transporte público e privado.

Proteção da Natureza e Florestas

Portugal é um dos países europeus mais ricos em biodiversidade, mas as populações que vivem em áreas protegidas continuam a não beneficiar dessa riqueza. É essencial melhorar a gestão das áreas protegidas, reforçando a sua qualidade e dotando-as de um novo estatuto jurídico e económico que liberte todo o seu potencial em benefício das populações. A floresta portuguesa tem enorme potencial económico e no desenvolvimento dos territórios rurais, mas o Estado tem falhado ao não conseguir proteger as populações e evitar a destruição massiva da floresta pelos incêndios florestais. As novas políticas públicas para o setor florestal devem apostar na rentabilidade, sustentabilidade e biodiversidade da floresta, reconhecendo e apoiando os pequenos e médios produtores florestais que produzem riqueza e criam emprego, em especial nos territórios com maior risco de desertificação. Sem esquecer o papel das áreas protegidas e das florestas no esforço para Portugal atingir a neutralidade carbónica por se tratarem do único mecanismo efetivo de sequestro de CO2 a nível nacional.

Devem criar-se, no setor florestal, mecanismos de atração de investimento privado e defender políticas públicas que contribuam para a produtividade e rentabilidade da floresta tornando viável, dessa forma, uma eficaz prevenção de fogos rurais e que, em consequência, fomentem uma maior biodiversidade e resiliência através de um regime de quotas de plantação obrigatória de espécies de crescimento lento. Em paralelo, deve estimular-se a capacitação, profissionalização, ganhos de escala das organizações de produtores florestais e instituir-se o princípio da remuneração dos bens e serviços de ecossistema.

Agricultura e Mar

A Agricultura e o Mundo Rural constituem elementos patrimoniais relevantes na produção de alimentos de elevado valor económico e na preservação equilibrada do território, contribuindo para a genuinidade e tipicidade que a ruralidade portuguesa oferece.

A agricultura presta serviços de inegável interesse nacional, na soberania e segurança alimentar, na qualificação dos territórios regionais e locais para a vivência dos portugueses e dos turistas, na criação de emprego diferenciado e na procura do equilíbrio desejável entre a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade social e territorial.

Estimular a competitividade e internacionalização da agricultura e florestas é fundamental para cumprir o desígnio nacional de um crescimento económico expressivo. Investir na agricultura e florestas é crucial para se revitalizar o mundo rural e se cumprir o desígnio nacional da coesão territorial. A consciência desta dupla missão impõe que o PSD volte a atribuir-lhes elevada prioridade.

Neste contexto, o Plano Estratégico Nacional previsto na nova Política Agrícola Comum para o período pós-2020 que, em equilíbrio com objetivos europeus, definirá as prioridades portuguesas para o próximo ciclo de fundos europeus para o setor deverá evitar a dispersão de recursos e orientar-se preferencialmente para o apoio ao investimento produtivo agrícola e florestal, dando especial enfoque à digitalização e à organização da produção, visando aumentar a competitividade do setor e, em simultâneo, valorizar o território rural por atração de novos empreendedores rurais e jovens agricultores.

Essa atração e esse investimento têm de conviver em paralelo com as atividades comerciais, de serviços, turísticas e industriais que podem e devem criar redes complementares e transversais, potenciando a criação de valor.

É essa, também, a economia que pode alavancar o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade.

Ainda no âmbito do investimento, tendo em vista o desiderato de uma agricultura competitiva e mais resiliente em cenários de seca extrema, o PSD pugnará por uma verdadeira Estratégia Nacional de Regadio, prevendo de forma integrada, e não avulsa, novas infraestruturas de regadio e a requalificação das existentes, incentivos à iniciativa privada para aproveitamentos coletivos, a simplificação do licenciamento de pequenos aproveitamentos, a reutilização de águas residuais tratadas, a dessalinização e, em especial, estimulando fortemente a investigação e inovação na gestão da água.

Em face da emergência climática, o PSD refuta a ideia defendida pelos partidos de esquerda de que uma agricultura moderna, competitiva e geradora de riqueza é incompatível com a sustentabilidade ambiental. É neste pressuposto que o PSD defende intransigentemente os agricultores, as tradições e o mundo rural português dos constantes ataques fundamentalistas e sem base científica. Mas como partido precursor na defesa do ambiente deve atualizar o seu posicionamento no que concerne ao papel do complexo agroflorestal na ação climática. E a este respeito, o Pacto Ecológico Europeu apresentado pela Comissão Europeia vem colocar grandes desafios à agricultura europeia, mas abre também enormes oportunidades económicas a que os agricultores portugueses certamente não se furtarão. Desintensificação da agricultura, aumento da produção biológica, agricultura de precisão, culturas mais adaptadas às alterações climáticas, combate à desertificação dos solos, gestão eficiente do risco, floresta de conservação ou promoção de hábitos de consumo alimentar de produção local, de proximidade e mais amigos do ambiente são exemplos de vetores que o PSD, convictamente, deve introduzir na sua agenda.

Tendo presente a contínua degradação das margens líquidas decorrentes do débil poder negocial dos produtores face à concentração da distribuição, devem criar-se mecanismos legais geradores de um maior equilíbrio das relações comerciais no setor agroalimentar.

O Mar é um enorme ativo de Portugal, que deve ser transformado num efetivo aliado da economia, capaz de gerar riqueza e de criar emprego. Com uma perspetiva que inclua, desde logo, uma eficaz política de pescas, defensora das legítimas expectativas das nossas comunidades piscatórias.

A nossa política marítima deve identificar e estabelecer uma estratégia para desenvolver os diversos componentes da Economia do Mar que, numa perspetiva holística, deve incluir, entre outros domínios: ambiente, ordenamento do território, biodiversidade, transportes, energia, turismo, náutica de recreio, desporto, mineração, pescas, aquacultura, biotecnologias, tecnologias marinhas, construção e reparação naval, fiscalização e segurança no mar, infraestruturas portuárias e serviços marítimos, ensino e formação. Uma visão que integre uma política para o Oceano, “blue technologies” e sustentabilidade ambiental, poderá ser uma oportunidade económica e um desígnio estratégico para o País.

Ordenamento do Território

A governação socialista tem apresentado medidas e planos desgarrados, numa lógica

mediática, mas com um planeamento medíocre. O sistema de ordenamento do território continua complexo e burocrático, sendo esse um dos fatores de perda de competitividade nacional, contribuindo para a desertificação do interior e a degradação das zonas costeiras. Na ausência de medidas de reforma global, abundam as medidas excecionais avulsas, nem sempre justificadas, e mais permeáveis à corrupção, que encontram na burocracia e sinuosidade das regras um campo favorável.

A gestão territorial deve atender às consequências das alterações climáticas e adaptar as regras de construção e de ordenamento do território às condições climáticas futuras e à ocorrência de eventos meteorológicos extremos. É necessário agilizar a revisão dos PDM, harmonizar as estratégias de desenvolvimento a nível local e regional, concretizar uma organização territorial otimizada com aproveitamento de economias de escala, com evolução de local para regional. É essencial que o licenciamento urbanístico não continue a ser encarado como uma das principais fontes de receita dos municípios, sob pena de continuarmos a degradar a qualidade de vida das nossas vilas e cidades.

Coesão Territorial

No que respeita à coesão territorial acreditamos que há ainda um longo caminho a percorrer, desde logo consagrando juridicamente o Estatuto Político dos Territórios de Baixa Densidade. Essa "lei quadro" permite aumentar a discriminação positiva nas políticas públicas a favor dos territórios de baixa densidade, fortalecendo o investimento produtivo no interior e concebendo novas formas de descentralização administrativa que maximizem a partilha de sinergias entre serviços públicos centrais, regionais e municipais.

Se sairmos da estrutura administrativa e mergulharmos no país profundo, os resultados a que chegamos são menos coesão territorial e mais assimetrias regionais. Cada ciclo de fundos rececionados sob o signo da coesão, deixa um país com cada vez mais diferenças entre o norte, o centro e o sul, entre o interior e o litoral, entre os vários centros e as suas múltiplas periferias. A essas assimetrias soma-se a (in)explicável diferença, muitas vezes abissal, entre a riqueza produzida numa determinada região do país e o rendimento per capita de cada um dos cidadãos dessa mesma região. Como poderemos continuar a esperar, de cada cidadão e de cada empresa, mais esforço e melhores resultados, se depois o rendimento não lhes aproveita?!

Acresce que o Estado tem demonstrado esgotamento no exercício de diversas funções e na prestação de alguns serviços, como sejam os casos da proteção civil e do planeamento nas suas múltiplas aceções. É hoje inegável que o Estado central não é a dimensão acertada para acomodar tais atividades e insistir nesse modelo tem revelado ineficácia, com as consequências que são conhecidas.

Um tema cada vez mais presente no debate político é o papel crescente do território na atuação dos poderes públicos, num quadro de crescente envolvimento das instituições locais e regionais. A territorialização das políticas públicas é encarada como fator essencial na gestão eficiente dos processos de desenvolvimento. Trata-se de uma tendência prevalecente nos diversos países da União Europeia e nas democracias ocidentais em geral.

A governação do nosso país deve ter em conta a crescente relevância do território e dos seus diversos níveis, local, regional, nacional e internacional. Não devemos ter níveis estanques na governação, indiferentes ao desempenho dos outros níveis. A cooperação e a coresponsabilização devem ser âncoras de um modelo multinível da governação nacional.

A forma como os poderes públicos se organizam, a fluidez no relacionamento entre as diversas instâncias administrativas e a eficácia na ação de cada nível da administração pública, têm repercussões no território e reflexos na qualidade de vida dos portugueses.

Segundo dados da OCDE, Portugal é, de longe, dos países que mais recursos públicos consome na administração central e menos na local.

O movimento descentralizador é um caminho a percorrer para que a Administração Pública

ganhe eficácia e eficiência, para que a proximidade traga melhores índices de monitorização cidadã das políticas públicas, para que o escrutínio seja uma constante e os decisores sejam, permanentemente, sujeitos à avaliação pelos resultados das suas ações.

A coesão territorial exige boa governação e esta pressupõe a reforma da Administração Pública, assente no redimensionamento da relação entre o Estado e a sociedade civil e na defesa de um conceito de serviço público dimensionado para o cidadão que dele carece e não para a qualificação jurídica da entidade que o presta, que aposte na melhoria dos serviços públicos prestados à comunidade e que consuma menos recursos à economia.

Importa dimensionar os serviços públicos, definir os meios a transferir para as instâncias intraestatais e avaliar as condições da entidade recetora para o bom exercício das competências a transferir.

Descentralizar não pode ser sinónimo de desresponsabilizar, uma forma de endossar problemas, um mero passa-culpas, mas de os resolver em benefício dos cidadãos e com ganhos de eficiência para o erário público. Não podemos impor por decreto um modelo descentralizador. É essencial um profícuo debate em torno do mesmo e contratualizá-lo com as diversas instâncias administrativas, respeitando a especificidade da cada uma delas.

O país precisa de uma governação territorial renovada, centrada no serviço ao cidadão, capaz de cultivar a proximidade e de garantir a qualidade de vida de todos os portugueses, independentemente do local que escolheram para viver.

Interior e Interioridade

O país tem uma longa e muito mal sucedida experiência de governação centralista, ineficaz no que diz respeito ao combate à desertificação do interior e das periferias, assim como na promoção da correção de assimetrias e da coesão territorial.

As dinâmicas demográficas registadas nas últimas décadas em Portugal revelam que dois terços do território nacional, correspondendo, grosso modo, ao Interior do País, estão ameaçados de despovoamento e dos seus inevitáveis corolários: esvaziamento e envelhecimento demográfico; abandono de terras e das atividades agroflorestais; declínio das atividades económicas e do emprego produtivo; acréscimo significativo dos custos de provimento de infraestruturas e equipamentos; rarefação de serviços públicos essenciais e degradação da igualdade de oportunidades e de condições de vida.

Num País como Portugal, onde o território constitui uma das marcas que melhor define a unidade e a identidade nacional, o cenário do abandono de uma parcela significativa da sua geografia e a desvalorização de um valioso capital material e simbólico não podem deixar de suscitar inquietação e sobressalto. Inquietação porque o agravamento das tendências regressivas e das assimetrias socioeconómicas revela a dificuldade crescente de assegurar igualdade de oportunidades a todos os nossos concidadãos. Sobressalto porque a perda da coesão territorial constitui uma ameaça à própria coesão nacional, o que reclama não só um despertar das consciências para o problema, mas também um esforço coletivo para fazer de Portugal um País mais coeso, solidário e competitivo.

Portugal necessita de um paradigma de coesão territorial que privilegie a redução das assimetrias pela via da criação de riqueza e valor em cada território, em detrimento da função eminentemente corretora e redistribuidora do Estado. Este paradigma pressupõe uma estratégia de desenvolvimento que estimule, em primeiro lugar, um maior compromisso da economia com o território. O que significa aumentar o peso das empresas e atividades locais na formação do valor final do produto regional. Esta estratégia deve visar, em segundo lugar, o reforço da dimensão e da competitividade territorial e urbana. O futuro do Interior joga-se em todo o território, mas em especial nas suas cidades e vilas porque é da sua capacidade para potenciar recursos e oportunidades, gerar iniciativas e atividades, atrair e fixar população que depende o sucesso do combate ao esvaziamento demográfico. Em terceiro lugar, é fundamental transformar os territórios do Interior em espaços mais empreendedores, criativos e inovadores, garantindo uma especialização inteligente dos seus sistemas produtivos e das

suas economias. Em quarto lugar, importa garantir a promoção da igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços coletivos, assegurando a indispensável equidade social e territorial, uma vez que é desta acessibilidade que depende a manutenção de níveis mínimos de ocupação dos territórios rurais. Finalmente, em quinto lugar, urge promover uma melhor organização e governação dos territórios, através do reforço do associativismo, da cooperação, da descentralização e desconcentração administrativa.

Portugal tem de prosseguir e intensificar esse combate de modo a suster as tendências de regressão e que afastem do horizonte os cenários, inaceitáveis, de um Interior «abandonado» ou «assistido». Os seus territórios e as suas gentes não querem transformar-se num fardo para o País, nem depender cronicamente da proteção pública e estatal. Querem contribuir diretamente para o crescimento e emprego e querem participar ativamente no processo de reformas e de modernização social, económica e política que o País reclama.

Autonomias Regionais

O PSD é, orgulhosamente, o partido das autonomias.

A sua consagração constitucional e a epopeia de libertar os Açores e a Madeira de séculos de isolamento e esquecimento fazem parte do património do nosso Partido.

Autonomia e Ultraperiferia, conceitos estatuídos no direito primário de Portugal e da União Europeia, reconhecem os anseios históricos e as especificidades dos povos insulares e devem assegurar o seu tratamento, através de medidas, apoios, derrogações e do desenvolvimento de projetos de interesse comum.

Urge resgatar as nossas regiões autónomas dos Açores e da Madeira da condição desfavorecida em que ainda se encontram, aprofundando as políticas autonómicas e valorizando a sua importância geoestratégica no contexto do Atlântico Norte, na relação intercontinental e na extensão da plataforma continental, enquanto única trajetória segura para quebrar a insularidade em que se encontram.

Cidades, Mobilidade e Transportes

Portugal precisa de uma agenda urbana que tenha em conta a diversidade das suas cidades e comunidades metropolitanas e que responda às significativas alterações multiculturais, multiétnicas e de modelos de vida que estão a ocorrer de uma forma vertiginosa.

Essa agenda deve apostar na competitividade dos territórios, nas soluções de economia partilhada, na captação de investimento e criação de emprego, na procura de novas formas de alojamento, nos transportes públicos e na mobilidade, na qualificação do ambiente urbano, na melhoria da gestão e manutenção dos equipamentos sociais e coletivos, nas comunicações e em estratégias de reabilitação e valorização das áreas urbanas antigas, carenciadas e periurbanas.

É fundamental “tirar do papel” as medidas para tornar as cidades inteligentes e desenvolver estratégias de longo prazo que contribuam para modernizar a gestão dos centros urbanos, a sua conetividade e sustentabilidade e os serviços prestados aos cidadãos.

A crescente pressão sobre as cidades tem de, urgentemente, ser atenuada com políticas urbanas que integrem soluções de mobilidade dentro das cidades e nos movimentos pendulares com as cidades periféricas.

Ao Estado compete criar condições para um acesso facilitado dos cidadãos à utilização dos transportes públicos (por exemplo, através dos passes sociais). Contudo, em simultâneo, ao Estado compete assegurar, do lado da oferta, que os serviços são prestados com qualidade e respeito pelo bem-estar dos cidadãos. Como é notório, tal não tem acontecido com esta governação socialista.

É essencial reforçar a oferta dos vários modos de transporte público e contribuir para a redução do uso da viatura individual. Mas esse reforço deve ser acompanhado de duas medidas essenciais:

- o aumento da qualidade e do conforto do material circulante existente;
- a definição e contratualização de tempos máximos de espera para todos os operadores que torne fidedigno o serviço de transportes públicos.

A economia de partilha está a demonstrar que ser proprietário de um veículo, pode ser mais dispendioso do que utilizar um que está igualmente disponível através de um simples aluguer. As mudanças tecnológicas a que assistimos nos últimos anos, quer nos meios de transporte, quer nas suas plataformas eletrónicas de gestão, abriram horizontes novos e inesperados quanto à mobilidade, que terão reflexos na forma como desenhamos as cidades e organizamos os sistemas de transportes. Este é um novo desafio que importa acompanhar e antecipar resultados.

O problema das pessoas com mobilidade condicionada é agravado pelo crescente envelhecimento da nossa sociedade. Cabendo ao Estado assegurar que os espaços públicos, os edifícios dos serviços e equipamentos públicos, bem como os transportes sejam progressivamente adaptados a estas necessidades, é inadiável acelerar este processo, bem como reforçar os programas de apoio à adaptação de habitações onde residam pessoas nestas condições.

Habitação

Assumimos como prioritária a resolução das situações de precariedade habitacional, que nos devem envergonhar enquanto sociedade, quer no que respeita ao realojamento das famílias que vivem em condições inaceitáveis, quer na situação das pessoas sem-abrigo. Importa concluir o trabalho que o governo do PSD presidido por Cavaco Silva iniciou em 1993 com o Programa Especial de Realojamento.

Durante mais de 50 anos, o arrendamento urbano nas principais cidades, especialmente em Lisboa e no Porto, esteve em contração. A partir de 2010 e com maior vigor após 2012, inverteu-se este declínio, aumentou a oferta de casas para arrendar, o valor das rendas reduziu-se e foram criadas condições de confiança para se reconstruir o mercado de arrendamento habitacional. A governação socialista, a partir de 2016, não só ignorou o contexto adverso criado pela nova realidade da procura turística, como anunciou e tomou medidas que criaram imprevisibilidade e desconfiança nos investidores e só contribuíram para o retrocesso na oferta de casas para arrendar e para agravar o valor das rendas. Hoje, é quase impossível a um jovem encontrar casa em Lisboa ou no Porto.

O PSD foi pioneiro em Portugal nas políticas de apoio à habitação para jovens, quer no domínio do crédito bonificado, da formação de cooperativas e de incentivos ao arrendamento, todos visando a emancipação familiar dos jovens. A mobilidade do mercado de trabalho impõe que nos dias de hoje haja mais oferta de casas para arrendar que acompanhem estas mudanças. Infelizmente, com este governo, ocorre o oposto. Defendemos uma nova abordagem nas políticas de incentivo ao arrendamento por jovens, que reforce os apoios financeiros, estimule as soluções de partilha habitacional e não prejudique aqueles que, ao mudarem de local de trabalho, acabam no fim de uma lista de espera interminável.

A escassez de casas para arrendar também afetou os estudantes universitários e os professores que têm que se deslocar para centros urbanos onde não residem e não encontram respostas para as suas necessidades de alojamento. Antes havia a necessidade de criar mais residências universitárias para estudantes. Hoje, há também a necessidade de suprir a ausência da oferta de alojamentos para professores deslocados.

O despontar de novas formas de alojamento, como os micro-apartamentos, as residências seniores, as habitações partilhadas e as soluções evolutivas e modulares vêm responder a novos modelos de vida, mas também às alterações demográficas da nossa sociedade e ao seu envelhecimento. Mas estas mudanças colocam novos desafios. Fazer uma construção nova é

muito diferente de reabilitar uma construção antiga. Mas se ambas devem ter regras distintas, não podem ter um enquadramento legal disperso e caótico. Vivemos num tumulto burocrático, propiciador da corrupção e do tráfico de influências. Portugal precisa de um novo Código da Construção e da Reabilitação, abrangente quanto aos tipos de edificação e que simplifique procedimentos, reduza custos de contexto, responsabilize os autores dos projetos, defenda os consumidores e atraia os investidores. E estas alterações também devem chegar à constituição das propriedades horizontais e à gestão de condomínios.

A nossa comunidade

Uma sociedade inclusiva e feliz

Em tempos de profundas mudanças, o PSD deve assumir um papel liderante, em linha com a sua vocação reformista, na resposta a novos anseios da nossa comunidade.

Uma visão de futuro implica perceber que o crescimento económico e a criação de riqueza estão ao serviço do bem-estar e da busca individual pela felicidade, o que implica uma abordagem que integre as perspetivas económica, ambiental e social.

Em particular, as classes médias deparam-se hoje com circunstâncias altamente desafiantes para encontrar um equilíbrio adequado de gestão de tempo, de dedicação à família, ao lazer e à cultura. Com efeito, deparam-se com uma vida cercada pela falta de tempo, pela pressão profissional e pela ansiedade crónica. O poder político não deve ignorar esta nova dimensão social. E deve interpelar a vocação humanista que esteve na génese do PSD. Portugal deve responder aos novos desafios que hoje se colocam com novo vigor. A sustentabilidade ambiental e económica, o consumo responsável, o equilíbrio pessoal e profissional, a vitalidade nos projetos da comunidade e no terceiro setor, a garantia de cuidados de saúde, o incentivo a estilos de vida saudáveis, a promoção da cultura, a criação artística, os tempos de lazer, a defesa da diversidade, a confiança nas instituições, entre muitas outras, são dimensões que devem estar presentes no desenho de uma nova geração de políticas públicas. Estes parâmetros devem constituir indicadores de avaliação, nomeadamente através do índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), à semelhança do já experimentado em outros Países desenvolvidos.

O modelo de capitalismo que defendemos aproveita o melhor da economia de mercado, que tanto progresso económico e desenvolvimento social tem trazido à humanidade, e exige uma atenção especial à solidariedade e à justiça e coesão sociais, combatendo a pobreza e todos os fenómenos de exclusão, assegurando a igualdade de oportunidades e promovendo a meritocracia, enquanto instrumentos de progresso que puxam por toda sociedade, não deixando ninguém para trás.

Envelhecimento Positivo

As faixas etárias mais seniores têm sofrido uma inaceitável e crescente desconsideração na nossa sociedade. Nos últimos anos, temos assistido a uma perda de redes de apoio social e familiar com o envelhecimento e a um progressivo isolamento e solidão não desejada. Também por razões demográficas, assistimos a um aumento de patologias e situações de dependência. A este contexto, poderemos acrescentar outras dimensões como os elevados gastos com cuidados de saúde, as limitações no acesso a serviços digitalizados ou a desvalorização da sua participação, cívica, social ou económica.

O PSD deve estar na linha da frente na defesa de uma sociedade com uma presença cívica e económica mais ativa das pessoas idosas, incentivando redes comunitárias de integração e de apoio às dependências sociais, de diferente natureza.

De igual modo, fruto das políticas públicas recentes, Portugal mantém-se invariavelmente longe dos níveis de investimento tanto necessário como desejável em cuidados de longa duração, de fim de vida, de cuidados paliativos, tanto em regime de internamento como na comunidade, seja do ponto de vista estritamente clínico, seja de índole social. Com taxas de acessibilidade anual permanentemente abaixo de 30% entre os mais de 90 mil portugueses que precisam de cuidados paliativos, o caminho está longe de se considerar concluído.

O estatuto do cuidador informal, unanimemente aprovado em Assembleia da República, não se traduziu ainda no terreno e há um forte desconhecimento sobre as verdadeiras necessidades dos cuidadores, que devem ir muito para além das questões económicas.

Deveremos garantir aos cuidadores informais formação gratuita, específica, adequada e em tempo útil, com apoio permanente e com parcerias com instituições do sector social, privado ou solidário que garantam períodos de descanso do cuidador.

Portugal tem uma esperança média das mais elevadas da União Europeia, situando-se nos 80,4 anos. Paralelamente, é dos países onde os últimos anos dos seus cidadãos são vividos com a pior qualidade de vida, sobretudo para as mulheres. Se a esta realidade juntarmos a fragilidade do nosso sistema de saúde e da segurança social, facilmente perceberemos o desafio que temos em mão.

Reconhecer a importância do papel das pessoas de idade mais avançada como um ativo, uma mais valia para a sociedade, de forma participativa e integrante das comunidades é um dos maiores desígnios nacionais para o futuro. A sociedade deve criar condições para que, num espírito de envelhecimento ativo, uma pessoa sénior, caso o pretenda, possa continuar a contribuir para a sociedade por via do trabalho e da sua experiência.

O caminho passa também por uma mudança de mentalidades, reconhecendo à população mais envelhecida todo o seu potencial – promovendo-se uma cultura de gratidão, reconhecimento, compaixão e respeito pelo valor do conhecimento, fruto da experiência de vida vivida.

Saúde

A prestação do serviço de saúde em Portugal baseia-se numa gestão feita pelo Estado mas com uma abordagem de modelo misto, na qual existe uma diversidade de prestadores (público, privado, social) enriquecendo desta forma todo o Sistema Nacional de Saúde, quer em termos de qualidade, quer em termos de diversidade e até de quantidade.

Os portugueses, hoje, recebem cuidados de saúde neste sistema global. De forma pragmática e realista, a retirada de qualquer destes elementos do sistema colocaria em causa o funcionamento de todo o sistema de saúde português.

As iniciativas privadas e do sector social têm contribuído decisivamente para o aumento de oferta e a facilitação do acesso à saúde, sobretudo para as populações onde o SNS não chega de forma atempada, adequada e eficaz.

O principal garante da resiliência do Serviço Nacional de Saúde, ante a falta de estratégia, de gestão e de investimento a que assistimos no passado recente, é a dedicação extraordinária e o sentido de missão dos seus profissionais.

Contudo, a desvalorização do empenho e importância destes profissionais traduz-se atualmente numa incapacidade do SNS em reter e valorizar o seu melhor ativo. O desgaste, a desmotivação e saturação são hoje evidentes entre os profissionais. São sobretudo os mais diferenciados que optam por emigrar ou por transitar para o sector social ou privado.

O SNS gasta quase a totalidade do seu orçamento a reagir à doença em detrimento da sua prevenção ou da promoção da saúde. Isto deve-se a um modelo assente essencialmente numa lógica centrípeta dos hospitais em detrimento de um modelo centrado nas necessidades dos utentes.

Da mesma forma, os decisores-chave na saúde (gestores) carecem de incentivos para promover e manter as populações saudáveis, numa perspetiva comunitária e de saúde pública. Paradoxalmente, em Portugal os hospitais beneficiam tanto mais financeiramente quanto mais doentes estiverem as pessoas que serve.

O incremento da esperança média de vida da população portuguesa, traduz-se agora num aumento exponencial, mas expectável, das patologias crónicas, progressivas e incuráveis, assim como da carga de sofrimento e da multimorbilidade que delas decorrem. Nas sociedades envelhecidas, a última etapa da vida coloca problemas singulares tanto aos doentes como às famílias, desafiando a provisão de serviços tradicional que fomos

construindo nas últimas décadas, para um novo paradigma na prestação de cuidados clínicos e sociais.

Portugal tarda em compreender esta mudança, em prejuízo dos mais vulneráveis. O relatório de 2019 da OCDE sobre indicadores em saúde, é particularmente claro nesta matéria: mantemo-nos invariavelmente longe dos níveis de investimento tanto necessário como desejável em cuidados de longa duração, de fim de vida, de cuidados paliativos, tanto em regime de internamento como na comunidade, seja do ponto de vista estritamente clínico, seja de índole social.

Neste contexto, urge assumir os cuidados de saúde como uma grande prioridade política, com ações concretas, nomeadamente:

- Fazendo uma aposta clara na redução da carga de doença e no incremento do bem-estar das pessoas. Querer um serviço nacional proactivo, e não reativo, apostando em ambientes promotores de saúde, investindo em literacia em saúde.

- Melhorando a capacidade de articulação e regulação da indústria, com medidas de natureza legislativa e fiscal, de forma a premiar iniciativas de promoção de estilos de vida saudáveis (semáforo alimentar, informação calórica de alimentos na restauração). Canalizar o aumento da receita fiscal das políticas negativas em curso (ex: taxa do açúcar) para potenciar os programas de literacia em saúde.

- Criando mecanismos que reduzam o custo e garantam a oferta alargada de alimentos de maior valor vitamínico em detrimento dos de maior carga calórica, começando desde logo pelo contexto escolar.

- Criando unidades de intervenção comportamental, uma área da saúde pública pouco desenvolvida em Portugal, que promova medidas de natureza económica e social de forma a alterar comportamentos de consumo.

- Criando condições para que os cuidados de saúde primários a nível nacional sejam todos modelos USF e tornando prioritária a existência de médicos de família atribuídos a todos os cidadãos portugueses, se necessário com a participação integrada dos sectores social e privado.

- Recentrando os cuidados hospitalares para a sua função efetiva, de prestar cuidados de elevada especialização, conferindo-lhes autonomia de gestão progressiva e baseada em resultados, e adaptando os seus serviços à realidade local demográfica específica da região onde estão implementados.

- Incentivando os centros hospitalares a trabalhar em rede, tornando-se obrigação da tutela facilitar a comunicação entre elas para se conseguir ter um mapeamento das necessidades hospitalares.

- Garantindo que a relação entre os setores público, privado e da economia social seja clara e transparente, assegurando-se uma gestão integrada robusta, estável e duradoira.

- Exigindo que a acessibilidade aos cuidados de fim de vida, nestas circunstâncias tão particulares, seja considerada como um direito humano fundamental, um imperativo ético próprio de uma sociedade moderna, que se mantém atenta às necessidades da maioria, mas também capaz de responder de forma eficaz aos grupos mais vulneráveis, onde a "4ª idade", a demência e a doença psiquiátrica, devem ser considerados de forma ativa e eficaz.

- Olhando para esta matéria como fator de coesão territorial, de equidade no acesso aos cuidados, onde são claras as diferenças regionais e persistentes as dificuldades dos territórios do interior, onde os serviços exclusivamente públicos não chegam. Este contexto demográfico sugere, pois, uma visão colaborativa - e não competitiva - entre sectores: público, privado, social, humanitário.

• Apostando na investigação científica e na inovação tecnológica, designadamente através de centros de referência que possam posicionar o País num contexto de desenvolvimento de novas soluções que poderão gerar eficiências e, principalmente, permitir cuidados de saúde com mais qualidade para os utentes e com mais condições para os profissionais de saúde.

Desigualdade de rendimentos e Pobreza

A base programática do PSD é clara: uma social-democracia assente na liberdade individual, numa sociedade dinâmica e numa consciência social comunitária. Com base na economia de mercado, mas com o foco na justiça social. Nesse sentido, deveremos ser intolerantes com as crescentes desigualdades sociais. Ninguém deve ser prejudicado nas suas legítimas aspirações de vida por viver num determinado contexto. A igualdade de oportunidades e o combate às injustiças sociais são princípios basilares.

Os últimos anos têm-nos revelado que, a par de importantes desenvolvimentos económicos e sociais, os avanços tecnológicos e o fenómeno da globalização têm cavado um fosso gradual entre os mais ricos e os que menos têm.

A globalização e a incorporação tecnológica têm trazido enormes benefícios para a humanidade, retirando tantos milhões de pessoas da pobreza e proporcionando mais bem-estar a tantas comunidades. Contudo, a distribuição nem sempre tem sido equitativa, gerando sentimentos de descrédito, angústia e até revolta em muitos setores das populações. Ou seja, para além de um primeiro argumento, de natureza humanista, que nos convoca para não tolerarmos situações de exclusão e de injustiça, deveremos acrescentar um outro argumento, de natureza política, que se prende com a fonte de fenómenos populistas e instabilidade social, se a coesão social não for devidamente cuidada. Não nos faltam exemplos de insatisfação, nas classes médias de sociedades ocidentais, que têm tido este perverso efeito. De igual modo, o próprio investimento e crescimento económico serão afetados se as desigualdades sociais avançarem.

Por tudo isto, o PSD não pode deixar que a sociedade se divida, deixando alguns para trás.

No nosso País, nos últimos anos, os salários reais decresceram, a produtividade estagnou e a desigualdade aumentou. Portugal é mesmo um dos países em que a peso dos salários no rendimento nacional mais diminuiu.

O combate à pobreza deve igualmente nortear as políticas públicas, envolvendo diferentes atores no plano privado e social. O País precisa de uma resposta integrada que contrarie a presente realidade que nos deve a todos incomodar.

A presente revolução tecnológica traz enormes oportunidades que o País não deve desperdiçar. Mas, em paralelo, deve reconhecer-se que há riscos associados a este momento histórico. Um novo modelo económico, baseado na inovação e na transformação digital, deve assentar em políticas promotoras de oportunidades para todos, em medidas atenuadoras de potenciais desequilíbrios no acesso aos benefícios e sempre sem prejuízo do escrupuloso respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Igualdade de Género

A igualdade entre homens e mulheres é um imperativo constitucional e um fator determinante da qualidade da democracia e do crescimento sustentável de qualquer país.

Ainda que se tenham verificado grandes avanços ao longo dos últimos anos, não sendo linear a sua progressão, persistem discriminações no mercado de trabalho, condições desiguais na promoção na carreira, dificuldades na conciliação da vida familiar e da vida profissional, persistindo também um fenómeno de sub-representação na participação política, particularmente grave ao nível do poder local. A par disto há ainda a destacar o flagelo persistente da violência doméstica e de género que afeta muito especial e gravosamente as

mulheres.

Com efeito, as mulheres continuam a enfrentar maiores dificuldades no acesso ao emprego, pese embora essa diferença tenha vindo, ao longo dos últimos anos, a mitigar-se. As dificuldades persistem com maior acutilância na progressão das suas carreiras profissionais, com especial destaque para a sua reduzida presença em lugares de decisão estratégica e executiva. A segregação de género no mercado de trabalho, horizontal e vertical, é uma realidade antiga e persistente, tendo como consequência, entre outras, a desigualdade salarial, patente nomeadamente nas suas diferenças de remuneração média. Aos obstáculos que as mulheres ainda enfrentam no mercado de trabalho, somam-se as dificuldades com que tradicionalmente se deparam na conciliação com as responsabilidades familiares e com a vida pessoal. O cuidado de familiares dependentes continua a ser entendido, maioritariamente, como uma obrigação feminina, dada a persistência de estereótipos que ainda conduzem a uma menor participação dos homens na esfera familiar e doméstica.

O papel da educação, das escolas e dos agentes educativos é fundamental para a necessidade de haver uma mudança cultural e de mentalidades e de prevenção das discriminações e das diversas formas de violência.

Apesar de todas as medidas tomadas, cumpre manter e aprofundar esforços para que se atinja o imperativo de plena igualdade entre homens e mulheres e atribuir uma maior visibilidade ao tema da igualdade.

Violência de género

A violência de género é a manifestação mais visível da desigualdade, traduzindo-se numa desqualificação do sexo feminino.

A violência doméstica é um problema que tem sido combatido, mas que ainda assim mantém grande persistência, fortemente marcada pelo género, já que, mais de 80% das vítimas deste crime são mulheres.

Configurando uma grave violação dos direitos humanos e uma manifestação de desigualdade estrutural, a violência contra as mulheres é um obstáculo à concretização dos objetivos da igualdade.

Apesar dos esforços continuados para combater este fenómeno e da estabilização dos valores registados nos últimos anos, a sua resistência impõe a continuação de uma intervenção persistente.

No domínio da prevenção, cumpre dar continuidade e ampliar os esforços destinados à sua maior eficácia, considerando-se necessário investir adicionalmente na melhor avaliação do risco das vítimas. E, no que se refere à proteção das vítimas e à prossecução da sua autonomização pós-acolhimento, devem continuar a multiplicar-se os apoios à rede nacional já existentes.

Conciliação da vida familiar e da vida profissional

Constituindo-se como um dos grandes desafios dos nossos dias, a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal é igualmente um dos eixos fundamentais da política de promoção da igualdade entre mulheres e homens ao nível da sua participação laboral, das possibilidades de realização profissional, pessoal e familiar e também do envolvimento equitativo nas responsabilidades familiares.

Com referência à questão da conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar, o papel crucial do Estado na promoção de condições que a facilitem, designadamente através de uma rede de equipamentos sociais, terá de ser complementado por iniciativas concretas entre os parceiros sociais e o Governo.

Acresce referir que o Código do Trabalho prevê instrumentos diversos de flexibilidade e adaptabilidade de organização dos tempos de trabalho, que podem ser acordados e negociados entre trabalhadores e entidades empregadoras, com a adoção de horários flexíveis, banco de horas e trabalho remoto, dando a estas organizações oportunidade de desenvolverem uma gestão socialmente responsável, sempre assentes no diálogo social.

O incremento da igualdade de género no mundo laboral, nomeadamente através de medidas de conciliação entre a vida profissional e familiar, induz níveis mais elevados de satisfação de trabalhadores e trabalhadoras, influenciando positivamente a produtividade, com óbvios benefícios para empregadores e trabalhadores.

Se pensarmos ainda que, em Portugal, o número de pessoas com mais de 65 anos já ultrapassa o número de pessoas menores de 15 anos, sendo a taxa de natalidade das mais baixas da Europa, estas medidas poderão concorrer para, em conjugação com outros fatores, favorecer o aumento da natalidade. A este respeito, urge promover uma partilha mais equilibrada das licenças parentais.

As medidas de conciliação entre a vida familiar e profissional são, naturalmente, gizadas em função das necessidades das famílias. Por outro lado, as necessidades das empresas, designadamente os ciclos de produção e os fluxos de encomendas/clientes são, também elas, determinantes para a implementação destas medidas. A eventual não coincidência das necessidades de conciliação de trabalhadores e das necessidades das entidades empregadoras enfatiza a utilidade do diálogo social e da negociação para um efetivo equilíbrio e paz social no mundo laboral.

Não menos importante é também estimular e desenvolver as opções de emprego para pessoas portadoras de deficiência, num contexto de igualdade de oportunidades e conciliação da vida profissional e familiar.

Emprego, Salários e Trabalho do Futuro

A questão do Emprego está, naturalmente, interligada com toda a esfera do mundo do trabalho e do pilar mais abrangente da proteção social que o Estado deverá garantir. Contudo, para o PSD, não subsistem dúvidas que as políticas de promoção de emprego têm de passar pelo tecido económico, pela pujança das empresas e pelo empreendedorismo empresarial e social.

As novas dinâmicas económicas, fortemente influenciadas pela globalização e, principalmente, pela revolução digital, devem rapidamente ser incorporadas na forma como lidamos com o enquadramento laboral. A promoção da justiça social, do bem-estar coletivo e da proteção de cada indivíduo obriga-nos a antecipar o futuro com abertura à mudança.

De igual modo, uma sociedade equilibrada e que compreende os benefícios, de natureza ética e económica, da coesão social deverá pugnar por políticas salariais justas e indutoras de contextos favoráveis. O salário médio do nosso País mantém-se em valores brutalmente baixos. Importa, assim, um esforço generalizado por parte dos poderes públicos, em estrito diálogo com o setor privado, na busca de soluções que promovam uma alteração urgente desta realidade que nos deve perturbar. Um País desenvolvido é um País que combate as desigualdades e que percebe a relevância de uma coesão social que garante estabilidade política, económica e social. O PSD estará na primeira linha na defesa de um esforço sensato e sustentável de melhoria dos salários, designadamente para a classe média, no nosso País. Os níveis de remuneração e de produtividade devem estar em convergência com a média europeia.

Uma saudável política de emprego e de melhoria salarial implica, como premissa, um contexto económico favorável à produtividade, com empresas competitivas e com crescimento económico. Para o PSD, não restam dúvidas que a criação artificial de soluções que não tenham uma base sólida, apenas criará uma ilusão conjuntural, que trará mais dificuldades no futuro.

O País deverá apostar na criação de um mercado de trabalho flexível e dinâmico, com capacidade para responder de forma rápida ao progresso tecnológico e a outros eventuais choques externos. O caminho terá necessariamente de passar por dar prioridade à formação e à requalificação ao longo da vida. As mudanças tecnológicas estão a concretizar-se a um ritmo alucinante e terão impacto na geração que está atualmente no mercado de trabalho. Do ponto de vista social, as pessoas têm de ser a prioridade das políticas públicas. Do ponto de vista económico, um capital humano qualificado e preparado para os novos desafios será um fator competitivo altamente diferenciador para Portugal no contexto global. O País necessita de um massivo programa de requalificação num esforço partilhado entre empresas, universidades e politécnicos, centros de formação e setor público. Numa perspetiva de médio/longo prazo, é essencial prosseguir uma estratégia que incentive novos modelos de aprendizagem e novas ofertas formativas no nosso sistema de ensino.

Em paralelo, a imprescindível abertura a novos modelos mais flexíveis de trabalho deve ser acompanhada de novas e eficazes respostas que correspondam a uma maior segurança para os trabalhadores, designadamente ao nível dos rendimentos, reduzindo os riscos em período de transição entre situações de educação/formação, emprego e desemprego.

Por outro lado, compete à sociedade e ao Estado apoiar cidadãos e grupos especialmente vulneráveis em situação de desemprego (como os jovens e os desempregados de longa duração). Dever-se-ão concretizar medidas ativas de emprego, enquanto instrumento social-democrata: o Estado "ajuda" a remover um obstáculo que a vida criou, fornecendo ferramentas para que cada pessoa possa voltar à situação de igualdade de oportunidades que lhe permita prosseguir o caminho por si definido.

Em tempos de profundas mudanças e gigantescos desafios que obrigarão a uma enorme eficácia, ao nível das medidas ativas de emprego e ao nível dos programas de reconversão e requalificação, o Estado tem de encontrar novos modelos e novos instrumentos de resposta. Repensar o papel do Instituto Público de Emprego no serviço aos cidadãos e na interação entre a procura e a oferta de emprego e de "competências", é um imperativo.

Por último, deve ser sublinhado que, para o PSD, o papel da Concertação Social é insubstituível num quadro de participação cívica, de representatividade social e de diálogo responsável.

Prestações sociais e Segurança Social

A proteção social é um dos elementos basilares do Estado Social de Direito e, como elemento base da nossa sociedade, deveria inquestionavelmente ser uma prioridade política.

O sistema de segurança social português é, a par da dívida pública, uma das grandes fontes de injustiça geracional, antagonizando pensionistas a trabalhadores. Perante uma pirâmide demográfica negativa, o aumento das contribuições e a desqualificação média dos trabalhos e respetivos salários, os custos com as pensões igualarão as receitas até 2030.

No entanto, a complexidade que rodeia o Sistema de Segurança Social (material e formalmente) tem vindo a ser aproveitada para uma instrumentalização ideológica que assegura, exclusivamente, a desinformação e a acentuação da iliteracia dos próprios beneficiários do sistema.

Essa é a primeira batalha: conseguir que o debate seja feito de forma informada e transparente. Aquilo que não reconhecemos, não debatemos. Aquilo que não debatemos, não resolvemos, não melhoramos, não solucionamos.

Urge reconciliar gerações e salvaguardar o sistema previdencial português – hoje e no futuro. Não é possível, nem realista, nem razoável, adiar mais a reforma da segurança social. Só com um tratamento de choque é possível assegurar a sustentabilidade da Segurança Social.

O Sistema de Proteção Social português garante e deve garantir uma Proteção Social do início ao fim da vida. Cumpre discutir os moldes em que esta função inquestionável do Estado deve desempenhar o seu papel, quer enquanto guardião do sistema previdencial, quer na sua

vertente de redistribuição de riqueza.

O nosso Sistema divide-se em três pilares diferentes: o Sistema de Proteção Social de Cidadania (onde cabem os subsistemas de Ação Social, Solidariedade e Proteção Familiar); o Sistema Previdencial (que inclui o Sistema Público de Pensões); e o Sistema Complementar.

De uma forma simplista, a controvérsia que se gera em torno do Sistema Público de Pensões – o único pilar da Segurança Social que ainda é merecedor de alguma discussão, ainda que pobre – é normalmente sintetizada numa pergunta: até quando, e em que condições, haverá dinheiro para pagar pensões?

E esse é, justamente, o debate que a Esquerda tenta diminuir e impedir, demonstrando uma impressionante desonestidade intelectual e um desrespeito gritante pelos portugueses.

Porquê? Simplifiquemos: desde logo, já foram vários os anos em que o sistema não se demonstrou capaz de se autofinanciar em virtude da inversão da pirâmide demográfica e do sucessivo incumprimento dos princípios contributivos que o regem, tendo sido sustentado por transferências diretas do Orçamento do Estado – o que significa que o nosso Sistema já incumpriu as suas próprias regras. Por outro lado, funcionamos em sistema de repartição – ou seja, o contribuinte de hoje provém ao pagamento do pensionista de hoje (o "pay as you go"), sem que se pense muito bem em como irá assegurar-se o pagamento das responsabilidades de amanhã. Considerando factos como a inversão da pirâmide demográfica e o fenómeno do duplo envelhecimento, é fácil perceber que a realidade que sustentou o desenho e implementação deste sistema não é já a realidade da sociedade de hoje – o que, mesmo que ainda não tivéssemos experienciado um incumprimento que o comprovasse, devia ter-se por evidente a obrigação de debater o Sistema no contexto atual – discussão essa que não se está a ter.

A tudo isto (que só nos pode levar à conclusão óbvia de que o assunto tem de ser debatido, por respeito a todos, sem quaisquer tabus), acresce o Relatório de Sustentabilidade da Segurança Social: todos os anos, anexo ao Orçamento do Estado, há um Relatório que nos diz que o Sistema Previdencial tem efetivamente previsão de saldos negativos - e dentro de uma ou duas décadas, conforme a oscilação do emprego/contribuições.

A necessidade de debater o Sistema Público de Pensões e o correlacionado funcionamento do Sistema de Segurança Social é mais que uma necessidade indesmentível – é uma questão de honestidade, seriedade política e respeito pelos portugueses.

Pretendemos um Estado que tem como primordial missão uma Proteção Social efetiva e eficaz; um Sistema de Segurança Social que seja garante de proteção social e justa redistribuição da riqueza; um Sistema Público de Pensões que respeite os princípios em que se baseia, nomeadamente na obrigatoriedade do respeito pela relação custo-benefício na assunção das responsabilidades do Sistema; um Estado que assuma como essencial o dever de informação, previsibilidade e transparência do Sistema a todos os cidadãos.

A Segurança Social deve, como qualquer serviço público, funcionar na perspetiva da eficiência e eficácia da resposta ao cidadão. Situações como o atraso no processamento das pensões – que já atingiu, em alguns casos, atrasos de mais de um ano – são não apenas provas do mau serviço público prestado: geram alarmantes situações inexplicáveis de desproteção social.

No caso da organização/funcionamento dos organismos que corporizam o Sistema de Segurança Social português, não vinga o princípio de otimização do funcionamento dos serviços públicos. A sua multiplicidade e opacidade impactam na fiscalização a que deviam estar sujeitos.

Defendemos medidas de transparência orçamental e estatística do sistema de segurança social que consubstanciem o respeito pelo dever de informação resultando, também, em mais e melhores mecanismos para uma fiscalização parlamentar que, em última análise, é a necessária e exigida prestação de contas aos portugueses.

Cumpre moralizar o sistema, criando mecanismos de deteção rápida e eficiente de situações

de incumprimento ou de fraude, de erros de gestão e de competência e, detetadas estas situações, a punição dos responsáveis deve ser exemplar.

Por outro lado, cabe equacionar que a função de seguro social (pensões e subsídio de desemprego) seja gerida autónoma e independentemente, ao passo que a função redistributiva deve ser transferida para o Governo (e integralmente suportada pelo Orçamento do Estado).

A discussão não pode deixar de igualmente passar pelas formas de financiamento da Segurança Social. O nosso Sistema assenta no Princípio da Contributividade, que dispõe que deve ser fundamentalmente autofinanciando, por um lado, e deve assentar numa relação sinalagmática direta entre a obrigação legal de contribuir e o direito a receber, ou seja, assenta numa relação bilateral entre contribuintes e pensionistas.

Contudo, nos últimos anos tem vivido das transferências do Orçamento de Estado, ficando à mercê não apenas dessas transferências, mas também da gestão limitada e pouco independente que as mesmas causam.

Cumpre discutir a possibilidade de se definir como regra primária que a função de seguro social (pensões e subsídio) seja suportada por contribuições, pela gestão do FEFSS e, subsidiariamente, por contribuições do Orçamento do Estado, ao passo que a função redistributiva deve ser suportada integralmente pelo Orçamento do Estado, da mesma maneira que se deve debater seriamente como se pretende autonomizar o Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social do Estado e capacitá-lo à luz das melhores práticas de gestão de fundos de pensões. O Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social deve, a médio prazo, ser autossustentável e capaz de assumir integralmente a gestão da função de seguro social (pensões e subsídio de desemprego).

Empreendedorismo Social, Associativismo e Voluntariado

O PSD foi e continua a ser o partido que mais apoio dá ao terceiro setor, aproveitando a sua proximidade das populações como ferramenta para resolver os problemas dos cidadãos de forma mais eficaz. A inovação e digitalização têm também transformado o terceiro setor, nomeadamente através dos projetos na área da economia, do empreendedorismo e do impacto social. Apoiar estes projetos, interligá-los e divulgá-los deve ser uma prioridade nacional e uma forma de dar voz à sociedade civil.

Sabemos que uma democracia será tão forte quanto a sociedade civil que a sustenta saiba ser forte e exigente com os seus políticos. Sabemos que uma sociedade solidária exige a participação de todos. O PSD deve ser o partido que apoia e dá voz a estas iniciativas, reforçando não apenas a economia social, o apoio ao mecenato, mas também a formas inovadoras de financiamento de projetos de empreendedorismo social, como as impact bonds.

A participação cívica é profundamente dinamizada através das suas inúmeras associações, cujos múltiplos âmbitos proporcionam à nossa população uma indelével e variada gama de opções participativas. Consideramos que o movimento associativo deve sempre ser encarado como um indicador de democratização e maior impacto da sociedade civil, com inúmeros proveitos sociais na construção de uma sociedade integrada e participativa. O PSD defenderá incessantemente o associativismo e todos os modelos de voluntariado, enquanto importantes escolas e dínamos de cidadania e uma fórmula efetiva de integração, inclusive de muitos jovens excluídos.

O nosso Estado

Funções do Estado

É preciso libertar a sociedade portuguesa do peso do Estado, que consome mais de metade da riqueza nacional. Mas esse objetivo não tem apenas motivações orçamentais: destina-se a reequilibrar a relação entre o Estado, os cidadãos e as instituições. Na visão humanista e personalista do PSD, a dignidade da pessoa humana exige a contenção do Estado na esfera da autonomia pessoal. Não compete ao Estado decretar um modelo de sociedade e de realização individual, mas apenas assegurar o direito de cada um ser livre e perseguir os seus objetivos pessoais. A pessoa e a sociedade existem antes do Estado, que não deve determinar um modelo de sociedade ideal, limitando as opções individuais. É o Estado que deve estar ao serviço das pessoas e não o contrário.

Queremos um Estado que valorize a liberdade, a criatividade, a inovação que emergem da sociedade. Cumprindo plenamente as denominadas funções de soberania. Os excessos intervencionistas, decorrentes da visão socialista do Estado e da economia, atentam contra o dinamismo e a vitalidade da sociedade, criando situações de corrupção e dependência, que correm o risco de se tornar estruturais na sociedade portuguesa. Queremos um Estado forte, mas concentrado nas suas funções essenciais, que permita à iniciativa económica respirar numa lógica de concorrência e igualdade, não condicionada por redes com ligações a famílias político-partidárias, como se tem acentuado com os sucessivos governos socialistas.

Não sendo o "dono" nem o "patrão" da economia e da sociedade, o Estado português tem pecado por ação e omissão em áreas-chave onde não deveria falhar. Um Estado que não protege as populações contra os incêndios florestais. Um Estado que não disponibiliza cuidados de saúde de qualidade aos cidadãos, em especial às populações mais carenciados e do interior. Um Estado que não paga as suas dívidas a horas, estrangulando a tesouraria das empresas. Um Estado que não permite a resolução eficaz de conflitos nos tribunais. Um Estado que demora demasiado tempo a julgar os criminosos, criando uma sensação crescente de impunidade. Um Estado que decide arbitrariamente os estímulos à atividade económica. Um Estado que desenha negócios nos gabinetes, repetindo erros de outros governos socialistas, bem conhecidos dos portugueses.

Em coerência com a nossa visão do Estado e da sociedade, acreditamos que o Estado deve deixar de ser empresário ou prestador direto de serviços, para assumir cada vez mais um papel de regulador independente da atividade económica, com maior imparcialidade, focando-se em garantir a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, se possível em situação de concorrência. Para isso é necessário criar condições para o correto funcionamento das entidades reguladoras independentes, que não sejam capturadas por interesses corporativos, sem medo de cativações dos seus saldos de gerência ou outras tentativas de interferência ou pressão política.

Para isso defendemos não apenas o reforço dos mecanismos de transparência e responsabilização dos reguladores perante o público e uma maior profissionalização do processo de escolha e designação dos titulares dos órgãos dos reguladores, acentuando a sua independência, bem como a estabilidade e previsibilidade das decisões regulatórias, imunes aos ciclos políticos, permitindo gerar maior estabilidade e confiança nos agentes económicos, mas também a responsabilização dos reguladores independentes e dos seus líderes, atendendo à influência e peso que têm na economia nacional.

Administração Pública: pessoas e recursos

Nos últimos quatro anos assistimos a um aumento da carga fiscal e do esforço fiscal dos portugueses para valores nunca antes conhecidos (os Portugueses nunca pagaram tanto), enquanto que os serviços públicos oferecidos se degradaram a olhos vistos (e os Portugueses recebem menos e/ou pior).

O principal problema não é o da dimensão absoluta do Estado, mas antes o seu custo relativo excessivo: o Estado é cada vez maior e mais caro, para servir os interesses dos cidadãos cada vez pior.

Na verdade, o input é grande mas o output das Administrações Públicas é baixo quer na quantidade, quer na qualidade. Isto tem implicações sérias sobre a qualidade de vida e prosperidade dos cidadãos, nomeadamente, no baixo PIB potencial, na baixa competitividade da economia, nos baixos salários ou na elevada desigualdade. Assim como se reflete na falta de quantidade e qualidade no serviço aos portugueses, seja na Saúde, na Educação, na Formação Profissional ou em qualquer outra área. Desta realidade resulta, muitas vezes, a necessidade de os portugueses terem de incorrer em custos adicionais para pagar o acesso a serviços suplementares ou de substituição, como os seguros privados de saúde, ensino particular, explicações e atividades extracurriculares.

Outro problema identificado passa pelos modelos de organização e gestão de recursos e processos ineficientes, ultrapassados e rígidos, e pelo centralismo e macrocefalia governativa. Portugal é um dos países mais centralizados da OCDE (por exemplo na medição dos recursos humanos e da despesa pública), prejudicando inúmeros portugueses, como as comunidades do interior do país ou mesmo determinados grupos em zonas suburbanas das áreas metropolitanas.

Por outro lado, cada vez que muda o Governo, mudam, sem razão aparente, a sua orgânica e arrumação interna. Cabe equacionar uma reforma da estrutura do Estado que perdure e atravesse legislaturas, capaz de agregar o melhor do capital humano público e de criar uma estabilidade organizativa da administração do Estado que não seja passível de alteração em virtude da mudança das cores partidárias.

A atual organização e funcionamento do Estado gera privilégios e rendas para alguns, agravando as desigualdades e a perda de competitividade. Para além dos casos de corrupção e promiscuidade, há proteções de mercado, burocracias e vantagens atribuídas a grupos particulares.

Acresce que as necessidades presentes agravar-se-ão no futuro com as dramáticas perspetivas demográficas do País - envelhecimento, redução do número de jovens, eventual redução da população, sobreconcentração no Litoral e desertificação do Interior - criando nuvens negras sobre a sustentabilidade do Estado Social. Por um lado, por gerarem mais pressão sobre a procura de certos serviços, como a saúde ou os cuidados de idosos dependentes, e por outro, por aumentarem as dificuldades de ajustamento da oferta às quebras de procura e por reduzirem o número de pessoas que efetivamente contribui financeiramente para o sistema.

Uma reforma da administração pública deve assentar em determinados princípios:

- Promoção do Estado Social, garantindo o acesso a todos, independentemente da condição social, da origem ou do lugar onde se vive;

- Eficiência e eficácia para melhorar as funções de produção, controlo e financiamento do Estado, não necessariamente reduzindo as suas funções;

- Critérios de gestão profissional e eficiente com reforço dos mecanismos internos de produção de serviços e de foco nos cidadãos;

- Mérito, transparência e avaliação consequentes;

- Maior participação da comunidade, incluindo nos serviços sob gestão direta do Estado;

- Aproveitamento dos melhores recursos do Estado numa ótica de maior eficiência e coragem para desinvestir das áreas em que o Estado não pode prestar o melhor serviço;

- Digitalização e potenciação dos avanços tecnológicos.

Todavia, há um elemento estruturante de qualquer visão estratégica para o funcionamento do Estado que passa pela valorização dos seus profissionais mais competentes.

Na composição (incluindo entradas e saídas) e na revisão das condições, remuneratórias e outras, dos funcionários públicos, deve ser dada prioridade à atração e retenção de talento mais qualificado para as Administrações Públicas. E devem ser reforçados os mecanismos que valorizem e reflitam o desempenho e mérito dos trabalhadores do setor público e dos respetivos serviços, ajustando-os também à situação do País, do Estado e dos serviços, designadamente, através da avaliação do desempenho com consequência efetiva e significativa na remuneração. O que também significa não promover comportamentos negligentes ou funcionários públicos pouco interessados na efetiva missão do Estado: precisamos que todos façam bem o seu trabalho, não cabendo ao Estado suportar profissionais incompetentes.

A filosofia inerente não pode deixar de estar centrada no serviço público, aos cidadãos, às empresas e a outras organizações. Uma boa medida desse foco passa pela necessidade de desburocratização e de redução das atuações sujeitas a licenciamento prévio, implementando uma passagem generalizada para regime de comunicação prévia ou deferimento tácito, associado a termo de responsabilidade dos consultores especializados, com eventual certificação externa por entidades acreditadas. A realocação dos recursos humanos públicos deve fortalecer a capacidade de fiscalização do Estado. Assim como se deve adotar, gradualmente, novas soluções de regulamentação pública com modelos facilitadores da dinâmica económica, como correspondente incremento de controlo e transparência.

A revolução digital deve igualmente ser encarada como uma excelente oportunidade para a modernização dos serviços e ganhos de eficiência, designadamente, através da utilização de soluções de inteligência artificial, da desmaterialização, do digital by design, do Open Government by default e com organização dos serviços atendimento em front office digitalizado e disseminado localmente e back office concentrado e especializado. Portugal merece ter um Estado inteligente ao serviço do cidadão.

É imperiosa a consolidação de um modelo de Avaliação Pública, transparente e consequente nas políticas públicas e nos serviços prestados. O próprio modelo da inspeção interna do Estado deve ser repensado com concentração e padronização das fórmulas de intervenção, mantendo a capacidade especializada e com o reforço significativo dos recursos, ferramentas e regras de atuação.

No mesmo sentido, devem desenvolver-se e publicitar-se indicadores de desempenho dos serviços públicos e a sua comparabilidade com prestadores não públicos, sempre que existam. Usando todas as funcionalidades permitidas pela digitalização, deve monitorizar-se o nível de satisfação dos utilizadores dos serviços públicos com a consequente publicitação.

Desde que esteja garantida a excelência na contratação, controlo e avaliação da execução do contrato, deve equacionar-se o recurso à contratualização da prestação de serviços e equipamentos. Deste modo o Estado regula, contrata, financia em condições favoráveis e fiscaliza. Em respeito pelos contribuintes e pelos cidadãos em geral, urge rentabilizar os recursos do Estado, potenciando um serviço público com mais qualidade e efetividade para todos.

Finanças Públicas e Fiscalidade

O Governo socialista tem escolhido canalizar as elevadas receitas conjunturais, por força do ciclo económico favorável (mais receita fiscal e dividendos), essencialmente para o aumento da despesa corrente. Essa opção é errada, desde logo, porque cria despesa rígida que subsistirá aquando da potencial desaceleração económica.

O mais grave é que o Governo aumentou a carga fiscal, alocou essa receita à despesa corrente, mas os serviços públicos estão notoriamente a funcionar pior. Um caso crasso de incompetência na gestão pública.

De igual forma, cativações cegas e investimento público historicamente baixo contribuíram, de forma evidente, para a atual degradação dos serviços.

Em linha com a necessidade de redução da dívida pública, um outro objetivo fundamental passa pelo combate ao verdadeiro monstro fiscal instalado, com redução da carga fiscal em Portugal, dando prioridade à tributação dos rendimentos do trabalho, das pequenas poupanças e do investimento empresarial, através da redução, em sede de IRS, da tributação dos rendimentos do trabalho e da redução gradual do IRC.

É fundamental combater o rentismo tributário e as desigualdades que gera com simplificação do sistema e com uma revisão profunda e drástica dos benefícios fiscais cujo montante (segundo cálculo da AT sob a ótica de despesa fiscal) ultrapassam os 12 mil milhões de euros, ou seja, mais do que a receita total de IRS. Defende-se igualmente a eliminação da taxa intermédia de IVA, tendo como contrapartida uma redução da taxa máxima de IVA, que é a taxa aplicável à larga maioria dos produtos consumidos pelos portugueses.

Um outro pilar estruturante é a estabilidade da legislação tributária e a simplificação dos processos de interação com a Autoridade Tributária, em conjugação com o reforço das garantias dos contribuintes, designadamente em sede de procedimento administrativo e de contencioso tributário.

Justiça

Persiste uma desconfiança generalizada face ao (não) funcionamento da Justiça. Não necessariamente por conta dos profissionais desta áreas mas, sobretudo, porque a Justiça continua a não ser encarada positivamente devido ao modo permanentemente retardado, dificultado e embaciado, como a prestação de Justiça ainda é percebida na sociedade portuguesa.

Do ponto de vista do cidadão a Justiça é, quase sempre, lenta nos seus procedimentos, obscura nas suas decisões, dispendiosa, complicada, de acesso difícil. No que respeita às instituições, particularmente às empresas, o acesso à Justiça é quase sempre um pesadelo a evitar, um labirinto onde se tem de entrar sem se saber quando e como se vai sair, um entorpecimento geral dos seus legítimos interesses e expectativas. Tanto cidadãos como empresas... ninguém parece contar com a Justiça.

Mas a Justiça não tem de ser assim em Portugal, tal como já não o é em tantos dos nossos parceiros europeus com os quais nos podemos comparar.

A reforma da organização judiciária de 2012 foi a última grande mudança que Portugal realizou na área da Justiça. Deu-se, então, um primeiro passo significativo no sentido de atacar o crónico problema da morosidade dos Tribunais que desespera os cidadãos e retarda fatalmente o desenvolvimento do país.

Essa reforma mudou a lógica antiga da organização dos tribunais, permitiu uma gestão por objetivos à luz das melhores práticas internacionais, penalizando-se os tribunais menos eficientes e premiando-se os mais produtivos. A Justiça não deve ser tratada como um negócio, mas deve orientar-se segundo critérios de eficiência e metas de resultados concretos. Tal foi, contudo, rapidamente revertido pelos governos de Esquerda.

Este primeiro passo obriga a outras decisões subsequentes dando seguimento a uma reforma da organização judiciária que implique uma clara agilização na distribuição e tramitação processual, uma simplificação na afetação e mobilidade dos recursos humanos e uma autonomia das estruturas de gestão dos tribunais, permitindo ganhos de eficácia, eficiência e de qualidade.

Contudo, nos últimos anos, perante a inércia de quem se negava a reformar, os problemas agudizaram-se até níveis nunca antes vistos. O sistema prisional está a rebentar pelas costuras, grassa o descontentamento dos profissionais e as prisões são notícia pela indisciplina e pela crescente falta de condições. Os registos e notariado não conseguem cumprir as suas missões

com eficiência e os direitos dos cidadãos e das empresas ficam limitados. As polícias de investigação criminal sobrevivem com uma escassez paupérrima de meios que contrasta em absoluto com as cíclicas promessas de abundância futura. Os funcionários judiciais são escassos e estão cada vez mais desiludidos. Os magistrados judiciais e do ministério público continuam sem condições para cumprir aquilo que lhes é exigido. Os advogados são permanentemente tratados pelo Governo como os parentes pobres e remotos da Justiça, já nem sequer sendo chamados para ajudarem a compor os projetos de revisões legislativas que podem afetar significativamente a sua atividade.

Tal como toda a política, a Justiça, nas suas várias vertentes, tem de ser feita e dirigida para as pessoas, isto é, para os cidadãos e para as empresas. Quando uma área de soberania mantém tantos problemas de funcionamento ao longo de décadas, quando a sociedade a que se destina permanece em estado geral de dúvida e de receio, quando um sistema não conseguiu evoluir e adequar-se devidamente às necessidades do tempo em que vive, quando os problemas crónicos não se resolvem e até se incrementam, as soluções serão, sem dúvida, complexas e difíceis, mas têm de ser possíveis.

Por outro lado, o reforço da utilização de novas tecnologias, no quadro do sistema judiciário, abre um vasto leque de oportunidades e de melhorias no plano do funcionamento dos tribunais e do acesso à justiça em prazo razoável.

No plano do diagnóstico da realidade atual, há dificuldades de ordem prática que recorrentemente se fazem sentir no dia-a-dia dos nossos tribunais: lentidão do sistema, insuficiência qualitativa e quantitativa dos equipamentos, dificuldades na substituição de cartões de acesso ao sistema, implementação de funcionalidades e alterações sem comunicação eficaz ou teste prévio e introdução dos sistemas sem adequada formação e treino dos utilizadores.

Para além do reforço da oralidade, simplicidade e eficácia processual, a utilização de formulário e templates, entre outras funcionalidades, deve ser implementado um amplo processo de digitalização do judiciário no atual contexto de evolução das ferramentas tecnológicas disponíveis, através da modernização das plataformas de gestão processual e de apoio à decisão judicial, melhor acesso a bases de dados e informação processual relevante, reforço da segurança e combate a vulnerabilidades, a simplificação, troca e circulação de documentos entre tribunais de primeira instância e tribunais superiores, fomento da partilha de conhecimento e incentivo do trabalho e colaboração à distância.

Tornando mais previsível a aplicação da lei e potenciando a coerência da jurisprudência, o tratamento de dados judiciais pelas tecnologias de informação pode contribuir para uma maior clareza e transparência do sistema de justiça. Estas ferramentas também se traduzem num acréscimo da produtividade do trabalho judicial, ajudando em especial na execução das tarefas menos complexas e repetitivas. Contudo, a sua desejável utilização crescente deve ser acompanhada de um especial rigor e precauções de segurança, confinando-a aos princípios e valores matriciais do Estado de Direito. A utilização da inteligência artificial, por exemplo, deve estar ao serviço dos magistrados e dos diferentes agentes da justiça e dentro de claros mecanismos de segurança, controlo e regulação institucional.

Por fim, é necessário retirar dos tribunais os temas que possam ser resolvidos mais facilmente fora deles e cuja relevância, necessidade de solução rápida ou procedimento não justifiquem a convocação de um tribunal.

São necessárias mudanças que conduzam o sistema de justiça para o nosso tempo, com mais celeridade e simplicidade, melhor gestão, critérios de produtividade e de racionalidade, melhor tecnologia, em especial na gestão de informação e de bases de dados. Acreditamos que a Justiça não deve estar virada sobre si própria. Para isso é essencial envolver todos os agentes do setor na promoção uma nova cultura judiciária, focada em servir os cidadãos e as empresas, onde a substância das decisões prevaleça sobre os excessos de formalismo que consomem demasiados recursos ao sistema.

Combate à corrupção

A Justiça, hoje, vista por dentro e olhada a partir de fora, transformou-se num lago de águas paradas feito de oportunidades desperdiçadas, de estagnação e desencanto.

Acresce a este quadro negativo a perceção social de crescimento dos chamados crimes de colarinho branco e da generalização de práticas de corrupção que ficam impunes, beneficiando a sensação ininterrupta de batota na gestão de oportunidades na sociedade portuguesa.

A corrupção e os seus filhos menores, o compadrio e o amiguismo, são os maiores inimigos da meritocracia e da lógica contemporânea da igualdade entre os cidadãos. Têm a infeliz capacidade de subverter o talento, de viciar as regras arejadas e higiénicas da mobilidade social e de emprestar a todas as escolhas o estigma da suspeição e da indignação. Mais ainda, a corrupção é o fenómeno que mais atrasa o desenvolvimento humano e entorpece a renovação social e económica. Não por acaso, os países onde a perceção da corrupção é menor contam-se como aqueles que conseguem facultar melhor qualidade de vida aos seus cidadãos.

Infelizmente, Portugal não está neste pelotão dianteiro. Perante esta lamentável realidade, o Governo socialista apenas se tem desdobrado em promessas de ações que nunca chegam, em juras de firmeza que cedo amolecem e, claro, em novas comissões legislativas que irão, num tempo indeterminado e incerto, encontrar a fórmula legal para transformar qualquer metal em ouro legislativo, resplandecente e redentor.

O alargamento da corrupção em Portugal não se resolve nem se estanca com novas leis. Sem prejuízo das atualizações e evoluções necessárias, melhor seria se aquelas leis que agora temos fossem devidamente cumpridas. E não o são porque as autoridades judiciárias e judiciais não dispõem de capacidade suficiente para o fazer.

O caminho passa por colocar como primeira prioridade a dotação, às polícias e aos tribunais, de meios e de instrumentos capazes de aplicar as leis já existentes, de agilizar os procedimentos imprescindíveis nessa luta, de eliminar os obstáculos burocráticos e financeiros que desanimam aqueles que têm como missão tornar Portugal num país onde o mérito e as capacidades de cada um sejam o verdadeiro e inequívoco impulsionador dos cidadãos e das empresas.

Também nesta área, o PSD não se encolherá no comodismo de não afrontar os interesses instalados. Teremos a coragem de mudar, de inovar e de atualizar.

Sistema Político

O PSD estará fortemente empenhado na reafirmação dos valores democráticos que têm trazido paz, liberdade e prosperidade às sociedades. Atravessamos um tempo em que os pilares tradicionais da democracia liberal e representativa são quotidianamente desafiados, designadamente, em sistemas que considerávamos imunes a influências populistas e autocráticas. Urge, como tal, vincar o respeito e a inequívoca adesão aos princípios da liberdade individual e da democracia representativa.

Para dar robustez ao nosso regime democrático, necessitamos de permanentemente encontrar novas fórmulas de afirmação do nosso sistema político, adaptando-o aos anseios presentes e futuros das populações. Uma crescente proximidade entre eleitores e eleitos, uma inegociável prática sujeita a uma ética irrepreensível e uma aposta em mais mecanismos de transparência e de escrutínio, são caminhos que queremos trilhar, em benefício de uma sociedade mais participativa e mais comprometida com as suas opções coletivas.

Os recentes números da abstenção devem ser estudados e analisados numa perspetiva ativa de busca de respostas adequadas às legítimas aspirações da sociedade. Os avanços tecnológicos e o espírito cívico das novas gerações devem ser interpretados como uma pertinente oportunidade para gerar, na sociedade portuguesa, um movimento participativo

que inverta as tendências mais recentes.

Essa será a melhor forma de defendermos a democracia e de promovermos os seus valores fundamentais.

Relativamente ao sistema eleitoral, o PSD estará aberto e preparado para aprofundar esse debate, apresentando propostas, a partir do momento em que estejam reunidas as condições políticas necessárias para se formar uma maioria qualificada que permita essas mudanças no Parlamento. Ao longo de décadas, o País tem assistido a um jogo inconsequente de propostas estéreis que criam uma ilusão e que redundam numa desilusão. Abrir um debate quando se sabe que, à partida, jamais terá efeito, pode ser um interessante exercício académico, mas é um logro político. No momento em que esta circunstância se alterar, o PSD assumirá as suas responsabilidades, promovendo um amplo debate e defendendo as suas propostas.

Novas ameaças à Democracia

Uma das maiores ameaças à democracia atual é a desinformação e o populismo, em forma de fake news ou verdades adulteradas, muito potenciado pela internet e pelas redes sociais.

Esta ameaça não vem da esquerda nem da direita, antes vem dos extremismos, de movimentos que capitalizam a desinformação para ganharem votos, eleições e controlarem as sociedades livres, tornando-as menos maduras e esclarecidas.

Neste contexto, impõe-se uma resposta global, com intervenção localizada, no sentido de responsabilizar todos os atores nesta área: poderes públicos, com o dever de criar normas e de exercerem uma regulação ativa e eficaz; as plataformas tecnológicas, cuja responsabilidade não poder ser atenuada; os órgãos de comunicação social que se devem diferenciar pelo rigor e pela deontologia; e, finalmente, os cidadãos – cada um de nós – pelo civismo, pela responsabilidade e pela integridade com que devemos interpretar e agir no campo cibernético. Uma particular atenção deve ser prestada às recorrentes tentativas de manipulação de processos eleitorais. Os verdadeiros democratas têm de se inquietar com os perigos que espreitam com estas perversas práticas.

Uma utilização ética e responsável das novas ferramentas tecnológicas que temos hoje ao nosso dispor, poderá ser um enorme aliado ao fortalecimento da democracia. Por exemplo, ao nível do aumento dos canais de participação cívica, dos mecanismos de controlo, escrutínio e transparência ou mesmo da maior eficácia das políticas públicas. No entanto, a sociedade tem de ter presente que esta oportunidade, não sendo devidamente utilizada, poderá transformar-se numa ameaça de difícil reversibilidade.

Em paralelo, a segurança no ciberespaço e o respeito pela proteção dos dados pessoais são direitos variáveis essenciais para a preservação dos regimes democráticos e para a estabilidade dos equilíbrios sociais.

Neste campo, todos deveremos formar uma verdadeira coligação contra a manipulação e o obscurantismo, combatendo sem apelo as campanhas de desinformação. Esta leitura implica uma total ausência de tolerância para quem faz da desinformação a sua arma politica. Assim, nesta dicotomia entre manipuladores de desinformação e os defensores das sociedades livres e democratas, importa cerrar fileiras no combate sem quartel. Esse é, provavelmente, o maior combate politico dos nossos tempos, e um que vale a pena travar, já que é a democracia, a liberdade e o nosso modo de vida que estão em causa.

Em paralelo, o panorama dos media em Portugal, devido a condições objetivas, nomeadamente económicas e financeiras, continua a agravar-se e a colocar em causa a sobrevivência de diversos órgãos de comunicação social. Em particular, a comunicação social local e regional, que desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo, enfrenta desafios redobrados.

A inovação tecnológica, e consequente migração para o digital, colocou em causa a viabilidade financeira dos modelos tradicionais. A multiplicação brutal de emissores de informação e o alcance global das novas plataformas digitais implica ainda crescentes necessidades de investimento com a migração para o suporte eletrónico e com a inerente formação necessária. Ao Estado compete, em primeira instância, proteger e promover a independência e o pluralismo dos media. Do ponto de vista da sustentabilidade financeira, o Estado pode assumir um papel mais ativo na regulação do mercado, na exigência de transparência por parte de todos os operadores e na garantia de um level playing field com regras claras de concorrência e com respeito pelos direitos de autor.

Deve, contudo, rejeitar-se qualquer circunstância em que se promova qualquer espécie de dependência a transferências, financeiras ou de outra natureza, sujeitas à vontade política conjuntural.

A verdade é que a fragilidade da comunicação social representa riscos de captura pelo poder político e por interesses económicos. Há várias razões que justificam a intervenção do Estado neste domínio, na medida em que o interesse público da liberdade de imprensa tem de ser garantido num regime democrático. Este propósito deve, no entanto, estar sujeito ao princípio da liberdade dos agentes de comunicação social e da liberdade individual dos cidadãos na escolha das suas fontes de informação.

O limite da intervenção do Estado é sempre o da liberdade, sob pena da intervenção ser ela própria a negação dessa liberdade, convertendo-se em instrumentalização.

O Estado pode promover e incentivar, por exemplo através do sistema de ensino, a leitura e o consumo de informação pluralista, isenta e rigorosa e pode estimular a diversificação das fontes de publicidade pela via fiscal.

Importa ainda recordar que a comunicação social de âmbito regional e local enfrenta desafios adicionais derivados das assimetrias de desenvolvimento do território, devendo ter-se em conta a sua diferenciação nos territórios de baixa densidade populacional.

A liberdade de imprensa, o pluralismo, a informação mediada e a diversidade são fundamentais para a robustez de qualquer Democracia.

Segurança e Proteção Civil

O estado de deterioração a que temos assistido nos últimos anos, na área da segurança e da proteção civil, é inaceitável. A desvalorização do papel e da missão dos profissionais e as degradantes condições de trabalho que lhes são oferecidas merecem a nossa indignação. Uma sociedade livre precisa de um Estado com capacidade para exercer a sua autoridade.

Precisamos, em primeira instância e sem qualquer hesitação, de sublinhar e agradecer o brio, o empenho e a coragem de todos aqueles que se empenham quotidianamente por zelar pela segurança de todos nós. A sociedade portuguesa, e em particular o Estado português, devem saber reconhecer esse estatuto ímpar destes profissionais, dando-lhes todas as condições e atribuindo-lhes toda a autoridade para desempenharem cabalmente as suas atribuições.

Em paralelo, devemos apostar num plano de investimento efetivo nas áreas de soberania para dotar as nossas forças de segurança e de proteção civil dos meios adequados para desempenhar a sua nobre missão.

De igual modo, na área da proteção civil, depois de anos de uma política errada com terríveis consequências, devemos virar a página no sentido de prestigiar aqueles que atuam no terreno e despartidarizar aqueles que estão integrados nas hierarquias operacionais.

Do ponto de vista operacional e do ponto de vista dos equipamentos e recursos, deveremos modernizar a capacidade de resposta a novas ameaças à ordem pública e a novos fenómenos naturais. Por exemplo, ao nível da segurança digital, das políticas migratórias (serviço de estrangeiro e fronteiras), da gestão de crises e de catástrofes, o País deverá atribuir a devida

relevância crítica às políticas de segurança e de proteção civil.

Defesa Nacional

Uma política de defesa nacional deve ser um instrumento de coesão e afirmação nacionais sustentado num consenso abrangente e deve estar imune a divergências políticas conjunturais. E deve colocar Portugal como ator de referência internacional.

Deve ser incentivada a formação cívica dos portugueses, incluindo no sistema de ensino formal, para uma cultura de segurança, defesa e paz. A promoção de um sentido responsável e comunitário de cidadania ativa e a valorização do serviço cívico e militar contribuirá para criar condições mais dignas atrativas nas nossas Forças Armadas.

As profundas mudanças que estamos a vivenciar exigem o investimento na reavaliação dos dispositivos dos diferentes ramos, readaptando-os operacionalmente para novas ameaças que assumem crescentemente um cariz não convencional. De igual modo, a modernização dos equipamentos é incontornável do ponto de vista do interesse nacional. O País deve desenvolver uma estrutura tecnológica e industrial de defesa e deve apostar na investigação aplicada nas questões de segurança e defesa. No seio das forças armadas, e perante as evoluções sociais, ambientais e geopolíticas, deve aprofundar-se a capacitação ao nível da gestão de crises, de diferente natureza.

Em paralelo à consolidação dos ramos tradicionais, impõe-se a necessidade urgente de criação de uma estratégia de Ciberdefesa e de Segurança Digital, que se concentre na especificidade deste relevante campo de ação. Este é hoje um espaço crescentemente privilegiado para tensões geopolíticas e onde se afirmam as ameaças mais significativas.

A anunciada revisão do conceito estratégico de defesa nacional deve ser um importante momento de reflexão abrangente e diversificada em torno das grandes opções fundamentais do País. O PSD contribuirá para esse debate.

Política Externa, Língua Portuguesa, Comunidades e Europa

Portugal joga o essencial da sua política externa nos três vértices do triângulo global, europeu e lusófono. Em cada um desses vértices, Portugal deve reforçar e alavancar a sua participação nos demais. Assim, na frente global, Portugal deve surgir como um influente membro da União Europeia e país decisivo na CPLP, assim reforçando o seu papel de mediador global. Na frente Europeia, Portugal não deve descurar a sua dimensão lusófona e, na CPLP, Portugal é o único Estado membro da União Europeia e, consequentemente, o único a poder servir formalmente como elo de ligação entre as duas comunidades. Mais do que reconhecer estas realidades, é necessário pô-las em prática, tirando partido efetivo destas ancestrais e enraizadas ligações.

Portugal é um país Europeu, com vocação atlântica. Também aí tem um papel relevante a desempenhar, estreitando as relações entre a União Europeia e os dois lados do atlântico. A pertença à União Europeia e à NATO reforçam a importância dessa participação portuguesa.

O mundo hoje vive momentos complexos no plano das relações internacionais. A evolução do direito e das relações internacionais no pós II Guerra tinha levado a um desenvolvimento efetivo do multilateralismo, por oposição ao bilateralismo que até então se vivia. O multilateralismo permitiu a consolidação de organizações internacionais como a ONU, a OMC, ou a OIT, bem como a verificação de um diálogo profícuo entre nações. O mesmo se verificou em fora informais, mas não menos importantes, tais como o Fórum Económico Mundial, os G7, G15 ou G20. Isto permitiu uma era de paz sem precedentes e de respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos direitos humanos. Sem prejuízo de focos de conflito em todo o mundo e da instabilidade politica e económica que eles alimentam, na verdade ainda vivemos hoje um período de tranquilidade singular na História moderna.

Contudo, estes tempos não são vividos sem ameaças. A linha política assumida por um

número crescentemente significativo de novas lideranças, à escala global, prenuncia um período diferente, previsivelmente de maior instabilidade.

Estes novos protagonismos abandonaram o multilateralismo, em benefício de unilateralismos ou nacionalismos, assim iniciando uma nova era nas relações internacionais.

Esta realidade traz riscos, mas também oportunidades não antes vistas. Se, por um lado, o unilateralismo, designadamente o norte-americano, significa o enfraquecimento dos acordos de comércio livre, o menor investimento na NATO ou o surgimento de guerras comerciais, por outro, tudo isto significa que a Europa, e nela Portugal, deve encontrar um novo espaço, reforçando o seu papel mediador de conflitos e de promotor de pontes entre diferentes regiões e culturas globais, designadamente entre as potências americanas e chinesas.

A nossa política externa precisa de reforço da posição portuguesa nos vários cenários internacionais em que podemos exercer e valorizar a nossa presença e de prospetiva, na ampliação de um peso internacional assente na nossa experiência histórica, na Língua Portuguesa, na cultura e no desenvolvimento científico e tecnológico sustentáveis. Precisamos, pois, de melhorar a nossa presença junto dos países que integram comunidades portuguesas; de obter maior reciprocidade nas relações com a China e a Índia; de aprofundar significativamente as nossas interações com o Brasil e com os países africanos de Língua Portuguesa; de definir as prioridades na nossa presença na América do Sul e em África; de solidificar a nossa presença no domínio da cooperação internacional e de mecanismos comuns de defesa; de participar de forma mais ativa nos fora que promovem a prospetiva ambiental e tecnológica; de melhorar a nossa participação nos sistemas de valorização das Humanidades e da Cultura.

Um outro aspeto que tem vindo a colocar sérios desafios no plano global é o aumento do fenómeno migratório e a pressão que ele coloca sobre os vários países e as suas opiniões públicas. É importante regular os fluxos migratórios, para que não fiquem descontrolados, mas não se pode ignorar a sua dimensão humana e a solidariedade que é devida entre povos. Não menos importante é o impacto que a imigração possui na demografia. Com efeito, estudos recentes mostram que Portugal tem vindo a perder população, quer pela via natural, quer pela via migratória e que, seguindo este caminho, sofrerá uma perda demográfica que torna insustentável o seu modelo social e de desenvolvimento. Ora, a única forma de contrariar no curto-médio prazo esta tendência é através da via migratória. É fundamental desenvolver uma politica migratória inteligente e humana, que, não assentando nas fronteiras abertas nem na desregulação dos movimentos migratórios, permita atrair para Portugal os que queiram e possam ajudar a desenvolver o país, em total respeito pela sua cultura e tradições.

Igualmente importante é a projeção da cultura portuguesa no mundo e a defesa do Português. Portugal deve liderar, a par com o Brasil, a afirmação de uma língua e cultura partilhadas por mais de 200 milhões de pessoas e com uma projeção e impacto assinaláveis.

Finalmente, importa reconhecer o papel insubstituível que o Mar já possui, e irá ainda desenvolver, no quadro da afirmação de Portugal no mundo. Do ponto de vista ambiental, mas também de recursos e desenvolvimento económico, o mar é cada vez mais central nas economias do futuro. Portugal dispõe de uma das maiores zonas económicas exclusivas do mundo e de uma significativa plataforma continental o que faz com que seja uma das maiores potências globais na economia do mar. Esta é uma oportunidade que deve ser potenciada.

Deste modo, as relações internacionais portuguesas devem girar essencialmente em torno dos seguintes eixos: diplomacia política, diplomacia económica, diplomacia cultural e diplomacia migratória.

As comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo são os melhores embaixadores do País e merecem o respeito e o carinho por parte de todos os portugueses.

O vínculo patriótico e afetivo que preservam com Portugal é um sintoma da nossa grandeza enquanto Povo, aberto ao Mundo e a novas culturas e civilizações.

Estas características, tão bem protagonizadas pelos nossos emigrantes, devem orgulhar-nos e

devem ser potenciadas enquanto gigantesco ativo nestes tempos de globalização e de incerteza no panorama geopolítico e económico, a nível internacional.

Esta convicção política deve concretizar-se em medidas concretas que visem fortalecer os laços com as nossas comunidades e gerar uma verdadeira rede estratégica, no plano económico e na defesa dos valores e da cultura portuguesa noutros territórios.

Por último, reafirma-se o europeísmo que o PSD sempre soube assumir. Reconhecem-se as dificuldades que o projeto europeu enfrenta por estes dias. Contudo, as décadas de paz e prosperidade são a melhor evidência para o valor insubstituível que esta comunidade de Estados e de povos tem trazido para o nosso continente. Portugal deve assumir um papel liderante na preservação dos valores fundamentais e no impulso para os avanços orgânicos, institucionais e económicos de que a Europa carece.

A nossa mobilização em torno dos desafios que a construção europeia nos coloca é crítica para a estabilidade e progresso de Portugal. Assim, tanto a agenda do aprofundamento da integração europeia como de melhoria de funcionamento da União, seja pelo aumento da sua transparência ou da participação cidadã, são temas que temos de cuidar como prioritários. O PSD contribuirá para que a próxima Presidência Portuguesa do Conselho Europeu seja um momento de unidade nacional que contribua para a proficiência do projeto europeu e para a afirmação portuguesa no contexto internacional.

A nossa economia

Política Económica, Infraestruturas e Competitividade

Portugal é uma pequena economia aberta, com desafios bem identificados para – e por – ultrapassar: na sua maior parte, problemas estruturais de competitividade e produtividade e défices crónicos da balança comercial, que vedam o acesso a oportunidades e impedem melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

Portugal beneficiou de um enquadramento económico muito favorável nos anos que se seguiram à intervenção da Troika, com particular destaque para a recuperação económica mundial, incluindo nos países Europeus que representam o principal destino das suas exportações, alavancada num conjunto de reformas do Governo PSD/CDS-PP, que permitiram uma recuperação célere do emprego, ainda em 2013-2015.

Mas com o Governo socialista, as reformas foram estagnando, isto quando não foram mesmo revertidas, mantendo Portugal na cauda de vários indicadores relevantes de competitividade e produtividade. Por exemplo, no ranking Doing Business do Banco Mundial, Portugal é o 8.º pior classificado da União Europeia. Já no Global Competitiveness Report do Fórum Económico Mundial, Portugal é o 11.º país menos competitivo da UE.

O relatório do Banco Mundial, mais focado em aspetos concretos da vida empresarial, destaca como piores indicadores nacionais o acesso ao crédito, a proteção dos investidores minoritários, e os licenciamentos de construção. Já para o Fórum Económico mundial, o sistema financeiro (financiamento das PME e situação da banca), o mercado laboral (regulações e ligação entre salário e produtividade), o peso da regulação e a dificuldade em resolver litígios são os indicadores com pior desempenho.

Para além da situação atual, o que estes relatórios também evidenciam é que a extrema necessidade de reformas para manter Portugal competitivo face aos outros países que vão também reformando as suas economias. É por isso que o desperdício de tempo do Governo socialista nos últimos anos tem consequências significativas. O problema não é só a estagnação nacional a que assistimos, mas o facto de várias outras economias terem aproveitado esse tempo para nos irem ultrapassando em aspetos-chave para a competitividade.

Vivemos o tempo certo para contrariarmos estas dificuldades que nos acompanham cronicamente há décadas. É chegado o momento de viragem, em que devemos lançar as bases de uma profunda reforma da nossa economia que nos possa projetar para o Futuro como um Portugal com fortes oportunidades e valores de solidariedade.

Cabe ao Governo a criação de um clima de negócios favorável aos agentes económicos que lhes permita ver no Estado um facilitador e não um obstáculo ao investimento, à produtividade e à inovação. Cabe ao Governo permitir à iniciativa privada a liberdade de desempenhar o seu papel fundamental da Economia, devendo o Estado atuar sobretudo como promotor, árbitro e regulador forte e assegurando a existência e o acesso às infraestruturas, melhorando aa competitividade fiscal e definindo as melhores políticas económicas.

É necessário termos um plano de infraestruturas prioritárias de médio-longo prazo no território nacional, que permita eliminar os custos de contexto e as ineficiências responsáveis pelo atual fosso entre Portugal e os seus concorrentes.

A vocação atlântica tem de deixar de ser mais um chavão e o acesso ao mar é a solução mais evidente para ultrapassar a posição periférica de Portugal em relação à Europa. Acompanhar o estado da arte no que respeita à navegação marítima comercial, interligada com a ferrovia de transporte de mercadorias de bitola europeia, em particular com o centro da Europa, é uma vantagem comercial inexplorada em Portugal. Este plano, devidamente consolidado na sociedade portuguesa, deve integrar as redes portuária, aeroportuária e ferroviária.

Cabe capacitar os reguladores para, nas indústrias de rede, assegurar que a concorrência de mercado funcione, promovendo a implantação de operadores competitivos que cubram todo o território, com especial foco nas comunicações eletrónicas.

Urge colocar Portugal na vanguarda dos 5G e I.O.T. (Internet of Things) para aproveitar a agenda da transformação digital, criando as condições para a entrada de novos concorrentes e assegurando que as exigências de serviço público são compatíveis com as necessidades crescentes das populações e das empresas e são efetivamente cumpridas, em particular nos territórios de baixa densidade populacional.

As parcerias público-privadas podem ser instrumentos úteis para colmatar as deficiências de infraestruturas. A experiência portuguesa mostra que existem exemplos muito positivos, mas também exemplos de abusos graves. Deve-se manter o foco na análise escrupulosa de custo-benefício de cada projeto, de modo a assegurar a respetiva racionalidade económica, e monitorizar atentamente a sua execução.

O país deve olhar para o anunciado European Green Deal como uma excelente oportunidade, não apenas de financiamento de iniciativas com critério de sustentabilidade, mas como uma inspiração para que, também ao nível nacional, se promova o investimento reprodutivo, responsável e amigo do ambiente.

Quando pensamos na competitividade da economia, verificamos que Portugal é particularmente castigador no que diz respeito à matéria fiscal, tanto quanto ao lucro gerado pelas empresas, como quanto aos impostos diretos. Portugal aplica às empresas a segunda taxa mais alta da OCDE no imposto sobre os lucros e aplica condições comparativamente desfavoráveis para descontar perdas nos impostos futuros, impondo um limite temporal de cinco anos, quando em 20 países da OCDE não existe qualquer limite temporal. É necessário prosseguir com a reforma do IRC como instrumento crucial para promover a competitividade e criar novos incentivos às empresas exportadoras.

A estabilidade fiscal e a criação de enquadramentos amigos do investimento são fundamentais para potenciar não só o investimento direto do exterior, mas também por parte dos que já cá estão e têm suportado a Economia portuguesa nas últimas décadas. A discriminação fiscal deverá ser positiva, não pela origem do investimento, mas pelo tipo e qualidade do mesmo e do valor acrescentado que este seja capaz de gerar. Deve ser promovido o investimento em I&D e o desenvolvimento e incorporação de tecnologia nacional e não um perpetuar do favorecimento de transferência de capital para o exterior com aposta em sectores de baixo valor acrescentado.

No processo orçamental, as questões de competitividade e produtividade são tratadas ad hoc, sem plano estratégico de longo prazo, ao sabor das preferências momentâneas dos partidos políticos.

O “Semestre Europeu” prevê a existência de uma entidade independente de avaliação da competitividade e produtividade da Economia. Em Portugal, o Conselho para a Produtividade é dependente diretamente do Governo, reportando ao Ministério das Finanças. Deve-se torná-lo independente e promover o seu papel enquanto avaliador do Programa Nacional de Reformas.

Ao nível do comércio internacional, deve ser garantida a reciprocidade de acesso aos mercados, conforme obrigam todos os acordos em vigor, sejam europeus, sejam saídos das Rondas de Doha. Cabe acompanhar com atenção e trabalhar, de forma coordenada, com os nossos parceiros da UE para a revisão e acompanhamento dos Sistemas de Preferências Generalizadas (SPG) que impactam as indústrias nacionais, em detrimento de outros parceiros da União que penalizam o nosso sector primário e secundário.

Empresas e Financiamento da Economia

O financiamento da economia tem várias limitações em Portugal, desde a quase-ausência de poupança interna, à falta de diversificação das fontes de financiamento.

A taxa de poupança das famílias é muito reduzida face à simples substituição do capital. Depois de ter atingido um pico em 2013, a taxa de poupança voltou a diminuir e encontrava-se, no 2.º trimestre de 2019, abaixo de 6% do rendimento disponível.

A taxa de poupança é uma base de financiamento importante para as famílias e para as pequenas empresas, para além de representar uma potencial fonte de rendimento para as famílias na idade da reforma, pelo que deve ser incentivada fiscalmente (ou, no mínimo, não penalizada) e objeto de programas de educação e literacia financeira.

No médio/longo prazo deve ser possível articular o incentivo ao aumento da poupança das famílias com reformas do sistema de segurança social, nomeadamente através de medidas que tornem claros os seus verdadeiros custos e indicadores estáveis e transparentes sobre quanto é que os rendimentos das famílias podem baixar na passagem da idade ativa para a reforma.

Por outro lado, o sistema financeiro nacional continua a ter um rácio elevado de malparado, apesar da limpeza dos balanços concretizada nos últimos anos. No entanto, se a recuperação económica suportou a limpeza dos balanços, a desaceleração económica que se antevê e os desafios do open banking e das fintechs podem limitar esse efeito num futuro próximo.

É urgente acelerar a resolução do malparado. A plataforma criada pelo Governo para a gestão do malparado não tem tido os resultados desejados, sendo necessário fazer uma avaliação dos seus resultados da plataforma e implementar medidas que a tornem mais eficaz.

As novas tecnologias e a evolução da digitalização oferecem oportunidades para inovar no sistema financeiro, nomeadamente através de fintechs e insurtechs, e contribuir para a diversificação das fontes de financiamento das empresas. Urge criar as condições para que estas instituições financeiras, devidamente reguladas e supervisionadas, se possam desenvolver como pilar alternativo de financiamento às empresas, incluindo as empresas mais tradicionais.

Na supervisão financeira devemos travar a reforma do Governo atual que implica a perda de independência do regulador face ao Ministério das Finanças e que já foi alvo de críticas dos outros supervisores financeiros nacionais e do próprio BCE. A independência do regulador é fundamental para assegurar que as decisões no âmbito da resolução financeira não sejam politizadas, mas sejam antes tomadas com base em critérios de eficiência e eficácia.

Por outro lado, Portugal tem um mercado de capitais pouco desenvolvido e uma capitalização bolsista muito reduzida face ao seu PIB. Isto resulta de uma cultura empreendedora mais favorável à dívida bancária, a ausência de gestão profissional em muitas pequenas e médias empresas e os desincentivos à escala das empresas que resultam de uma política económica que sempre desvalorizou as empresas maiores.

Deve ser dada atenção ao incentivo à consolidação (seja por fusão seja por partilha de centros de operações através de associações locais e/ou setoriais) em sectores demasiadamente atomizados, tornando possível um ganho de escala que permita às empresas portuguesas acederem mais facilmente a financiamento interno e externo, competirem num contexto global, com maior capacidade de negociação no exterior para maximizar os preços de venda e minimizar os custos de aquisição de bens e serviços, capacidade de envolverem e levarem consigo para o exterior empresas mais pequenas e de demonstrarem comprovadamente maior capacidade de inovação.

É preciso simplificar e reduzir as exigências legais que as empresas devem cumprir para entrar em bolsa, nomeadamente para as empresas de média dimensão, de modo a promover a diversificação das fontes de financiamento e o aumento da escala das empresas. Urge ponderar a introdução de incentivos fiscais à emissão em mercados organizados, aumentando o limite de desconto com as despesas com operações de emissão e admissão a esses mercados.

A promoção do capital de risco é outro instrumento que deve ser encorajado para permitir um desenvolvimento de modelos de negócio arrojados e com base no conhecimento produzido

nas nossas universidades, devendo encorajar-se a ligação entre as universidades e capital de risco.

Turismo

Os últimos anos vieram provar o potencial que Portugal tinha ainda para explorar no Turismo e como este deve ser encarado como uma atividade importante para contribuir para uma economia viva. O Turismo é uma atividade que permite divulgar Portugal no mundo, que gera receita e que promove a identidade nacional e a sua valorização. É uma atividade que tem ainda a capacidade de contribuir para a preservação do património histórico e ambiental.

Agora que demos um salto em quantidade de Turismo é importante dar um salto em qualidade e sustentabilidade, procurando permitir e incentivar a oferta, nomeadamente apoiando as iniciativas que procuram alargá-lo aos territórios do interior ou projetos de economia ambiental. De igual modo, dever-se-á atenuar os efeitos negativos que, eventualmente, o turismo possa acarretar, designadamente, nos centros urbanos.

Economia Digital, Economia do Ambiente e Economia Circular

A revolução digital que a humanidade atravessa e atravessará nos próximos anos será um desafio decisivo para a economia nacional. As mudanças são rápidas e profundas, alterando conceitos, práticas e modelos económicos. A crescente relevância da inteligência artificial, da robótica, da tecnologia cloud, do IoT, do blockchain, da impressão 3D, da segurança digital, dos novos dispositivos (de drones a wearables), entre tantas outras soluções, implicarão um mundo novo de oportunidades e de ameaças.

Nesta nova era, a economia portuguesa não padecerá das limitações mais tradicionais (periferia geográfica, falta de escala, barreiras à entrada nos mercados globais...). Pelo contrário, beneficia de uma centralidade singular à escala global (integração na Europa, ponte entre Ásia e América, proximidade cultural a África e América latina). E beneficia de um povo empreendedor com características únicas para se afirmar nesta nova economia digital e global. O caminho tem de passar, em primeiro lugar e como prioridade absoluta, pela qualificação das pessoas. Neste tempo de forte adoção tecnológica, será a preparação das pessoas o elemento diferenciador. Portugal tem um grande caminho a percorrer, pelo que se defende um Programa alargado de requalificação da população ativa, para além de uma profunda adaptação do sistema de ensino e de formação. Em paralelo, impõe-se a criação de um ambiente favorável à adoção de novas tecnologias que tragam competitividade e ganhos de produtividade ao tecido empresarial nacional. Do lado das políticas públicas, o foco deve concentrar-se nas infraestruturas digitais, no incentivo a uma maior integração entre as empresas, particularmente as PME, e os centros de investigação, Universidades e Politécnicos. Em paralelo, a própria administração pública deve modernizar-se e alavancar a utilização digital, designadamente, através dos princípios do “governo aberto”.

Portugal tem todas as condições para se posicionar como um verdadeiro centro, à escala global, de incorporação tecnológica e adoção digital. Atraindo investimento estrangeiro, proporcionando a integração de PME e Start-ups portuguesas nas redes de distribuição globais e, assim, gerando riqueza e emprego qualificado.

Não deve, todavia, ignorar-se que estes novos tempos estão repletos de novas ameaças que não podem ser descuradas. Ao nível das políticas públicas, exige-se um investimento significativo ao nível da cibersegurança e da criação de normas regulatórias que promovam uma economia sustentável e protejam os cidadãos e as empresas.

Neste tempo de acelerada mudança da organização económica das sociedades, Portugal deverá igualmente ser capaz de liderar a agenda na evolução da Economia do Ambiente e a Economia Circular e alcançar um desenvolvimento económico sustentável, responsável e de futuro.

A economia verde é uma oportunidade económica e um imperativo ético. As alterações do paradigma de consumo dos cidadãos trazem lugar a uma nova forma de consumir mais responsável, a que Portugal deve dar resposta como país. A economia circular permitirá

redefinir o acesso aos recursos naturais, promovendo a reutilização de recursos que à partida seriam descartados. Portugal deverá saber aproveitar as novas oportunidades que surgem neste setor, incentivando fiscalmente e promovendo projetos logísticos e de mobilidade, bem como projetos de descarbonização.

A adaptação imprescindível a novas realidades e oportunidades deve privilegiar as indústrias, os serviços e o comércio considerado mais tradicional. O apoio e incentivo à sua modernização será a melhor garantia da sua sustentabilidade na prossecução da necessária criação de riqueza e de emprego.

Empreendedorismo, Inovação e Gestão Empresarial

O empreendedorismo pode ser um forte motor de crescimento de Portugal, tal como acontece noutros países, como os EUA. As atuais empresas mais valiosas e relevantes no Mundo nasceram nas décadas mais recentes e foram fundadas numa cultura de inovação e por líderes reconhecidos pelo seu espírito empreendedor.

Essas novas empresas são, hoje, as verdadeiras locomotivas da nova economia, crescendo e gerando crescimento económico e de empregos. Portugal deve combater velhos bloqueios culturais e institucionais. Uma aposta clara no incentivo ao risco, à capacidade de iniciativa e de ação proativa, à busca de oportunidades, à diferenciação na conceção e na execução, à abertura à diversidade e à inovação são ferramentas incontornáveis para termos uma economia moderna que gere riqueza e, por essa via, mais bem-estar e melhor redistribuição.

Esta aposta no empreendedorismo deve estar na agenda nacional, designadamente através de dois vetores estruturantes: por via do sistema de ensino, começando na escola e no desenvolvimento de soft skills, criatividade e flexibilidade cognitiva. E, por outro lado, pela via da criação de incentivos específicos que reduzam a adversidade ao risco que prolifera na cultura nacional. Por exemplo, através de estímulos ao capital de risco. Sem capital, não há empresas e há boas ideias que se perdem. Um incentivo correto e transparente à criação de fundos de capital de risco é fundamental para lançar as bases de uma cultura empreendedora. De igual modo, o futuro da economia passa por um nível de especialização tecnológica sem precedentes na história da Humanidade. O sucesso das empresas viverá da sua capacidade de inovação. Portugal tem condições excecionais para dar um enorme impulso na articulação de esforços entre os nossos centros de investigação científica e aplicada, os centros de inovação empresarial e as próprias empresas. Toda a cadeia de valor terá de ser positivamente afetada pelos inputs decorrentes deste “banho de inovação” de que a economia portuguesa tanto precisa.

Acreditamos que é possível articular com associações empresarias, centros de ensino e formação, ensino superior universitário e politécnico e com as entidades locais (Autarquias, CCDR, Associações regionais e setoriais) planos de formação de governança e controlo empresarial para apoiar líderes de negócio, empreendedores e chefias intermédias que, sendo muitas vezes altamente competentes nas suas áreas de atividade produtiva, carecem de conhecimentos e know-how, técnico e cultural, que lhes permita atingir a desejável excelência na gestão, incrementando práticas de responsabilidade social, melhorando capacidade de financiamento e atingindo melhores performances nos resultados.

Este modelo, se é importante num plano global, é crucial numa estratégia de desenvolvimento dos territórios de baixa densidade.

O nosso futuro

Cultura

O sonho de construirmos uma sociedade melhor, mais equilibrada e coesa, mais próspera e feliz, passa necessariamente por elevar o que de mais estruturante nos liga e nos identifica e mais pode influenciar o nosso futuro comum.

O reconhecimento da importância da Cultura, enquanto atividade plural e autónoma da sociedade civil e enquanto foco da ação do Estado corresponde à noção de identidade que queremos preservar e promover.

Acreditamos na Cultura como lugar de encontro. Encontro com a História, com o Presente, com o Futuro. Elemento de ligação e de diversidade. Oportunidade de desenvolvimento e de distinção num mundo globalizado.

Precisamos de melhorar os serviços públicos de Cultura e os seus modelos, de dar mais espaço à cidadania, através de incentivos ao desenvolvimento de parcerias, de redes colaborativas e de interações, em que a fratura entre cultura erudita e popular não faz sentido e em que se defende que a Democracia, para ser inteira, não pode ser só económica e social. A Democracia só se completa se também for Democracia cultural.

Num tempo marcado pela incerteza, a âncora para a nossa solidez reside na cultura. Para o PSD, este é o tempo para se abrir uma nova página nas políticas culturais, alargando o acesso e fruição a todos, valorizando o património, estimulando a criação artística livre e independente e promovendo novos públicos, nomeadamente, através de uma mais eficaz integração com o sistema de ensino e de formação.

Acreditamos na livre iniciativa criativa da sociedade e rejeitamos liminarmente qualquer dirigismo cultural ou qualquer tentativa de condicionamento na produção ou no acesso a bens culturais. O acesso à cultura é determinante para a integral realização humana e para o cumprimento de uma cidadania plena. Mas é igualmente o melhor garante de uma sociedade protegida das novas ameaças que provêm da desinformação, do desrespeito pela privacidade e dos perigosos populismos emergentes que visam manipular as massas. A cultura é, assim, um poderoso aliado dos valores da democracia liberal.

Educação e Formação

Para o PSD, a Educação é o meio mais eficaz de combater as desigualdades, de preparar um melhor futuro e estimular o chamado “elevador social” gerador de mais bem-estar, inclusão e felicidade às sociedades.

Defendemos um modelo de ensino formal aberto, com respeito pelas diferenças e que rejeite qualquer tentativa dirigista pelo Estado ou por qualquer outra instituição. Um sistema de ensino assente no rigor, na exigência e na excelência. É este o melhor caminho para preparar as novas gerações para os desafios de um Mundo cada vez mais competitivo e globalizado.

A Educação deve centrar-se nos pilares fundamentais do conhecimento, tendo em conta os níveis afetivo-emocional, cognitivo, ético-moral e psicomotor, contribuindo, desta forma, para um efetivo desenvolvimento da personalidade das crianças e jovens, não só enquanto estudantes, mas também enquanto pessoas e agentes da sociedade.

A Escola deve ser um espaço privilegiado, dotado dos recursos necessários, que promova a aprendizagem num ambiente onde os alunos possam construir os seus conhecimentos segundo os estilos individuais de aprendizagem que os caracterizam.

Vivemos uma alteração de paradigma nos modelos pedagógicos e, principalmente, na relação

com fluxos de informação e conhecimento permanentes e em constante atualização. Neste contexto, assume primordial relevância o papel do professor no contexto das aprendizagens. Paradoxalmente, a penetração massiva da variável digital na vida dos estudantes torna mais premente um acompanhamento tutorial e pedagógico diferenciado e altamente qualificado. Esta valorização do papel do docente é crítica, sendo fundamental conseguir-se atrair os melhores para esta nobre função.

Contudo, face às profundas alterações socioeconómicas que estamos a passar, impõe-se uma mudança equivalente no sistema de ensino, adaptando-o à realidade presente, perspetivando o futuro. A formação cívico-ética, os nossos valores civilizacionais e os princípios estruturais de uma plena formação humana são intocáveis. Mas as "competências", as metodologias de trabalho e as estruturas concetuais deste novo tempo são radicalmente distintas. O sistema de ensino deve não só acompanhar este novo tempo, como - em certo sentido – antecipar o dia de amanhã.

Em paralelo, é fundamental que haja estabilidade legislativa nas orientações curriculares, devendo prosseguir-se o caminho de descentralização e de crescente autonomia – acompanhada da inerente responsabilização – das escolas e das instituições de ensino superior.

O Ensino Superior, em particular, deve afirmar-se como uma referência prospetiva de assimilação tecnológica e, principalmente, de integração na mundividência social e económica. Com modelos aberto à mudança, pioneirismo, inovação, cooperação, diversidade e foco na prestação de um serviço e cumprimento de uma missão essencialmente voltada para o exterior das instituições, ou seja, da sociedade.

A política de ação social, nos diferentes níveis de ensino, deve ser mais efetiva, no sentido de assegurar que ninguém perderá a oportunidade de aprender e se qualificar por falta de recursos ou condições. O sistema de atribuição de bolsas de estudo deve ser reforçado, enquanto aposta estratégica para o País e como resposta a novas dinâmicas como, por exemplo, as dificuldades de acesso a habitação para estudantes deslocados.

Por outro lado, somos um País que - social, legal e fiscalmente - não incentiva a aquisição de competências profissionais durante o percurso académico. Tal deve ser alterado.

Também ao nível do Ensino Profissional, importa fomentar a empregabilidade e a ligação direta entre o tecido económico e as escolas e a oferta de cursos profissionais.

Uma palavra para a aposta mais estratégica que o País deverá assumir nesta década que agora se inicia: um programa, em larga escala, destinado a requalificar a maioria da população ativa nacional. Tal como já se referiu anteriormente, a presente revolução digital trará profundas mudanças nas nossas vidas, do ponto de vista social, político, económico ou laboral. Essas mudanças poderão significar maior exclusão social ou poderão proporcionar um gigantesco salto na qualidade de vida de todos. A chave para a questão residirá na qualificação das pessoas. Portugal deverá, dessa forma, repensar e reestruturar todo o seu sistema de formação ao longo da vida, de forma a gerar novas oportunidades para todos. Esta área deve mesmo ser assumida como um verdadeiro desígnio nacional, envolvendo diferentes parceiros que apoiem o Governo e o imprescindível investimento público associado. Referimo-nos às empresas e às suas associações, aos trabalhadores e seus sindicatos, às escolas, centros de formação e instituições de ensino superior e às instâncias europeias que terão de perceber o caráter estratégico desta aposta para o nosso País.

Ciência

O progresso da civilização e a sustentabilidade das sociedades estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento científico.

Para Portugal, é crucial encontrar uma estratégia nacional para a Ciência adaptada aos tempos atuais. O Mundo mudou vertiginosamente nos últimos anos e a organização e as políticas públicas associadas ao sistema científico nacional precisam, com urgência, de se

alinhar com estas transformações. Acresce que a presente economia globalizada e altamente competitiva exige contínua inovação, com recursos humanos qualificados, em aprendizagem permanente e com apurado sentido de risco e rasgo para traçar novos conceitos, olhar para novas fronteiras e buscar novas soluções.

Neste contexto, é absolutamente crítico que se crie um ecossistema que promova a interação entre as universidades, os institutos politécnicos, os laboratórios nacionais, os centros tecnológicos, a indústria e a sociedade civil. A partilha de conhecimento e a transferência tecnológica devem ser estimuladas em nome de mais investigação fundamental e de mais investigação aplicada, designadamente, a respostas concretas para as necessidades do nosso contexto empresarial e empreendedor. A integração em redes globais que potenciem esta colaboração permanente entre ciência, inovação e indústria terá a vantagem acrescida de estimular a internacionalização e integração nas cadeias de valor global das empresas localizadas em Portugal.

Na nova economia, muito suportada no fator digital e na tecnologia, a variável diferenciadora será o conhecimento incorporado nas soluções comerciais, em prejuízo da utilização intensiva de recursos humanos ou materiais. Também para esta área a aposta nas aprendizagens e no conhecimento será estratégica.

Na própria estrutura orgânica estatal, esta temática da Ciência deverá assumirá uma posição mais transversal pela interligação imprescindível com diferentes áreas e setores de atividade. A articulação com o ensino superior é, compreensivelmente, insubstituível, sendo necessária, desde logo e entre outas medidas, uma reformulação das carreiras docentes e de investigação, estimulando o ingresso e a progressão na carreira e combatendo a endogamia.

Demografia, Natalidade e Infância

A pressão demográfica a que o nosso País está sujeito é, indubitavelmente, um dos desafios mais estruturais que temos pela frente. Portugal precisa de políticas agressivas de apoio à família, à infância e à natalidade.

Estamos conscientes que esta não é uma matéria de curto prazo, cujos resultados sejam imediatos. Contudo, isso não nos deve inibir de tomar medidas com urgência. Pelo contrário, precisamente pelo seu efeito se diluir ao longo de décadas, urge ter a coragem disruptiva de inverter esta perigosa tendência demográfica. Esta é uma área em que toda a sociedade portuguesa, incluindo o setor público, as forças partidárias, as estruturas sindicais e patronais, as organizações do terceiro setor, os representantes da juventude, devem juntar esforços em torno deste desígnio. O nosso crescimento económico, a sustentabilidade do Estado Social e a preservação da nossa identidade dependem deste objetivo superior.

Os números conhecidos são elucidativos. Não só a taxa de fecundidade é demasiado baixa, como está longe da taxa média desejada pelas famílias portuguesas. Tal deve apelar à nossa ação.

O PSD olhará com especial dedicação a uma nova geração de políticas de apoio à família e à infância, numa abordagem multidisciplinar, com impacto no combate à pobreza infantil, no reforço de apoios pedagógicos, na legislação fiscal e laboral ou na desburocratização dos processos de adoção.

De igual modo, a rede de creches deve ser intensamente reforçada e os horários alargados, as licenças devem ser indiferenciadas para ambos os progenitores, o sistema fiscal deve estruturar-se num modelo fortemente incentivador da natalidade, o mundo laboral deve subordinar-se à estabilidade familiar e o acesso à saúde, educação e transportes deve ser facilitado.

Independentemente deste imprescindível esforço de promoção da natalidade, temos de reconhecer que o desequilíbrio demográfico nacional apenas será resolvido, igualmente, com uma política adequada de imigração.

O Nosso PSD

Posicionamento Político

Portugal precisa de dar um salto de desenvolvimento e de bem-estar para as suas populações. Os Portugueses merecem viver num País mais justo, mais solidário, mais sustentável e com mais crescimento, mais oportunidades e mais qualidade de vida.

A próxima década será um tempo de oportunidades para o País. As mudanças sociais, económicas, políticas, culturais e tecnológicas que estamos a antecipar podem ser uma grande ameaça ou poderão ser o impulso estratégico que, tantas vezes, nos tem faltado.

Para acompanharmos, na linha da frente, estas mudanças, ou seja, para potenciarmos os seus benefícios e para não sermos vítimas dos seus riscos, Portugal precisa de se reformar, de se modernizar, de se adaptar aos desafios desta verdadeira revolução.

A História mostra-nos que o Partido Socialista não é solução. Não quer, não sabe e não consegue fazer as reformas necessárias ao País. Esse reformismo foi e é o papel histórico do PSD.

Mas o PSD enfrenta hoje um outro desafio reformista: para reformar o País, o partido precisa de começar por se reformar a si próprio.

Na entrada da terceira década do século XXI, também o PSD precisa de se atualizar e de se alinhar com as novas dinâmicas socioculturais.

Sendo realistas, deveremos reconhecer que o PSD atravessa um tempo difícil decorrente de recentes resultados eleitorais historicamente baixos, da redução da presença autárquica, de dificuldade na abertura à sociedade e de recrutamento de novos quadros qualificados, de falta de penetração nas áreas metropolitanas ou do enfraquecimento sensível em certos territórios e grupos demográficos.

Mas o PSD não está condenado ao definhamento. Nem este é o tempo para lamúrias.

Este é o tempo para pormos "mãos à obra" para invertermos este ciclo e levarmos o PSD a uma posição maioritária e decisiva na vida política nacional. Em nome do interesse nacional. Porque sabemos que o País precisa da alma do PSD para encetar as reformas necessárias e para atingir os objetivos de bem-estar e solidariedade em que acreditamos.

O PSD é, no contexto político nacional, a única verdadeira alternativa política ao Partido Socialista. Deve, portanto, assumir na plenitude essa responsabilidade patriótica.

Uma democracia saudável vive melhor quando os eleitores podem optar entre duas soluções potencialmente maioritárias. Não faz, portanto, sentido que o PSD se subalternize na mera expectativa de que poderá influenciar as políticas socialistas. Tal postura trai as nossas convicções, trai a nossa visão para o País e trai o interesse nacional.

Este posicionamento estratégico em nada colide com o sentido de responsabilidade subjacente ao acompanhamento de determinadas áreas críticas que careçam de uma abordagem suprapartidária e que visem perdurar para lá de governações conjunturais. Nesse aspeto, o PSD estará onde sempre esteve, colocando o interesse nacional acima de qualquer interesse partidário, com sentido de Estado e com visão de futuro.

Clareza Ideológica

O PSD está em condições de iniciar o processo de preparação de um projeto político para o País, que assentará numa clara base ideológica.

O PSD é o partido personalista e reformista, de política popular e democrática. A social-democracia portuguesa é hoje, como ontem, a nossa via. O PSD é a grande casa da alternativa não socialista, que sempre soube envolver e potenciar sinergias e contributos de pessoas e visões não-socialistas, moderadas e europeístas, que acreditam na iniciativa individual e na economia de mercado, mas que impõem uma forte consciência social em toda a ação política.

O PSD sabe que a riqueza se cria com a iniciativa privada, mas sabe que o Estado desempenha um papel insubstituível a regular os mercados, a redistribuir a riqueza, a garantir oportunidades para todos e a agregar e consolidar um projeto nacional de progresso e desenvolvimento. E o PSD revê-se na capacidade de iniciativa da sociedade civil, designadamente, na área social e cultural.

Portugal precisa desta alternativa à ideologia estatizante e ao dirigismo da governação socialista, bloquista e comunista que nos tem conduzido à estagnação e se caracteriza pela falta de ambição. Um poder esquerdista que visa oprimir a sociedade pelos agentes do Estado normalmente capturados pelo mero projeto partidário de dependências e de rendas garantidas.

Portugal precisa que o PSD seja essa alternativa que valoriza a liberdade e a autonomia da sociedade civil e protege o Estado da captura por interesses particulares ou partidários e a sociedade de interesses políticos e partidários. Esta diferenciação clara entre duas alternativas de governação para Portugal torna-se redobradamente premente neste momento em que o Partido Socialista se confunde cada vez mais com os seus parceiros da esquerda radical.

A Força da Militância

Os militantes e as bases são uma das grandes forças do PSD. A sua organização e presença capilar por todo o território nacional e comunidades emigrantes são uma poderosa alavanca para dinamização política, interação com a sociedade e mobilização eleitoral.

A ativação dessa força que vem de dentro passa, desde logo, pelo compromisso de uma liderança que quer unir o Partido, acarinhar a militância, reforçar a autoestima partidária, galvanizar as melhores ideias, mobilizar os melhores quadros e defender uma causa comum, um projeto reformista para Portugal.

No PSD, fazendo jus à sua tradição, a convergência estratégica em torno de uma causa comum, não anula a diversidade de pensamento. Não confundimos unidade com unicidade de pensamento. Pelo contrário, reconhecemos que a revitalização do Partido passa por estimular o debate de ideias e por mobilizar o contributo de todos.

Ao contrário do que tem sucedido, os órgãos nacionais deverão ter uma atitude humilde, de disponibilidade para apoiar as estruturas e de coragem para defender intransigentemente a militância partidária, particularmente, daqueles que se mostram disponíveis para agarrar a bandeira do PSD em combates políticos externos. O caminho será de, na diversidade, agregarmos e juntarmos esforços para sermos mais fortes. Todos serão necessários e todos serão úteis para afirmarmos as nossas ideias e derrotarmos o pesadelo socialista que nos tem (des)governado.

O exercício da militância deve ser promovido e simplificado, sem entraves artificiais e burocráticos. Deve ser facilitado, sem ser falseado. Deve ser transparente, sem ser intrusivo. Deve ser claro, sem ser persecutório. As regras internas devem subjugar-se à ética e à transparência e, em simultâneo, devem fomentar a integração, a inclusão, a participação e a intervenção militante.

Uma palavra é devida ao papel crucial que os autarcas do PSD desempenharão neste novo ciclo da vida do PSD. Os maiores baluartes da implantação social e territorial do Partido são aqueles que, eleitos para órgãos locais, nos municípios e nas freguesias, representam as nossas causas em trabalho permanente de proximidade às populações que servem. A sua capacidade de perceber o pulsar da sociedade portuguesa será determinante para o

restabelecimento de uma relação de confiança e empatia entre o PSD e a sociedade portuguesa.

Abertura à Sociedade

A reforma interna do PSD passa também por abrir o Partido à sociedade, e por alargar, facilitar e valorizar a participação daqueles que, não tencionando ser militantes, mas revendo-se nos nossos valores e propósitos, se disponibilizam para emprestar as suas ideias e os seus contributos, com sentido cívico, para um melhor futuro comum.

O PSD deve ser o espaço agregador da sociedade civil que quer construtivamente contribuir para uma alternativa efetiva ao modelo socialista que tem estagnado o País. O PSD será um Partido de portas abertas que estimulará modelos inovadores de participação e de militância adaptados aos tempos modernos. Os novos canais de comunicação, a especialização setorial, a massiva utilização tecnológica são oportunidades de gerar fórmulas inovadoras e atrativas para as novas gerações e para setores da sociedade que, tradicionalmente, não se reveem no funcionamento dos partidos políticos.

Plataforma aberta de debate de Ideias na construção de um Projeto Político

O PSD assumir-se-á, sem hesitações, como o partido alternativo de Governo em Portugal. Em consequência, começaremos de imediato a preparar um projeto político mobilizador dos portugueses e inspirador para os setores mais dinâmicos da nossa sociedade.

O PSD tem, felizmente, dentro da sua militância, quadros altamente qualificados nas diferentes áreas da governação. Será com essa base que o PSD construirá um programa integrado, coerente e ambicioso para ser sufragado pelos portugueses. Mas o PSD terá de ter a capacidade de auscultar, dialogar e mobilizar a sociedade portuguesa, no espírito de abertura e modernidade acima sublinhados.

O Conselho Estratégico Nacional será um fórum privilegiado para essa produção de políticas públicas que consubstanciem uma estratégia de alternativa e um programa político a apresentar nas próximas Eleições Legislativas. Para esse efeito, promoveremos os necessários ajustes no seu funcionamento, de forma a tornar mais consequente o trabalho produzido por militantes e cidadãos que a nós se queiram juntar, em nome de um melhor futuro para o País. De igual modo, as estruturas autónomas – JSD, TSD e ASD – serão estimuladas a contribuir, no respeito pelo seu espaço próprio, com propostas e ideias para a robustez da proposta política do PSD.

E os Grupos Parlamentares na Assembleia da República e no Parlamento Europeu serão peças fundamentais na materialização e no protagonismo deste movimento de mudança e de consolidação de uma alternativa à governação socialista. A Comissão Politica Nacional terá a responsabilidade de articular, em permanente proximidade e com forte vontade agregadora, a sua intervenção política, aproveitando o melhor de cada Deputado, beneficiando da pluralidade e dinamizando o seu potencial de afirmação enquanto representantes das populações.

Formação e Qualificação de Quadros

O reforço da posição política do PSD junto da sociedade portuguesa passa pela credibilidade dos seus protagonistas e das suas propostas.

Para que o PSD possa desempenhar a sua missão de serviço às populações de forma crescentemente competente e qualificada, impõe-se uma aposta efetiva na formação política, no reforço das estruturas de estudo e de prospetiva, na melhoria dos processos internos de recrutamento de quadros e no fortalecimento das exigências éticas.

A formação política deve ser concebida em forte articulação com a JSD, TSD, ASD e com o

Instituto Francisco Sá Carneiro, desde logo, prosseguindo e intensificando iniciativas de excelência como a Universidade de Verão, a Universidade da Europa e a Academia do Poder Local, por exemplo.

Mas o PSD deve dar mais um passo com a criação de uma Academia Política que, em conjunto com as estruturas territoriais e autónomas, possa desenvolver mais e melhor formação política para os representantes, dirigentes e militantes do PSD.
A confiança no projeto político do PSD depende da qualidade, mas também da credibilidade dos seus protagonistas. A dimensão ética é essencial para essa credibilidade e deve ser mais um fator de distinção do PSD.

Estratégia eleitoral

Não sendo o objetivo último da vida de um partido político, a preparação dos atos eleitorais reveste uma particular relevância, enquanto meio para a concretização prática dos objetivos e do programa que propomos à população.

Como ficou bem expresso, o PSD iniciará de imediato a preparação das próximas eleições legislativas que decorrerão até 2023.

Contudo, o nosso foco não se desviará de outros momentos eleitorais importantes que, juntos, atravessaremos com ambição e com resultados. Um Partido com a História, a dimensão e os militantes do PSD não pode deixar de lutar para ganhar todas as eleições. Com humildade e espírito de serviço às populações. Mas com a força das nossas convicções e a vontade de concretizar as nossas ideias na construção de mais bem-estar para todos.

Temos de inverter o ciclo de resultados negativos dos últimos anos. Todos juntos vamos consegui-lo, reconquistando a confiança dos portugueses.

Rejeitamos liminarmente a tentativa sub-reptícia de quem tenta desvalorizar e "normalizar" as recentes derrotas copiosas. No PSD, já tivemos vitórias memoráveis, quando tivemos ambição, espírito positivo e ideias galvanizadoras para as nossas terras e para o País. Vamos repetir essas vitórias e vamos transformar Portugal!

Será com esse espírito de dedicação e empenho que apoiaremos os nossos companheiros açorianos nas próximas eleições regionais de 2020. Os Açorianos já perderam demasiado tempo e sofreram excessivamente com a incapacidade das sucessivas governações socialistas naquela Região Autónoma. Décadas de socialismo colocaram os Açores numa trajetória de divergência, baixo crescimento e com dificuldades sociais gritantes. É tempo de libertar os Açores do jugo e castração da governação socialista. É tempo de mudança. No pleno respeito pela autonomia da estrutura regional do PSD dos Açores, o PSD nacional apoiará ativa e proximamente as estruturas regionais do PSD na construção de uma alternativa ao socialismo, uma alternativa de prosperidade para os Açorianos.

As eleições autárquicas de 2021 serão um momento decisivo para o futuro do PSD. Depois de sucessivas perdas nas várias eleições autárquicas anteriores, em 2021, o PSD tem mesmo de reconquistar votos e "jogar para ganhar", em número de municípios, de freguesias e de mandatos. Começando desde logo pela Câmara de Lisboa, onde apresentaremos aos lisboetas uma candidatura forte e vencedora, que simbolizará também a dinâmica e a valorização que o PSD dará ao poder local.

Alguns dirão que a fasquia é alta. Mas se partirmos derrotados, garantidamente, não venceremos. O PSD já conseguiu feitos notáveis em eleições anteriores. As Autárquicas de 2021 serão mais um desses momentos em que iniciaremos um processo de inversão das derrotas passadas.

A preparação destas eleições autárquicas, pela sua relevância para o PSD e para a mudança necessária do País, será liderada sob a coordenação direta do novo Presidente do PSD. Com proximidade, com diálogo construtivo, com a escolha das melhores equipas, com preparação técnica e política e com ambição para reformar e modernizar os concelhos e freguesias deste

País, lutaremos por uma vitória política de grande relevância nas próximas Autárquicas.

Não sendo uma eleição partidária, o PSD não fugirá à sua responsabilidade, enquanto pilar institucional na democracia portuguesa, de acompanhar as próximas eleições presidenciais com o sentido de responsabilidade e de patriotismo que a eleição do nosso Chefe de Estado exige.

No maior respeito pelo cariz individual e suprapartidário desta candidatura e no maior respeito pela decisão pessoal e integralmente autónoma do próprio, o PSD incentiva e não se eximirá de manifestar o seu convicto e incondicional apoio a uma eventual recandidatura do atual Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

O sentido de Estado, o espírito de missão, a atitude congregadora e solidária, a visão estratégica, a opção equilibradora, a ação exemplarmente independente e a proximidade ativa e afetiva do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa são motivo de orgulho e esperança de futuro para o PSD.

Uma das facetas mais admiráveis na personalidade do atual Presidente da República reside no facto de ser um Homem Livre. O PSD respeitará a sua decisão pessoal, mas não deixará de reforçar a adesão massiva do povo português ao seu exercício do mais alto cargo da Nação.

Download da Moção em

luismontenegro.pt/estrategia

SIga-nos

A FORÇA
QUE VEM DE DENTRO

LUÍS MONTENEGRO
PSD

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

MIGUEL **PINTO LUZ**



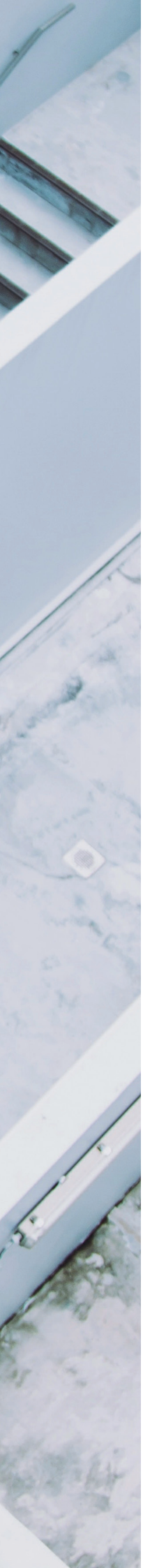
PROPOSTA DE ESTRATÉGIA GLOBAL

O futuro diz Presente

O Futuro diz Presente

INTRODUÇÃO	5
UM MUNDO EM MUTAÇÃO	6
UMA HISTÓRIA DE IMPASSES	11
O FARDO DO SOCIALISMO	17
UMA ECONOMIA BLOQUEADA 15	20
UM PAÍS DE RISCOS ECONÓMICOS	27
UMA PROPOSTA DE AÇÃO	30
AS 25 MEDIDAS DE AÇÃO IMEDIATA:	32
+ COMPETITIVIDADE PARA DISTRIBUIR RIQUEZA	34
A IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO	37
UM MAR EM PORTUGUÊS	40
A OPORTUNIDADE DAS CIDADES INTELIGENTES	44
UM PACTO PARA O AMBIENTE 37	48
DEFENDER A COESÃO TERRITORIAL	52
UM NOVO IMPASSE SOCIAL	54
UM NOVO CONTRATO SOCIAL	56
UM ENSINO DE EXCELÊNCIA	59
SAÚDE DIGNA, SAÚDE PARA TODOS	62
NINGUÉM FICARÁ DESPROTEGIDO	66
SALÁRIO MÍNIMO - UM DESAFIO DE JUSTIÇA	70
UMA JUSTIÇA DEMOCRÁTICA, UMA JUSTIÇA DIGNA	72
UMA POLÍTICA CULTURAL NOVA	76
PSD: O PRÓXIMO CICLO ELEITORAL	80
SEM AMBIGUIDADES, UM PSD REFORMISTA	84
UM PARTIDO DE MILITÂNCIA E DE MILITANTES	87


2
EXIT



Introdução

Portugal encontra-se numa encruzilhada.
Portugal não é uma ilha, não escapará às modificações estruturais a decorrer na cena mundial. Ora, em resultado dessas vertiginosas mudanças, o posicionamento do nosso país terá de ser ajustado em conformidade com os constrangimentos e as oportunidades que se vislumbram no novo quadro global. Nesse sentido, o futuro chegou, está a ser construído no momento presente. Todavia, a necessidade de preparar o país para o futuro tem sido largamente ignorada por uma esquerda transformada em guardiã dos interesses corporativos do establishment e por uma direita que, simplesmente, perdeu o Norte.

O PSD, por sua vez, ao longo dos dois últimos anos, perdeu dinamismo e a capacidade de mobilizar os setores mais dinâmicos da sociedade portuguesa. Abdicou do impulso reformista que, fez da social-democracia à portuguesa uma força modernizadora.

Está, pois, na hora de recuperar o PSD para que possamos resgatar Portugal de uma esquerda instalada e adversa à mudança e de uma direita perdida num labirinto de contradições.
Para construir o nosso futuro, urge mudar o PSD no presente.

Um mundo em mutação

O fim da guerra fria, seguido por um brevíssimo período de unipolaridade americana, gerou dinâmicas internacionais que, no seu conjunto, continuam a provocar mudanças no posicionamento relativo dos Estados. A estabilidade produzida pela bipolaridade, e as concomitantes certezas inerentes à guerra fria, desfizeram-se. Em paralelo, o mundo dominado pelo Ocidente deu lugar a uma nova configuração de poder assente na emergência de novas potências e na reemergência de outras. Por sua vez, esta restruturação da política mundial tem, alterado o enquadramento estratégico dos países europeus. Portugal, pela sua especificidade geográfica, e pela vastidão do seu mar nacional, será profunda e duradouramente afetado pelas novas realidades. Cabe-nos, pois, antecipar as linhas mestras das transformações que se advinham e preparar o país para as exigências resultantes da complexidade deste novo mundo.

Há, desde logo, uma evidente deslocação da centralidade do mundo político e económico que conhecemos ao longo de vários séculos para fora do espaço euroamericano. Assiste-se, hoje, a uma massiva transferência de riqueza para o Oriente, que sustenta o crescente poderio da China, a segunda maior economia mundial, e de outros estados do Indo-Pacífico. Para Portugal e os demais países europeus, a passagem da centralidade geoestratégica do Atlântico para o Indo-Pacífico levanta questões tão sensíveis quanto complexas sobre o rumo do processo de integração, a relevância da pareceria transatlântica e o papel reservado à União Europeia na esfera da segurança e do comércio externo.

Orientado, desde 1976, por uma política externa que salienta a importância estratégica da complementaridade dos pilares europeu e transatlântico, Portugal não escapará às discussões e às escolhas relativas às linhas mestras da evolução da União Europeia. Dado que o nosso destino nacional se encontra interligado com o futuro da NATO e da UE, urge reforçar a tradicional complementaridade entre a Aliança Atlântica e a União. Todavia, resta saber se, num futuro próximo, continuará a ser possível consolidar estas duas entidades.

Sabemos que nenhuma das mais relevantes questões referentes ao posicionamento geoeconómico e geopolítico da Europa é, inteiramente pacífica. Porque os caminhos deixaram de ser consensuais, e os problemas provocados pelas alterações geoestratégicas se agudizaram, as divergências relativas às linhas mestras da estratégia europeia também se intensificaram. Neste quadro, o PSD reafirma que o seu compromisso com a União Europeia continua a ser componente crítico do interesse nacional, desde que assente na solidariedade, na coesão e no respeito pelas particularidades das nações. Ao mesmo tempo, o PSD rejeita "fugas para a frente" ou propostas desenhadas com o intuito de fortalecer alguns estados europeus em detrimento dos restantes.

A reflexão sobre a Europa nunca poderá ser feita num vazio, sem ter presente as mutações que ocorreram nas últimas décadas ou sem contemplar as consequências dessas mudanças. A globalização, consolidada a partir da década de 1980, foi uma das mutações que causaram maior impacto nas sociedades europeias. Fruto dessa globalização, assistimos a um aumento da prosperidade mundial e à redução da pobreza. Inúmeras oportunidades foram criadas nos âmbitos cultural, comercial e tecnológico. Mas se é verdade que há regiões que ganharam com a globalização, é também verdade que outras foram adversamente afetadas e, por isso, a globalização passou a enfrentar resistências mon-





umentais. Com efeito, na sequência da crise financeira de 2008, passou a ser vista por largos sectores da população como a primeira causa da insegurança económica e cultural que assola muitas sociedades.

A perceção de insegurança verificada na década posterior à crise manifestou-se de várias formas, incluindo a profundíssima crise de representação enfrentada pelos partidos tradicionais europeus. Dando voz às novas inseguranças – tanto ao nível económico como cultural – partidos de "tipo novo" desenvolveram discursos e programas nacional-populistas. Em vários países, o surgimento destas forças provocou o colapso dos sistemas partidários construídos após a II Guerra-Mundial e a implosão dos partidos portadores do consenso histórico em volta da integração europeia. Populistas empenhados em romper os consensos europeus são, hoje, um bloco significativo no Parlamento Europeu. Abandonaram, é certo, a estratégia do ataque frontal às instituições europeias, mas insistem em transformar a União a partir do interior dessas mesmas instituições. Existindo uma mudança de estratégia, não existe uma mudança de objetivos: os populismos continuam empenhados em desfazer os consensos europeus das últimas décadas.

Ao mesmo tempo a que se assiste ao aumento da turbulência política na Europa, Xi Jinping, durante o encontro de Davos de 2017, reclamou para si a defesa do comércio livre e da ordem económica mundial. Para todos os efeitos, sugeria que a bandeira do comércio livre, erguida primeiro pelo Reino Unido e depois pelos Estados Unidos, passara para a China. Tratava-se de uma subtil afirmação da liderança da economia internacional e da reafirmação do compromisso chinês como as regras que a pautam, codificadas através da Organização Mundial do Comércio. Todavia, a defesa chinesa do comércio livre colide com práticas generalizadas no país, uma das principais razões subjacentes ao aumento das tensões comerciais mais recentes.

A influência crescente da China coloca um dilema complexo aos estados democráticos. Inegavelmente, o impressionante crescimento chinês das últimas décadas convenceu muitos países quanto à possibilidade de conciliar o desenvolvimento económico com o exercício do poder autoritário. Sem dúvida, o modelo estatista e ditatorial chinês fez escola em países como a Rússia, a Turquia e a Venezuela. Todavia, a atração pelo autoritarismo também se faz - sentir na Europa com o surgimento de partidos que, de forma mais ou menos aberta, corroem a democracia. À medida que os valores da democracia liberal recuam na cena internacional, cresce a contestação dentro do espaço europeu tanto por parte da direita radical como pela extrema-esquerda, que frequentemente partilham a mesma hostilidade ao pluralismo e ao Estado de Direito.

Nada disto significa que Portugal deva assumir uma postura de hostilidade face ao investimento chinês, ou opor-se ao aprofundamento das relações com Pequim. Seria irresponsável trilhar tais caminhos. Balizado pelo princípio da reciprocidade, e desde que não requeira a transferência de tecnologia e da propriedade intelectual, as fontes de valor das nossas empresas, o investimento estrangeiro é positivo para o nosso país. Mas um relacionamento comercial normal não significa que se deva, aberta ou secretamente por via da celebração de memorandos bilaterais desconhecidos da opinião pública, embarcar em relacionamentos que possam subverter a relação estratégica, que Portugal mantém com os Estados Unidos e a União Europeia.

A segurança portuguesa continua, a assentar na NATO, mesmo que, futuramente, esta entidade seja complementada por uma estrutura militar europeia inteiramente compatível com as capacidades da Aliança Atlântica. Tal como no passado, os interesses portugueses e elevam-nos a salientar a centralidade da NATO. Quanto à UE, a nossa solidariedade política, e os nossos mercados, exigem que Portugal seja um parceiro construtivo no reforço da coesão do espaço europeu.

Devemos continuar a assumir a defesa intransigente dos valores nucleares da democracia e do Estado Direito. A bom rigor, a qualidade da nossa democracia está dependente dos valores que defendemos além-fronteiras. Numa altura em que as normas liberais internacionais são abertamente violadas, cabe a Portugal, em estreita cooperação com os nossos aliados, reforçar

as normas e os valores inerentes ao princípio da universalidade dos direitos humanos.

Igualmente prioritárias são as questões relacionadas com as alterações climáticas. Se, por um lado, se tornou incontroverso afirmar que os desafios da sustentabilidade passaram a ser incontornáveis, é igualmente verdade que os estados se mostram relutantes a fazer os investimentos necessários para assegurar bens coletivos públicos ambientais. Preocupações em volta da partilha dos custos das políticas verdes requerem uma manifestação de liderança internacional, da qual Portugal não se pode excluir. Porém, para garantir os consensos nacionais necessários para prosseguir com políticas de sustentabilidade, urge constituir um Pacto Interpartidário para o Ambiente e a Sustentabilidade entre as principais forças políticas nacionais.

Os nossos compromissos e interesses no mundo euro-atlântico passam, também, pela crescente proximidade com os países de língua portuguesa. Num mundo cada vez mais marcado pelo bilateralismo e agrupamentos regionais, devemos estimular os laços comerciais, de conhecimento e da solidariedade com os países lusófonos. É certo que, durante muito tempo, Portugal centrou excessivamente as suas relações com os países do espaço lusófono no plano bilateral. Mais recentemente, temos vindo a aprofundar as nossas relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e a consolidar o relacionamento com o Brasil e Timor. No futuro, procurando maximizar as potencialidades do espaço lusófono, Portugal deve empenhar-se na criação de um triângulo estratégico que una Lisboa, Luanda e Brasília.

Em Julho de 1996 criou-se a CPLP, assente no património partilhado pelos países lusófonos, particularmente as afinidades linguísticas e culturais. Porque este legado comum, do qual a língua portuguesa é o pilar, dá forma a uma comunidade multifacetada com uma margem de desenvolvimento significativa, Portugal deve investir na consolidação e aprofundamento da CPLP, particularmente no âmbito das relações comerciais tendentes à construção de um grande mercado comum de expressão lusófona. A este propósito, e a fim de melhor enfrentar os desafios externos da competitividade, urge dinamizar a diplomacia económica, veículo para incentivar a internacionalização das empresas nacionais.

Acrescenta-se que a diáspora lusófona constitui uma apreciável mais-valia para o país. Os portugueses e lusodescendentes que se encontram nos países de acolhimento terão de ser alvo de atenção especial por parte do Estado português, que continua a não dar prioridade às carências mais elementares desta diáspora. Houve, nos últimos anos, uma desvalorização das nossas comunidades, e, como corolário, verificou-se um afastamento crescente entre os portugueses em território nacional e os portuguese além-fronteiras. Cabe ao Estado criar condições para que as comunidades lusas no exterior, que terão de passar a ser encaradas como possuidoras de experiências e mais-valias únicas, possam contribuir para desenvolver a economia nacional e o país no seu todo. Hoje, como no passado, a nação engloba os portugueses residentes além-fronteiras.



Uma história de impasses

Em 1978, Francisco Sá Carneiro, debruçando-se sobre a conjuntura nacional, afirmou: "Temos uma democracia anómica, incapaz, porque o é, de encontrar uma saída política para um País em aguda crise existencial; os seus s defeitos intrínsecos agravam as tensões, distorções e roturas sociais." (Impasse, p.10).

Profundamente moldado pela ação política de Sá Carneiro, Portugal, nas últimas décadas, realizou avanços extraordinários que melhoraram significativamente a vida dos portugueses: consolidamos a democracia pluralista, modernizamos a economia, erguemos um sistema de saúde universal, desenvolvemos uma rede abrangente de escolas na totalidade do território nacional, expandimos o acesso ao ensino universitário, construímos infraestruturas modernas e reforçamos as autonomias dos Açores e da Madeira. Contudo, e por muitos avanços que possamos legitimamente enumerar, ficamos aquém do país que Sá Carneiro idealizou: um Portugal mais próspero e justo, com plena igualdade de oportunidades, socialmente equitativo e politicamente transparente.

Ficamos aquém de construir um país melhor porque Portugal viveu, ao longo destas décadas de democracia, múltiplos. Com efeito, o impasse descrito em 1978 pelo fundador do PSD não foi o primeiro bloqueio nacional da nossa história recente. Ainda na vigência do Estado Novo, no início dos anos 70, em resultado das guerras ultramarinas e da ossificação das instituições políticas, o regime autoritário revelou-se incapaz de solucionar as suas próprias contradições. Bloqueado, o país fez um corte com a ditadura e, nas semanas e meses subsequentes ao 25 de abril, assistiu-se a uma tentativa de definir um modelo que permitisse democratizar, descolonizar e desenvolver o país.

Todavia, a transição para a democracia degenerou num processo caótico que ameaçava as liberdades nascentes. Com o intuito de ultrapassar os impasses gerados pelo salazarismo, o processo revolucionário em curso (PREC) de 1974/75 deu origem a um socialismo de cariz autoritário que minava o pluralismo e as liberdades recentemente adquiridas. As contradições sentidas ao longo do PREC, largamente resultantes da instrumentalização dos militares por parte do Partido Comunista Português, e das tentações totalitárias da esquerda radical, provocaram um novo impasse que encaminhou o país para o abismo da guerra civil.

A social-democracia à portuguesa do PSD, irrompeu, pois, num contexto radicalmente diferente do quadro histórico-político no qual nasceram os demais partidos social-democratas europeus. Liderado por Sá Carneiro, o PSD bateu-se pelo pluralismo político, a economia de mercado, a solidariedade social, a descentralização do Estado e o alinhamento de Portugal com a Europa e a NATO. Em Portugal, as ameaças às liberdades políticas e económicas surgiram da esquerda. Em Portugal, o respeito pela dignidade de cada ser humano, o personalismo, foi a resposta ao coletivismo extremista da esquerda. Em Portugal, a social-democracia bateu-se pelo direito à propriedade e por uma economia de mercado, reprovando as nacionalizações decretadas em março de 1975. Foi, justamente, o povo da liberdade que dinamizou a social-democracia portuguesa, e imprimiu-lhe o caráter reformista em oposição às aventuras revolucionárias que uma certa esquerda pretendia impor à sociedade portuguesa.

Os acontecimentos de 25 de novembro de 1975 permitiram ao país romper com a hegemonia da esquerda revolucionária e seus aliados militares. Uma vastíssima coligação política e social,

englobando os partidos democráticos, a Igreja Católica, setores-chave da sociedade civil e os militares reunidos em torno do Grupo dos Nove, voltou a impor o rumo da democracia, quebrando a deriva ditatorial dos meses anteriores. No novo quadro, Portugal reafirmou o seu alinhamento europeu e atlantista. Se é verdade que o 25 de novembro neutralizou a ameaça imediata de uma nova ditadura, é igualmente verdade que os impasses produzidos pelo processo revolucionário ficaram por resolver.

Com efeito, o confronto entre as forças democráticas e as forças totalitárias deslocou-se para as instituições políticas e o impasse nacional cimentou-se na Constituição da República, promulgada em 1976. As contradições manifestadas durante o processo revolucionário foram institucionalizadas pela Lei Fundamental. A Constituição garantia, um regime de liberdades pluralistas e um modelo de representação largamente assente na vontade dos partidos civis, mas, também impunha profundas limitações ao exercício da democracia. Na posse do poder de veto sobre as escolhas expressas por sufrágio universal, o Conselho da Revolução, apesar de destituído de legitimidade eleitoral, impôs aos partidos uma tutela militar delimitada pelos dois "Pacto Partidos-MFA", assim obstruindo a soberania popular. Quanto à esfera económica, a Constituição afirmava a irreversibilidade de uma economia estatizada, altamente restritiva dos direitos de propriedade e da iniciativa privada. Assim se impedia que a liberdade se estendesse à esfera económica. Em suma, este impasse político-institucional produziu uma democracia truncada.



Na segunda metade dos anos 1970, os partidos pluralistas que tentaram aprofundar as liberdades e recuperar a economia enfrentaram os bloqueios instituídos pela esquerda e os seus aliados militares do Conselho da Revolução. Previsivelmente, a Lei Fundamental passou a servir de arma de arremesso para inviabilizar as reformas necessárias à modernização do país. Seguiu-se a fase dos governos de iniciativa presidencial e a paralisia político-institucional. Neste quadro de impasse generalizado, o PSD assumiu o ónus de liderar uma frente de forças comprometidas com o aprofundamento da democracia e das liberdades. Nunca um mero somatório de personalidades e de votos, a Aliança Democrática (AD) traçou um projeto reformista, em ruptura com o situacionismo, que rapidamente mobilizou os portugueses.

AD, promotora da lei de delimitação de sectores e da revisão constitucional de 1982, impulsionou a democratização do país. Consumada a extinção do Conselho da Revolução, as preferências dos cidadãos passaram a ser articuladas pelos partidos políticos, sem as interferências e as limitações impostas pela tutela militar. Tratou-se de um primeiro e necessário passo no para fazer convergir o sistema democrático com os padrões europeus em vésperas da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE).

Convém salientar que a nossa integração na CEE foi motivada por dois objetivos fulcrais: a consolidação plena da democracia e a inclusão do país num espaço de liberdade económica. Na realidade, a inserção de Portugal na Europa teria sido impossível na ausência de uma revisão con-



stitucional que pusesse termo à democracia tutelada pelas forças armadas. Com efeito, a revisão de 1982 desbloqueou a nossa democracia, mas, na esfera económica, continuávamos reféns de uma Lei Fundamental que proclamava a "irreversibilidade" do estatismo, consubstanciado pela reforma agrária e pelas nacionalizações.

A entrada de Portugal na CEE coincidiu com o impulso reformista dos governos PSD liderados Aníbal Cavaco Silva. Esta década de governação, entre 1985 e 1995, revolucionou o país, possibilitando a modernização plena da nossa economia e construindo os pilares essenciais de uma sociedade menos hierarquizada e desigual. A crescente complexidade da economia nacional, e a necessidade da sua adequação aos desafios da integração europeia, conduziram, por sua vez, à revisão constitucional de 1989, alteração que pôs termo à irreversibilidade das nacionalizações decretadas durante o PREC e que abriu o caminho às privatizações. Há muito reclamada pelo PSD, e frontalmente rejeitada pela esquerda marxista, a revisão constitucional de 1989 contou com o apoio do Partido Socialista, isto é, com o apoio da tendência moderada chefiada por Mário Soares. Inexplicavelmente, em 1989, no mesmo ano em que os países comunistas de Leste abandonavam o coletivismo económico, muitos socialistas portugueses insistiam na bondade das nacionalizações e do estatismo.

As privatizações lançadas pelo PSD chocaram frontalmente com o desastroso legado socioeconómico do PREC: descapitalização, baixa produtividade, ausência de inovação, elevados custos de contexto, mercado laboral rígido, setores monopolizados e adversos à concorrência, burocratização e estruturas de gestão politizadas. Empenhado em reverter estes obstáculos à modernização do país, o PSD, durante a governação de Cavaco Silva, recuperou as nossas empresas e abriu o país ao exterior.

Mas esta década não revolucionou apenas a nossa economia. Assistiu-se à criação de oportunidades e a um inédito alargamento da mobilidade social. Em 1985, o país encontrava-se bloqueado por profundíssimas desigualdades sociais, pela ausência de mecanismos geradores da mobilidade social e por teias informais de poder destinadas a preservar os privilégios de uma casta. O PSD, novamente, rompeu com o situacionismo, democratizando o ensino, particularmente o ensino superior, abrindo assim caminho para o acesso ao mais importante veículo de ascensão social. Em resultado desta abertura, as profissões tornaram-se acessíveis para as classes historicamente desfavorecidas. Libertas das lógicas clientelares prevalecentes nas empresas públicas, as empresas privatizadas passaram, usualmente, a recrutar de acordo com critérios de mérito. O funcionalismo público foi reformado e dignificado, garantindo novas oportunidades e melhorando os serviços prestados. É certo que, nos anos subsequentes, houve retrocessos. Mas o impulso reformista do PSD das décadas de 1980 e 1990 acelerou a modernização do país.

Convém, igualmente, recordar que estes anos ficaram marcados pela expansão das liberdades. O país tornou-se muito mais exigente relativamente aos poderes públicos. A crescente responsabilização do Estado aumentou a sua transparência e aprofundou o escrutínio dos poderes públicos. A abertura da comunicação social à iniciativa privada, incluindo a televisão, pôs fim ao inaceitável monopólio da informação, uma reforma que contou com a oposição das esquerdas.

Se o PSD liderado por Cavaco Silva imprimiu um impulso reformista ao país, a governação de esquerda dos anos subsequentes gerou impasses que desaguaram no período de emergência iniciado em 2011. Com a entrada do país na Zona Euro, os governos socialistas de António Guterres e José Sócrates, em busca da popularidade fácil e dos dividendos eleitorais, desperdiçaram a oportunidade de prosseguir a modernização do País. Escolheram o caminho do facilitismo, da desresponsabilização e do adiamento das reformas que a globalização impunha. Os governos socialistas prosseguiram políticas laxistas que desencorajaram a poupança e alimentaram o endividamento. Isto levou Sócrates a solicitar a intervenção externa para fazer frente à emergência nacional. Portugal acabou resgatado da década de governação socialista que conduzira o país a um novo beco.

O PSD foi, chamado a formar um governo de coligação numa conjuntura muito grave, numa

situação de emergência financeira e de intervenção externa. Encarregado de cumprir os condicionalismos estipulados pela troika, o governo de Pedro Passos Coelho assumiu o ónus de tomar medidas impopulares para restituir a soberania plena do país. Apelando ao sacrifício dos portugueses, o governo traçou um rumo que conseguiu solucionar a irresponsabilidade dos sucessivos governos socialistas. Todavia, depois de quatro anos de supervisão pela troika e de uma nova vitória eleitoral, o PSD seria impedido de retomar o caminho do reformismo previsto para o período pós-troika, que certamente teria evitado o bloqueio em que Portugal se encontra.





O fardo do socialismo

A maioria de esquerda chefiada por António Costa conduziu Portugal a um impasse global que, hoje se manifesta em três dimensões interligadas: a política, a económica e a social. Na ausência de uma resposta política suficientemente robusta para desbloquear o impasse, o país continuará em lenta marcha para a cauda da Europa e o empobrecimento. Eis o perigo real que acarreta o rumo seguido por António Costa.

Terminado o período de emergência, a política portuguesa radicalizou-se. O centro político foi abandonado por um PS influenciado pela esquerda radical, a em consequência da aliança celebrada entre os socialistas e a extrema-esquerda. A formação da gerigonça ficou a dever-se a vários fatores: à necessidade de expulsar o PSD da área do poder, à necessidade do PCP de reforçar a sua hegemonia no movimento sindical, à necessidade de sobrevivência política de António Costa e, não menos importante, ao radicalismo dos jovens turcos do PS empenhados em esquerdizar" a governação. Ironicamente, a vitória eleitoral da coligação Portugal à Frente tornou possível o impensável: a inserção da esquerda radical na área da governação pela mão do Partido Socialista.

O PS juntou-se, de forma definitiva, às forças mais situacionistas da sociedade portuguesa. Por um lado, o Estado tem vindo a ser capturado pelos interesses da família socialista, enquanto o Governo passou a ser uma extensão das famílias que comandam o PS. Por outro lado, e o PS impõe políticas que reforçam os lóbis e as corporações que se enquistaram no aparelho do Estado. Em suma, o Estado passou a ser utilizado pelo PS como alvo central dos interesses tentaculares das suas famílias. Mas a atuação negativa do Partido Socialista não se reduz à instrumentalização do Estado. Para assegurar a lealdade do PCP, António Costa reforçou a influência da CGTP na função pública e no setor dos transportes. Mobilizando os seus sindicatos, o PCP voltou a ter capacidade de bloquear a economia nacional. Em jeito de aviso ao país, esses mesmos sindicatos, particularmente na Autoeuropa e nos portos, decretaram ações industriais demonstrativas do seu poder enquanto força de bloqueio. Refém de tudo e de todos, e transformado em guardião do establishment nacional, o PS rejeita fazer reformas. A opção preferencial da esquerda pelas corporações dominantes traz custos económicos elevados, arruína os serviços públicos e congela a mobilidade social. Devido à hegemonia exercida pelo PS, Portugal, nas últimas décadas, seguiu um modelo estatista de desenvolvimento que espelha a conceção socialista do mundo e da sociedade. Para o PS e os seus aliados, apenas o coletivismo soluciona os problemas sociais.

O PS entende o Estado como o expoente máximo do poder, a entidade que regula, dirige e "manda" na vida social. Assim, o poder político assume uma face arrogante perante os adversários que reclamam reformas dos partidos da oposição aos sindicatos, das empresas a simples transeuntes em campanha eleitoral. Também a contínua tentativa de controlar os meios de comunicação social expressa o défice democrático reinante nas fileiras socialistas.

O fardo do 'socialismo' é, evidentemente, a causa deste impasse, caracterizado por um e intervencionismo estatal liderado por um partido que, confundindo os seus interesses com os interesses nacionais, proclama conhecer melhor o que a sociedade necessita do que as próprias pessoas que a compõem. Isto conduziu Portugal a um bloqueio: o Estado sobrepõe-se às pessoas, e condiciona fortemente a liberdade e limita seriamente a nossa capacidade de crescimento económico. No final, pagam sempre os mais fracos: em impostos, em falta de habitação, em serviços mais caros.

Desde que o PS rompeu o "cordão sanitário" democrático de quatro décadas e aceitou governar com a extrema-esquerda, o socialismo passou a fustigar a liberdade individual. O Estado apoia "associações culturais" que prosseguem agendas "politicamente corretas", rejeitadas pela esmagadora maioria da população, ao ponto de interferir na intimidade das pessoas e a tentar revolucionar os costumes através de novas campanhas de "dinamização cultural".

O PSD terá de se mobilizar para impedir esta nova investida contra as liberdades e a privacidade dos cidadãos.

Na realidade, a conduta política da maioria de esquerda que se apoderou dos destinos do país agrava o conflito social e as desigualdades. Ao mesmo tempo, o saque fiscal a que o estatismo socialista submete os portugueses representa um entrave descomunal à poupança das famílias e ao crescimento económico.
Entre o garrote fiscal e a incapacidade de gerar condições para a prosperidade económica do país, o PS avariou o "elevador social".

Em conformidade com o seu legado histórico, o PSD afirma que a busca da felicidade compete às pessoas livres, às pessoas que tomam o seu destino em mãos.

Porque o Estado não pode garantir tudo a todos, logicamente que as escolhas pessoais não cabem aos burocratas. Ao Estado exigem-se as condições que possam garantir a igualdade de oportunidades. Partilhada pela extrema-esquerda e uma parte do PS, a ideia de que a igualdade social se impõe numa quimera igualitária semelhante aos totalitarismos do século XX, tem de ser frontalmente e combatida.

Atendendo aos sinais de crise que atravessam o nosso regime democrático, urge avançar com a reforma do sistema eleitoral. Perante o número crescente de portugueses que se refugiam na abstenção, é óbvio, que a legitimidade do sistema democrático pode vir a ser questionada caso não haja uma reforma célere que aproxime os eleitores aos seus deputados. Com feito, o PSD volta a manifestar a sua disponibilidade para, com o Partido Socialista, e outras forças preocupadas com o crescente afastamento dos cidadãos da política, aprovar um novo sistema eleitoral. Defendemos a introdução de ciclos uninominais e a "correção" da votação de forma a assegurar a proporcionalidade através de uma lista nacional. Trata-se, de uma adaptação à realidade nacional do sistema "misto" alemão.

Uma economia bloqueada

Um aspeto particularmente grave do impasse nacional reside na aposta inusitada da esquerda no estatismo como motor de desenvolvimento, e o consequente reforço do papel do Estado como instrumento para atingir o crescimento. Na verdade, é precisamente este crescente peso do Estado que configura a principal causa dos nossos problemas económicos. Por isso, a simplificação da carga fiscal que incide sobre as pessoas e as empresas constitui um imperativo nacional.

São as empresas que geram emprego e riqueza. Portugal, para atrair mais investimento, necessita de reduzir e simplificar a sua carga fiscal, tornando-a mais atrativa, e mais previsível, e mais amiga de quem investe no nosso país.

Temos das cargas fiscais mais elevadas da Europa, sem que os portugueses tenham na qualidade dos serviços públicos prestados uma compensação justa pelos elevados impostos que pagam. As famílias exigem e merecem pagar menos impostos, para terem maior capacidade de poupança e poderem planear o seu futuro com mais confiança.

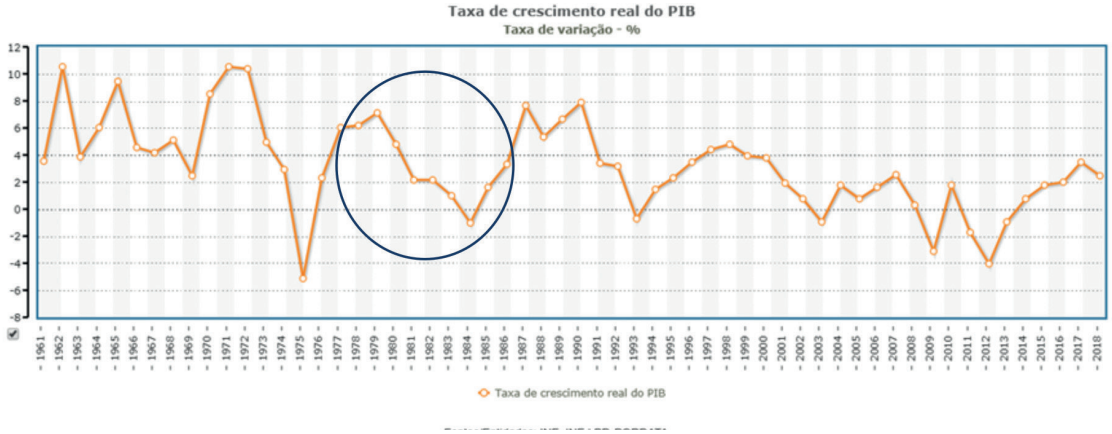
Um país governado pelo PSD não é compatível com esta visão estatizante, centralizada e asfixiante da sociedade.

Com efeito, o PS transformou o Estado num verdadeiro monstro burocrático cuja voracidade consome a riqueza dos cidadãos. Ao mesmo tempo que afoga os portugueses em impostos e consome uma fatia excessiva da riqueza produzida pelo país, coloca o Serviço Nacional de Saúde na pré-falência. Ao mesmo tempo que o Partido Socialista cobra a maior carga fiscal de sempre, gera a maior dívida externa da nossa história e opta por fazer o menor investimento público dos últimos quarenta anos.

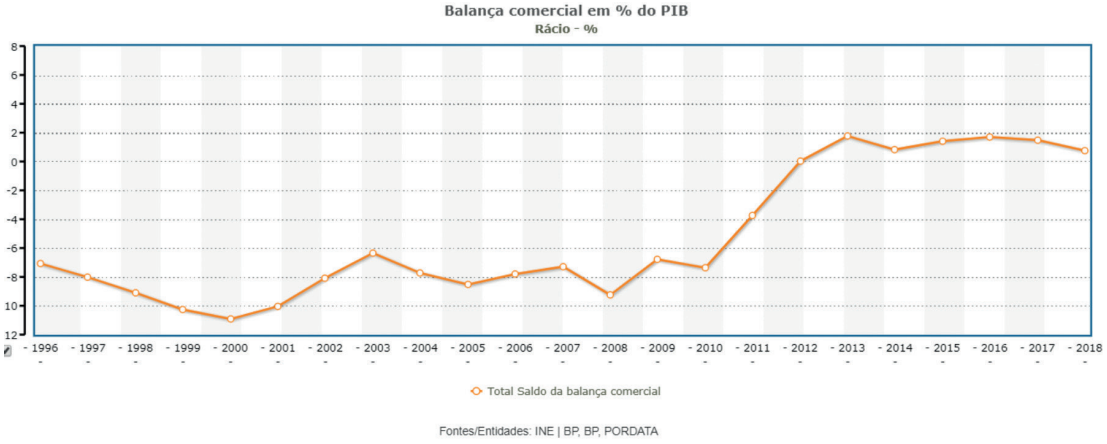
Se é verdade que, com Pedro Passos Coelho, o PSD devolveu a soberania financeira ao país, é igualmente verdade que os governos socialistas de António Costa ergueram, oportunisticamente, a bandeira do combate ao deficit. É certo que os números parecem satisfazer a burocracia de Bruxelas, mas sabemos que os deficits do ministro Centeno resultam de expedientes e truques altamente nocivos para o país. Investimentos públicos congelados, aumento de impostos e dividendos do Banco de Portugal e da Caixa Geral de Depósitos são apenas alguns dos mecanismos que permitem ao Governo disfarçar os desequilíbrios estruturais das finanças públicas.

Pautando-se por um eleitoralismo infindável, o PS recusa fazer reformas para aumentar a competitividade das nossas empresas. Os custos de contexto permanecem altíssimos. Quanto à atualização das leis laborais, indispensável num quadro de Mercado Único, o Governo, pressionado pela esquerda radical, desfez as reformas do Executivo PSD/CDS que tanto contribuíram para reanimar o mercado de trabalho. As empresas continuam com dificuldades de acesso ao financiamento, enquanto o desinvestimento nas infraestruturas públicas compromete a competitividade. Quanto às exportações, as empresas vêem-se ameaçadas

pelo caos instalado nos portos nacionais resultante das cedências aos interesses instalados.
Como chegamos a este impasse económico? Se é verdade que o regime democrático encetou um período de enormes avanços de âmbito social, é igualmente verdade que o país continuou a viver com baixos níveis de rendimento per capita, um tecido empresarial marcado por stock de capital antiquado e baixos níveis de produtividade. A instabilidade política que se viveu antes dos governos de Aníbal Cavaco Silva engripou o funcionamento dos "motores" da nossa economia, nomeadamente o investimento, quer o estrangeiro, receoso das disfuncionalidades na altura evidenciadas no nosso país, como o nacional, que encontrava nas elevadíssimas taxas de juro então cobradas uma barreira significativa. Este facto dificultou o processo de alteração e modernização do stock de capital instalado e, consequentemente, um aumento da competitividade das nossas empresas. As taxas de crescimento real anual do PIB nos anos seguintes ao 25 de Abril de 1974 demonstram bem as dificuldades do país (ver gráfico seguinte).



Com a nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia, os governos do PSD promoveram reformas estruturais e ajustamentos macroeconómicos que visaram preparar o país para a adesão à Zona Euro, incluindo a diminuição da taxa de juro nominal e real (fruto de elevados fluxos de capital). Inequivocamente, o alargamento da livre iniciativa para sectores chaves da nossa economia - como a banca e a comunicação social - contribuiu para o aumento do rendimento disponível dos portugueses e para o subsequente surgimento de uma fortíssima procura interna.
A perceção do risco reduzido da dívida soberana, e as expectativas de crescimento futuro associados à entrada de Portugal na União Económica e Monetária, contribuíram para um aumento do investimento privado, mas, também, para o incremente rápido da dívida das famílias e das empresas. No entanto, o impulso dado ao consumo interno foi canalizado essencialmente para os setores não transacionáveis da economia portuguesa, mantendo a nossa balança comercial recorrentemente deficitária (ver gráfico abaixo).

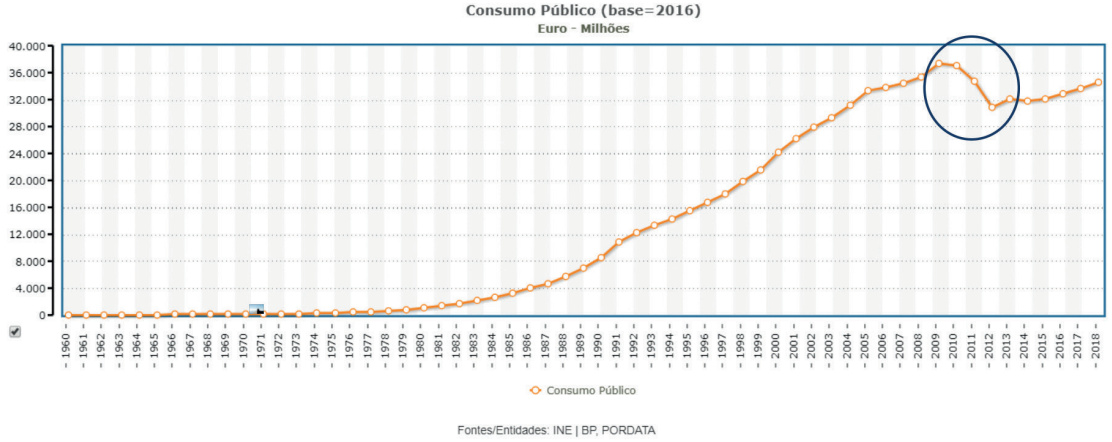


Com o surgimento da crise de 2000, fruto do rebentamento da bolha das “dot.com”, assistimos a um paradoxo: sendo Portugal um mercado pequeno e aberto à economia internacional, a diminuição da procura interna e externa em simultâneo, associada à acumulação de dívida privada e pública, conduziram ao surgimento gradual de desequilíbrios externos e internos para níveis sem precedentes. Esses desequilíbrios foram particularmente sentidos nos anos de 2007 e 2008, marcados pelo “rebentar” da crise do subprime que despoletou uma profundíssima recessão mundial. Devido à globalização dos mercados financeiros, a crise rapidamente alastrou, provocando assim uma contração económica à escala global.

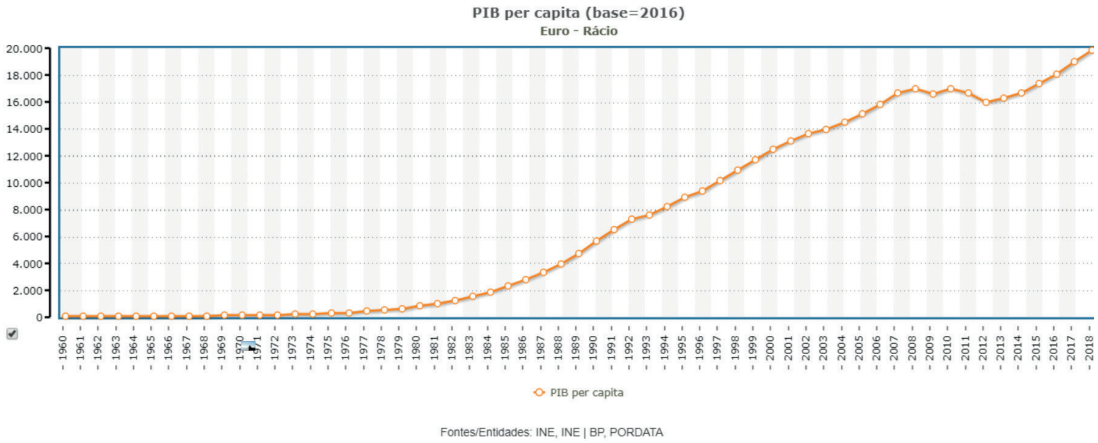
Atendendo a esta situação, os governos tentaram contrariar a crise através da adoção de políticas orçamentais contra-cíclicas - políticas orçamentais expansionistas - destinadas a induzir um “normal” crescimento. Em consequência do forte endividamento de alguns países que apresentavam défices orçamentais consideráveis, as medidas revelaram-se ineficazes. Desta forma, surge uma segunda “onda” de contração da economia global, conhecida como a “crise da dívida soberana”, que afeta fortemente a economia europeia, e os países periféricos em particular.

Devido ao aumento substancial do custo da dívida da república, e à forte limitação do acesso aos mercados internacionais de dívida por parte dos nossos bancos, Portugal não ficou imune. Seguiu-se, em 2011, o pedido de assistência financeira. O impacto da crise não demoraria a fazer-se sentir na economia real. Um estudo publicado pelo Banco de Portugal (Bonfim, Félix e Farinha, “Crédito e economia: lições de uma década de investigação no Banco de Portugal”, 2019) indica que aproximadamente 15% das nossas pequenas e médias empresas (PME) foram afetadas por restrições de crédito. O mesmo estudo acrescenta que as empresas, particularmente as mais pequenas e as mais jovens, foram deveras condicionadas pelas restrições de crédito. Dadas as características do tecido empresarial nacional, gerou-se um impacto relevante no investimento privado.

Convém sublinhar que a crise portuguesa de 2011/2015 tem origem em duas ocorrências simultâneas: a) o programa de ajustamento traçado pela troika para evitar o default soberano que resultou da má gestão económico-financeira do governo de José Sócrates; b) o momento recessivo vivido em Espanha e nos restantes países europeus, principais mercados das nossas exportações, gerou uma acentuada quebra no PIB nacional. O Governo PSD/CDS liderado por Pedro Passos Coelho viu-se obrigado a traçar um ajustamento estrutural a fim de ultrapassar os desequilíbrios existentes, sendo de realçar uma melhoria considerável da posição orçamental e a inversão de deficits da balança comercial. Sublinha-se que a melhoria nas contas públicas, nomeadamente com a descida dos deficits orçamentais, feita essencialmente à custa de diminuição substancial do consumo público (ver gráfico) e do investimento do Estado.



Não obstante as dificuldades, Portugal conseguiu uma "saída limpa" do programa de ajustamento; isto é, o país recuperou a soberania financeira e libertou-se do garrote da troika. Fruto do ajustamento macroeconómico protagonizado pelo governo do Partido Social Democrata, e aproveitando a retoma dos seus principais parceiros comerciais, em particular na Zona Euro, a economia portuguesa estabilizou a partir de 2014. Igualmente importante, o programa de injeção de liquidez (QE – Quantative Easing), delineado pelo BCE, permitiu manter os juros da dívida dos países mais frágeis, como Portugal, em níveis historicamente baixos.



Os principais impulsionadores do recente crescimento económico continuam a ser as exportações, o investimento e o consumo interno, embora haja uma ligeira desaceleração neste último. No entanto, as melhorias assentam num modelo que nos poderá levar, uma vez mais, a enfrentar desequilíbrios macroeconómicos em resultado dos seguintes fatores:

a) umento do consumo interno, público e privado (ver gráfico acima), contribuindo para o aumento do deficit da balança comercial;

b) ausência de políticas eficazes de investimento público, contribuindo para a degradação dos serviços prestados pelo Estado;

c) aumento da dívida pública (em termos absolutos), colocando-nos assim na dependência dos programas de QE;

d) aumento da carga fiscal para fazer face ao aumento da despesa pública, retirando competitividade às nossas empresas e diminuindo a atratividade de Portugal como destino de IDE.

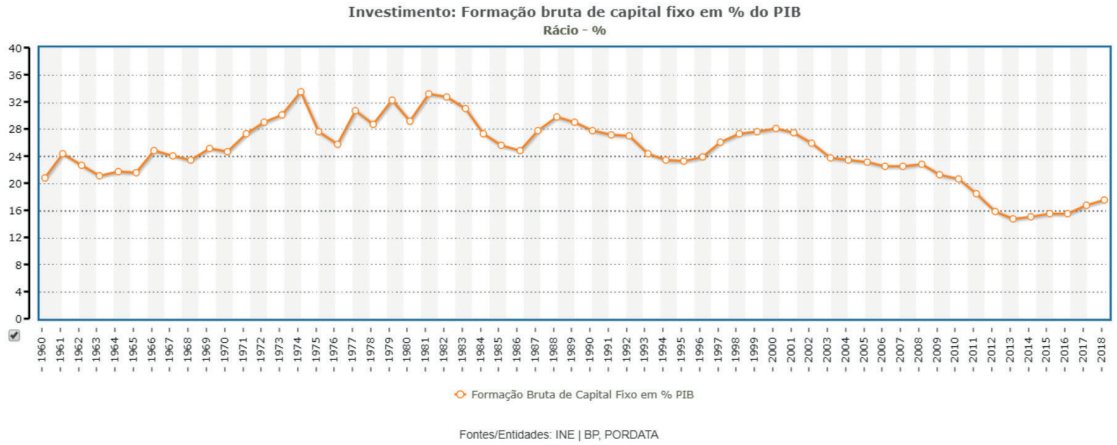




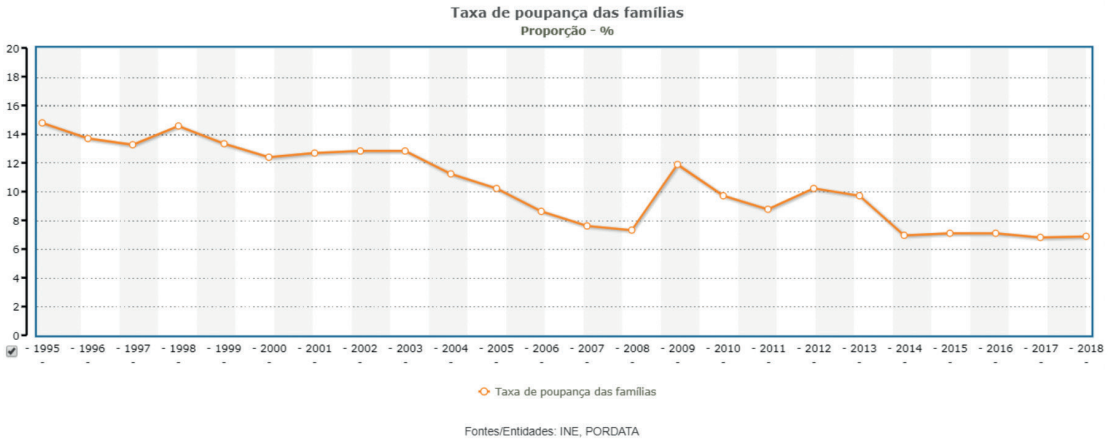
Um país de riscos económicos

A economia portuguesa confronta-se com um conjunto de riscos que um futuro Governo do PSD terá de atenuar.

Primeiro, o excesso de endividamento, o principal fator de risco que retira capacidade de acomodação a choques externos, nomeadamente quando relacionados com os nossos principais parceiros comerciais. Com efeito, Portugal atravessa uma conjuntura que dificilmente se repetirá no tocante ao custo de financiamento da dívida soberana, sendo previsível que surja, num horizonte temporal cada vez mais apertado, uma inversão deste ciclo.
Segundo, o desequilíbrio da balança comercial. As fragilidades do sistema financeiro português contribuíram para que os fluxos de capital fossem deficientemente distribuídos, conduzindo, durante muitos anos, à expansão de setores com baixa produtividade e com reduzida competitividade internacional. Desta forma, as nossas empresas foram perdendo competitividade quer nos mercados externos (diminuição das exportações) quer no mercado nacional (aumento das importações), gerando um impacto negativo na balança comercial que será tanto maior quanto menor for o crescimento do nosso PIB.
Terceiro, um produto potencial muito limitado. As dificuldades de acesso a financiamento por parte das PME's contribuíram para um exíguo crescimento da capacidade instalada e, consequentemente, do nosso produto potencial. Enquanto na Zona Euro este fenómeno apenas ocorre aquando do início da crise de 2008, em Portugal houve um hiato negativo considerável entre 2003 e 2017, contribuindo para uma diminuição no produto potencial, sem paralelo na área do euro.



Quarto, a baixa taxa de poupança. A economia nacional é marcada por impostos elevados, baixos níveis de rendimentos e elevados níveis de endividamento, empresarial e privado. Este facto tem contribuído para uma incapacidade de geração de poupança, limitando a capacidade de (1) acomodar momentos de maior dificuldade económica e (2) financiar investimento em capital gerador de mais emprego e riqueza, contribuindo para o aumento do nosso endividamento no estrangeiro.



Quinto, os choques externos nos principais parceiros comerciais. A abertura da economia nacional ao exterior torna-a vulnerável a choques exógenos. Com efeito, convém realçar as seguintes "nuvens cinzentas" que pairam sob a economia mundial:

a) tensões comerciais entre os principais blocos, nomeadamente os Estados Unidos da América, a China e a União Europeia;

b) tensões geopolíticas entre os países do Ocidente, do Médio Oriente e na península da Coreia;

c) limitação dos efeitos de políticas de QE dos vários bancos centrais, consequência de um aumento insustentável dos respetivos balanços, o que obrigará à retirada de liquidez dos mercados financeiros.



Uma proposta de ação

Portugal não tem conseguido alcançar os níveis de produtividade genéricos da UE, uma condição sine qua non para que, possamos atingir os objetivos da prosperidade, solidariedade e qualidade de vida valorizados pelos portugueses. Um estudo recente elaborado pela OCDE, espelhando as observações contidas no Anuário do INE, identificou as causas da falência do nosso modelo, caracterizando-o como: a) um modelo que privilegia exportações de baixo valor acrescentado; b) permeado por uma crença no IDE destituída da adequada incorporação de produção ou decisão nacional; c) focado na transferência de mão de obra e capital para atividades de baixo valor acrescentado. Temos, pois, um país de baixa produtividade, excessivamente dependente do exterior. Acrescenta-se que, no fundo, implementámos de forma inadequada o que parecia ser uma boa receita: exportações, infraestruturas, atração de capital estrangeiro via o investimento e o turismo.

Impõe-se corrigir o rumo do país, a fim de construir um modelo mais assertivo e eficaz. Dados do Fórum Económico Mundial apontam para a necessidade de fazer as seguintes "correções": a) aumentar o peso das exportações no PIB, trabalhando para clientes de maior exigência. Dito de forma diferente, devemos procurar clientes sofisticados que prezam o valor acrescentado e nos desafiam a modernizar os nossos padrões de exigência. Poderemos, desta forma, reforçar vários fatores de competitividade baseados em capacidades únicas, flexíveis e valiosas, por oposição aos modelos mecânicos, lineares, baseados na minimização de custos; b) apostar na dinamização de indústrias de bens transacionáveis de média e alta intensidade tecnológica, procurando envolver essas indústrias nos grandes investimentos de IDE realizados no país. Reforçar-se-á, assim, o capital empreendedor, normalmente em micro e médias empresas/projetos, e contribuir-se-á para a fixação de conhecimento, ganhos económicos e aumentos nos centros de decisão portugueses; c) apostar na educação superior e na formação. Não significa isto elevar o número de diplomados, mas, sobretudo, promover o grau de utilidade da educação/formação para as empresas. Por falta desta relação entre centros de formação e empresas, assiste-se à emigração de talentos e ao subemprego de licenciados. A solução não passa por um "superplano" que aponte as áreas prioritárias, mas por introduzir a concorrência e a liberdade de escolha entre as escolas, universidades e centros de formação, para além dos investimentos em estruturas e nos recursos humanos ligados a essas instituições. Assim, rapidamente os benefícios da internalização de mecanismos de mercado serão transpostos para outras áreas de welfare; d) o sector público consome, em despesa total, uma quantia elevada de recursos.

Consequentemente, é preciso tomar uma de duas opções: ou se faz a necessária revisão das funções do Estado, ou o sector público terá de se tornar mais produtivo e devolver à sociedade, em serviços públicos e em bem-estar, tanto ou mais do que o Estado cobra em impostos.

PARA ATINGIR OS OBJETIVOS COLETIVOS QUE AMBICIONAMOS, APONTAMOS "25 MEDIDAS DE AÇÃO IMEDIATA", ORGANIZADAS EM TORNO DE 5 FATORES DE COMPETITIVIDADE:



As 25 Medidas de Ação Imediata:

1) bolsas competitivas para jovens investigadores que desenvolvem trabalho de elevado impacte e valor empresarial;
2) incentivos salariais que permitam aos investigadores mobilizarem recursos e desenvolver investigação de alta qualidade;
3) regime especial de "Visto e Residência" para quadros e investigadores estrangeiros, incluindo a atribuição de um enquadramento fiscal favorável;
4) privilegiar a mobilidade de quadros entre empresas, sobretudo de base tecnológica;
5) instituir um "Prémio Talento" que distinga investigadores, nacionais e estrangeiros, residentes em Portugal e a trabalhar em instituições nacionais;
6) estabelecer um quadro fiscal favorável e instrumentos de capital, semente para fomentar iniciativas de base tecnológica com ambição internacional;
7) reduzir o IRC (e o pagamento especial por conta) para empresas de base tecnológica com vocação internacional durante os seus primeiros anos de atividade;
8) criar instrumentos competitivos de apoio a iniciativas com elevado impacte na economia e na liderança tecnológica (e.g. mobilidade elétrica com e sem condutor);
9) elaborar um programa de apoio à inovação e ao empreendedorismo social;
10) incentivar a promoção e a mobilização do empreendedorismo, a partir do ensino básico;
11) integrar inteligência económica e vigilância tecnológica nos trabalhos do Ministério da Economia, como meio de promover a partilha de informação com PMEs de forma a proporcionar a identificação de oportunidades;
12) reformar o IAPMEI de forma a gerar uma área de informação sobre riscos e negócios ambientais dirigido às PMEs e Microempresas;
13) consolidar a integração de Portugal nas Redes Internacionais de inovação;
14) alavancar a rede de Business Angels para validar os modelos de novas empresas e start-ups;
15) construir Centros de Inovação em economias emergentes: Brasil, Índia e China;
16) adotar uma lei de acesso livre à informação, onde o cidadão é entendido como um stakeholder do Estado e, como tal, com o pleno direito de saber como o seu investimento está a ser utilizado;
17) garantir a interoperabilidade dos diferentes níveis do Estado, resultando num sistema de informação transparente e preciso;
18) orientação para o utente/cliente como forma de melhorar os serviços públicos e com a publicação periódica de indicadores de eficiência;
19) implementação de códigos de conduta, respetiva formação e monitorização da sua implementação;
20) investimento na comunidade, com a participação dos utentes de subsídio de desemprego em ONGS, IPSS e associações locais;
21) reabilitação dos edifícios públicos seguindo os princípios da construção sustentável;
22) Reforma Fiscal Ambiental que promova o surgimento de negócios ambientais (IVA; IRC);
23) promoção da Agricultura Sustentável através de fundos e seguros apropriados;
24) operacionalização realista das "Compras Verdes" com listas de produtos definidos;
25) aposta na criação de uma Cultura de Gestão Responsável e Responsabilizável através de programas específicos junto das universidades de Economia e Gestão.



+ Competitividade para distribuir riqueza

A nossa prolongada crise de crescimento, usualmente atribuída a fatores exógenos, tem, em larga medida, as suas origens em disfuncionalidades domésticas. Com efeito, a não-convergência para a média de rendimento per capita da União Europeia prolonga-se há mais de dez anos. Há, portanto, uma debilidade estrutural que assombra a economia portuguesa. Em contrapartida, há uma luz ao fundo do túnel: a parte estrutural do problema nacional depende, em larga medida, das nossas opções enquanto estudantes, consumidores empresários e trabalhadores; isto é, enquanto cidadãos portugueses.

Portugal situa-se na cauda da Europa nos índices de produtividade. Segundo a PORDATA, em 2018, a produtividade do trabalho, por hora, em paridades de poder de compra, foi de 26,1% no nosso país. Em contaste, na União Europeia, nesse mesmo ano, a média era de 40,7%. Apenas a Bulgária, a Letónia e a Roménia ocuparam lugares atrás de Portugal. Dados do INE indicam que cerca de 2,3 milhões de trabalhadores por conta de outrem auferiram de um rendimento médio mensal líquido (RMML) igual ou inferior a 900 euros. Desses, 1,9 milhões auferiram de um RMML entre 600 e 900 euros. Não é aceitável que o nosso país conviva com tais níveis de exploração laboral, de subdesenvolvimento cívico e económico, que em nada motivam a população a participar num ciclo de produtividade acrescida.

O PSD reformará o nosso antiquado modelo de relações laborais, assente em premissas antagónicas e produzindo desfechos desastrosos ao nível da motivação, produtividade e felicidade.

Apresentamos um dos mais baixos salários mínimos da União Europeia; não evoluímos na introdução de modelos de promoção e identificação do mérito em contexto laboral; os trabalhadores por conta de outrem não participam na tomada de decisão e na formulação das estratégias de desenvolvimento das empresas; a posse em exclusividade dos resultados líquidos das empresas por parte do recurso capital afasta empregados e gestores dessa fonte motivacional; os múltiplos entraves ao despedimento, obrigam as empresas a substituírem-se à segurança social, impedindo a promoção do mérito e da produtividade. Assim, são necessários os choques no modelo que tem vigorado no último século, incluindo um aumento muito significativo do salário mínimo nacional, sempre indexado à produtividade, conferindo a esses trabalhadores a possibilidade de romperem com os ciclos de pobreza e conquistar a dignidade laboral.

Para ultrapassar o problema crónico da baixa produtividade do trabalho em Portugal, torna-se necessário introduzir o princípio da partilha dos resultados entre os detentores do capital, a gestão e os trabalhadores. Em empresas de maior dimensão, propõe-se uma maior representação dos trabalhadores e colaboradores nos órgãos sociais das empresas, de modo a gerar a convergência de vontades/objetivos. Enquanto a esquerda insiste na luta de classes, no conflito entre trabalho e capital, o PSD defende plataformas de partilha e convergência entre o trabalho e o capital. Reconhecer a qualidade e a importância do trabalho de cada um, constitui o primeiro nível de justiça e dignidade social.

Nos próximos anos, teremos de reorientar a política centrada nas infraestruturas e na formação de capital humano para a inovação empresarial, aproveitando a excelente qualificação das nossas escolas de gestão, as qualidades e capacidades dos nossos recursos humanos, os Centros de Investigação Científica e Tecnológica e as instituições de interface entre o Sistema Científico e Tecnológico e as empresas, como são os centros tecnológicos e outras infraestruturas semelhantes, para apoiar as nossas empresas nos processos de inovação empresarial, na transformação digital, no chamado modelo da Indústria 4.0, e na sustentabilidade ambiental e energética de acordo com o modelo da Economia Circular.

Portugal, nos últimos 25 anos, realizou um investimento público muito elevado, e tremendamente positivo, na formação de doutorados. Esse investimento, porém, não se traduziu num acréscimo de competitividade das nossas empresas, que empregam menos de 3% dos doutorados nacionais. Refém da sua visão estatista, o PS pretende, através do chamado emprego científico, transformar os doutorados em funcionários públicos. Reconhecendo o papel único do Estado no âmbito da investigação científica e tecnológica, o PSD inequivocamente rejeita converter doutorados em funcionários públicos.

Em contraste com a abordagem da esquerda, o PSD propõe:

a) reativar o programa de inserção de doutorados nas empresas (Doutores para a Indústria);

b) reforçar os programas das bolsas de doutoramento em meio empresarial;

c) promover a participação ativa das associações empresariais na gestão dos programas de financiamento das bolsas de doutoramento.



A importância do investimento

Ao comparar Portugal com as economias do centro da Europa, verificamos que o nosso nível de investimento pesa menos 4 pontos percentuais no Produto Interno Bruto. Aumentar o investimento configura, pois, uma alavanca para desenvolver a produtividade nacional, hoje situada próximo de 2/3 da média dos restantes estados-membros da União Europeia. Caso não consigamos aumentar o nível de investimento, será virtualmente impossível alcançar uma verdadeira convergência entre Portugal e os nossos parceiros europeus.

Duas características partilhadas pelos países detentores de elevadas taxas de crescimento são o volume e a qualidade do investimento. Níveis de crescimento consistentes e significativos estão, por regra, associados a um nível elevado de investimento, sobretudo em sectores de bens transacionáveis, ou seja, em sectores económicos onde os bens e serviços são exportáveis. Investimentos continuados nos sectores de bens transacionáveis ocorreram em países tão diversos como Singapura, Coreia do Sul, Finlândia e a Suíça.

Nos últimos anos, no leste da Europa, o mesmo fenómeno proporcionou elevadas taxas de crescimento e aumentos de bem-estar das populações. São países que apostaram numa política económica baseada num investimento de elevada componente tecnológica, produzindo bens e serviços inovadores. Souberam reunir as condições necessárias para atrair esse tipo de investimento porque os decisores políticos não se preocuparam excessivamente com a proteção, no curto prazo, dos interesses económicos instalados. Criarem condições de excelência que facilitaram a atividade das empresas inovadoras, e, assim, conseguiram atraí-las.

A médio e longo prazo, a promoção de um investimento de qualidade acabará por beneficiar, económica e socialmente, todos os membros da comunidade. O investimento é a variável fundamental da economia, pois permite a modernização do sistema produtivo, e, consequentemente, o aumento da produtividade, a criação de novos postos de trabalho e o aumento dos salários. Atualmente, 55% dos portugueses dispõem de um salário líquido inferior a 1.000 euros por mês. Trata-se de uma realidade que é fruto de políticas económicas erradas, que privilegiam o aumento da despesa pública em vez de promoverem a produção nacional.

Temos a opção de criar condições de excelência para atrair investimento. Analisando o investimento em Portugal, de 2011 a 2018, verifica-se que apenas 40% foi composto por bens de capital, destinando-se as restantes componentes à construção ou a material de transporte. A percentagem de bens de capital é claramente insuficiente, pois é esta componente que pode contribuir para a modernização e o aumento de capacidade do aparelho produtivo português, e, portanto, para o crescimento do PIB e das exportações.

Este insuficiente investimento em bens de equipamento e de capital, tem como um dos aspetos mais negativos o declínio da produção industrial. Com efeito, se existisse uma política de apoio e incentivo à indústria, que constitui um sector estratégico e estruturante da economia, o investimento em bens de capital teria necessariamente de ser superior. Contudo, devido à ausência de uma política coerente de apoio à indústria, Portugal regista não apenas crescimento residual da sua produção industrial, como, dentro da União Europeia, perdeu importância neste setor.

O investimento é a variável mais importante de uma economia e, ao contrário das restantes variáveis macroeconómicas, é a única que determina a qualidade do aparelho produtivo e a capacidade futura do crescimento. Investimento insuficiente continuado, ou com fraca rentabilidade, invariavelmente condena o país ao fraco crescimento e a um sistema produtivo an-

tiquado. Não sendo o investimento uma prioridade do Governo socialista, foi virtualmente ignorado durante os últimos quatro anos. Pelo contrário, foram introduzidas algumas medidas, nomeadamente o aumento do IRC e numa maior rigidez da legislação laboral, que afastaram o investimento, assim impedindo a criação de postos de trabalho deslocados para outros países.
Devido ao ambiente desfavorável criado pelo executivo de António Costa, o investimento líquido do sector privado em Portugal, que representa o investimento bruto menos as amortizações e a manutenção, manteve-se genericamente negativo entre 2014 até 2019. Na prática, ao longo deste período, o investimento apenas se destinou a manter os equipamentos existentes, sem qualquer aumento da capacidade produtiva. Trata-se de uma situação extremamente grave que, a prolongar-se, comprometerá a modernização e o crescimento da economia portuguesa. A bom rigor, nos 28 estados-membros da União Europeia, apenas a Grécia e a Eslovénia apresentam índices tão negativos.

Entre as medidas necessárias para a atração de um investimento de qualidade vale a pena salientar as seguintes:
a) redução de burocracia no processo de licenciamento de atividades económicas, nomeadamente no licenciamento industrial;
b) no domínio fiscal, urge reduzir o IRC para 12,5%; redução da matéria coletável em IRC até 50% dos lucros reinvestidos na empresa e redução igual do investimento realizado no aumento da capacidade produtiva da empresa;
c) reduzir as rendas excessivas no sector da eletricidade, para que Portugal deixe de ter o terceiro preço mais alto na Europa.

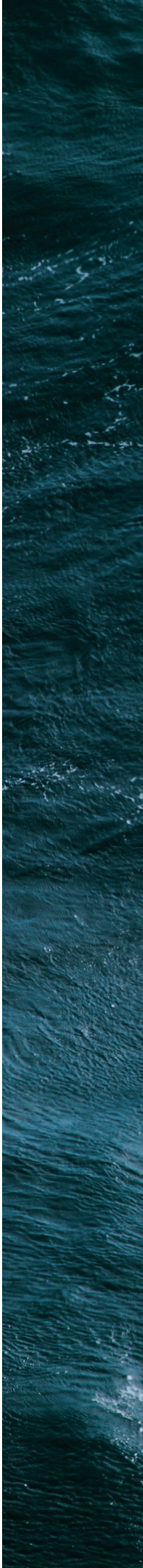
Ainda no âmbito da promoção do investimento, é fundamental reduzir o tempo de resposta do Estado a todo e qualquer processo de licenciamento que envolva investimento e introduzir um prazo de resposta obrigatória para todos os atos administrativos do Estado (Administração Central e Local) relativos a investimento. Terminado o prazo, em caso de resposta omissa, dar-se-á, regra geral, o deferimento tácito. Esta medida visa, também, reforçar a confiança do Estado na relação com cada cidadãos.
Tornou-se necessário proceder à majoração da dedutibilidade em sede de IRC do investimento empresarial com simplificação das regras atuais nos créditos ao investimento existentes em sede de IRC, para que os créditos ao investimento sejam de atribuição automática sempre que as condições de elegibilidade estejam reunidas. Concomitantemente, pretende-se o reforço de incentivos de apoio ao sector primário e secundário (bens transacionáveis).
Em várias fileiras do sector primário (agricultura e pescas) ~50% dos bens consumidos são importados. Entre os incentivos disponíveis resulta a alocação de maior volume de verbas nos fundos estruturais e a introdução de prazos de deferimento tácito extensivos a todos e qualquer processo de licenciamento industrial, no sector primário assim como em todos os sectores considerados de relevante interesse nacional e para o equilíbrio das contas externas.
Por último, visamos reduzir o incentivo à elevada rotação de aquisição de bens com elevado conteúdo importado, aumentando o período de amortização contabilístico de veículos empresariais para um período mínimo de sete anos, a vida útil de veículos de desgaste intensivo usados nas redes TVDE.
Será também adequado alinhar o mesmo incentivo para os contratos de renting, eliminando a vantagem fiscal ao nível da dedutibilidade de despesas do renting face ao leasing.

Um futuro governo PSD também se compromete com a harmonização dos requisitos regulatórios face aos requisitos dos outros países membros da União Europeia (e dos nossos principais parceiros de negócios) e com a inclusão de mecanismos de troca de dívida por capitais próprios ou quase capital.

O PSD pretende robustecer a aposta no financiamento multilateral e estimular o investimento estrangeiro em Portugal como forma de coinvestimento, alavancado no financiamento nacional e no reforço dos capitais próprios.

Por último, o PSD passará legislação obrigando o Estado a liquidar os seus pagamentos às empresas nos termos contratualmente estabelecidos, evitando que dívidas em atraso ponham em risco milhares de postos de trabalho.

Um mar em português



O mar nacional é incontornável para a criação de riqueza, para a preservação da soberania e para a afirmação de Portugal no Mundo. Milhões de pessoas dependem do mar para suprir as suas necessidades de bens alimentares, energia, minerais, transporte e entretenimento. Deve também notar-se que as atividades tradicionais têm uma dimensão social que não pode ser descurada nem menorizada porque fazem parte do nosso imaginário coletivo.

A importância de Portugal no futuro depende em grande parte da forma como formos capazes de potenciar os espaços marítimos que se encontram sob soberania ou jurisdição nacionais, como o Mar Territorial e a Zona Económica Exclusiva e a futura Plataforma Continental Alargada.

Portugal, porém, continua de costas viradas para o mar, facto evidenciado no estado de degradação de muitas zonas da orla costeira ou das águas interiores, na falta de competitividade, no permanente ambiente de litigância laboral dos nossos portos, no desinteresse quanto ao desenvolvimento de uma indústria naval, no desinvestimento crónico no transporte marítimo pendular, e até no desconhecimento do mar pela generalidade dos nossos concidadãos.

A aposta no mar não pode ser ambígua, nem lhe pode faltar visão nem ambição. A soberania no mar nacional afirma-se pela implementação de um sistema integrado de fiscalização, vigilância e combate à evasão. A presença do Estado no mar desenvolve-se de diversas formas e inclui, a ação da Marinha, a Força Aérea e a Guarda Nacional Republicana em missões de patrulhamento marítimo, as intervenções em missões SAR, a vigilância da costa ou o licenciamento de embarcações.

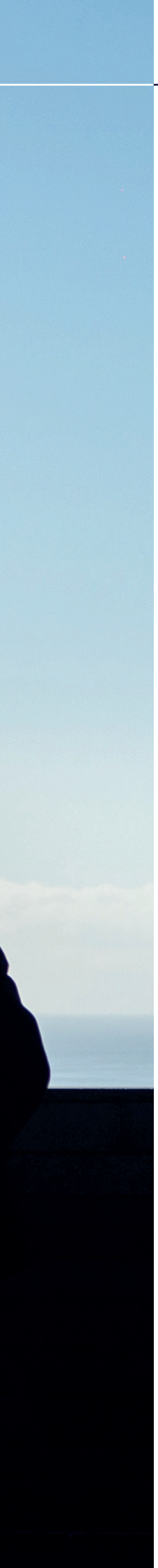
Em Portugal, a geração de riqueza a partir do mar tem sido assente no turismo costeiro e na captura, processamento e comercialização de pescado. Nos últimos anos, pudemos testemunhar o reforço da hegemonia do turismo costeiro, sem que os restantes sectores do mar fossem capazes de acompanhar o seu ritmo de crescimento. O que não surpreende, se constarmos que o turismo tem crescido de forma sustentada há quase duas décadas.

Porém, para que Portugal mantenha o nível de crescimento sustentado que tem conseguido nas últimas quase duas décadas, é necessário que continue a saber maximizar as oportunidades criadas e, simultaneamente, garantir a qualidade da sua infraestrutura, incluindo os hotéis, portos e portos de abrigo, as marinas, a frota de barcos em regime “marítimo turístico” e consolide a sua imagem como destino turístico. Isso passa por garantir a centralidade do continente e das Regiões Autónomas no âmbito das rotas de cruzeiro globais e de formular uma política económica integrada numa lógica de “cluster”.

Compete ao Estado colmatar falhas de mercado em áreas emergentes, promovendo, de formas muito distintas, a criação de conhecimento que possa chegar às empresas e aos cidadãos. Nesse sentido, o PSD deve, desde logo, adotar o oceano como fator diferenciador e afirmar a centralidade Atlântica de Portugal como “o País Marítimo da Europa”, em particular nas ligações bilaterais com os Países Africanos e nas relações transatlânticas com os EUA, alicerçando-as política, cultural e economicamente com o crescente reforço da importância das atividades oceânicas.







O PSD defende o estabelecimento de uma Agência do Mar que centralize os resultados da investigação, prospeção e incubação azul. Em concertação com as universidades e as Regiões Autónomas, aprofundará o mapeamento dos fundos marítimos e a prospeção- extração de componentes para as indústrias farmacêutica, cosmética e alimentar, desenvolvendo, em paralelo, a indústria da robótica subaquática.
Aperfeiçoará os mecanismos de classificação, recolha de informação e processamento estatístico, de forma a aproximar a informação da Conta Satélite da realidade económica, garantindo dados estatísticos com maior nível de integração, atualidade, rigor e nível de desagregação, que possam, constituir uma mais-valia no processo de tomada de decisão política.
Defendemos, no âmbito da Nova Estratégia Nacional, um Plano capaz de mobilizar a captação de investimento para atividades económicas no mar, calibrando incentivos e divulgando junto de um conjunto alargado de investidores estrangeiros as condições intrínsecas e as vantagens competitivas de Portugal.
Outra prioridade: criar condições para que empresas tecnológicas internacionais, em particular em áreas de elevada maturidade tecnológica, estabeleçam operações de dimensão em Portugal, beneficiando de uma qualificação dos quadros e técnicos portugueses acima da média e estimulando, por contaminação positiva, o desenvolvimento de boas práticas, a transferência de tecnologia e o ressurgimento de um espírito empreendedor.

Defendemos um Plano Nacional de Aquacultura Offshore que permita ao Estado balizar metas com o intuito de desenvolver a aquicultura de forma integrada em três fases:
1) estudos técnicos e de mercado;
2) lançamento de projeto-piloto;
3) criação de um centro de apoio técnico à iniciativa privada, formação e investigação.

A oportunidade das cidades inteligentes

Com a consolidação da globalização, e o desenvolvimento vertiginoso das malhas urbanas, a transformação das cidades em “smart cities” configura uma oportunidade única para melhorar a vida dos cidadãos, promover o crescimento económico e delinear estratégias para os desafios climáticos.

Dir-se-á que o século XXI iniciou os Millennium Development Goals (MDGs) das Nações Unidas, pensados com o objetivo de dar resposta às questões sociais. Em 2015, foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), assentes nas virtualidades da tecnologia, da informação e da internet. Com efeito, a cada minuto, em todo o mundo, através da internet, são enviados cerca de 168 milhões de emails, 6,600 fotografias carregadas na plataforma Flickr e 100.000 tweets publicados.

Evidentemente, a internet mudou os nossos hábitos, a forma como comunicamos, como interagimos e como vemos o mundo. Mudou, de forma inextricável, a forma como os cidadãos organizam as suas vidas. A revolução da Internet está, efetivamente, a impactar os quatro cantos do planeta e todas as dimensões do nosso quotidiano. Nos anos que se aproximam, a internet terá um efeito radical na organização das cidades e na relação com os cidadãos.



Atendendo a esta realidade, propomos uma estratégia para que as nossas cidades operem como redes - por forma a otimizar a sua estrutura e escala, que a informação seja transformada em conhecimento, e que seja desenvolvido um modelo de negócio destinado a garantir a sustentabilidade da cidade. Para tal, é indispensável que a revolução da informação, consumada através de Big Data e da Internet of Things (IoT), seja o motor do desenvolvimento das cidades inteligentes.

A internet e as novas tecnologias constituem uma oportunidade única para transformar as cidades e, assim, repensar todas as suas dimensões: logística, energia, educação, saúde, infraestruturas, governança, espaços públicos, habitação, segurança e mobilidade, entre outros. Em Portugal, devemos criar os mecanismos necessários para operacionalizar esta visão. Atendendo a este desafio, o PSD irá propor medidas de desenvolvimento urbano sustentáveis, que possam responder às necessidades dos cidadãos, quer em termos de inclusão e emprego, mas, também, aos desafios ambientais e energéticos da atualidade: mais eficiência energética, menos poluição, mais e melhor mobilidade, menor emissão de partículas de CO2.

Para atingir estes objetivos, O PSD defende uma abordagem top-down, da administração central à administração local, no apoio às iniciativas Smart Cities.

Desde logo, defendemos uma Administração Central + Próxima. A regra “uma só vez” atribui aos cidadãos e agentes económicos o direito de serem dispensados de apresentar a informação solicitada pela administração pública caso essa informação se encontre na posse do Estado. Dado que os serviços raramente comunicam entre si, o PSD incentivará uma verdadeira transformação digital da administração pública, tornando-a mais eficiente, mais próxima dos cidadãos e das empresas, mas, também, mais próxima da administração local.

Ao invés da atual administração organizacional, por silos, deveras onerosa para o Estado como para os cidadãos e empresas, a administração pública tem de caminhar no sentido de definir uma cultura organizacional transversal.

No âmbito da política de cidades inteligentes, o PSD compromete-se com a Mobilidade Inteligente. Durante mais de meio século, o automóvel tem sido o nosso meio de transporte preferencial. Se a explosão de automóveis ampliou a mobilidade das pessoas, também aumentou os congestionamentos e a contaminação ambiental nas cidades.





Com o intuito de promover uma nova cultura de transporte, o PSD defende novas formas de mobilidade através do incentivo ao uso de veículos elétricos. Defendemos o aumento do número de lugares de estacionamento reservados a veículos elétricos, a promoção da economia da partilha de veículos, permitindo aos cidadãos o acesso a viaturas on-demand, assim reduzindo os custos de utilização e as emissões poluentes. Por último, incentivaremos parcerias entre as companhias de transporte público e de partilha de viaturas ou com empresas de aluguer.

O PSD reconhece que a economia digital e sustentável aumenta a competitividade da cidade.

Existe, como se sabe, uma tendência no sentido da criação de cidades de dimensões média e grande, com estas áreas urbanas a competirem para receberem investimentos e trabalhadores qualificados. O PSD irá, pois, incentivar as parcerias entre as empresas geograficamente mais próximas, fomentando assim a partilha de recursos, seja de infraestruturas ou equipamentos, bem como a complementaridade entre indústrias.
Por último, o PSD irá promover novas formas de governança ao nível das Comunidades Intermunicipais, com o objetivo de transformar os territórios mais sustentáveis e autossuficientes, diminuindo o desperdício de recursos e reduzindo a pegada ecológica.

Um Pacto para o Ambiente

Portugal requer um Pacto para o Ambiente. Trata-se de um entendimento estratégico de longo prazo, expressivo dos desafios, bem como das oportunidades, colocados a um país aberto à economia e aos serviços, de vocação atlântica, europeia e lusófona, que compatibiliza os investimentos necessários com a perspetiva de um desenvolvimento orientado para uma economia descarbonizada, para o compromisso do crescimento verde e para a utilização sustentável dos recursos naturais e territoriais.

O PSD propõe um Pacto suprapartidário porque a sustentabilidade é, no século XXI, o maior desígnio nacional intergeracional.

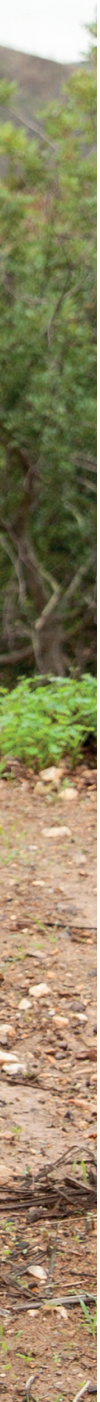
O Pacto para o Ambiente deve, por isso, comprometer todos os agentes económicos e sociais numa matéria cujo alcance deve fomentar o consenso mínimo de que a sociedade portuguesa carece.
O Pacto para o Ambiente assenta num compromisso público da sociedade portuguesa, através dos seus representantes, nomeadamente: os partidos políticos, os jovens, as organizações representativas do setor empresarial, as instituições do setor financeiro, as universidades, a administração pública, as fundações e organizações não-governamentais, os sindicatos, os criadores culturais, os desportistas, jornalistas e cidadãos que queiram ser portadores deste desígnio. Estas entidades assumirão o Pacto para o Ambiente como motor central da sua atuação.

O PACTO PARA O AMBIENTE ENGLOBA A ADOÇÃO - URGENTE - DAS SEGUINTES LINHAS POLÍTICAS:

a) Recentrar as prioridades de todos os subscritores com vista à promoção de uma economia descarbonizada, de crescimento verde e de utilização sustentável dos recursos naturais e territoriais;
b) entender o ambiente como a política gémea do ordenamento do território, da coesão territorial e do mar;
c) enfrentar convictamente a ameaça da mudança climática e da degradação ambiental do planeta, reconhecendo a sua natureza global, mas assumindo um papel liderante através do exemplo nacional, quer através das ações de mitigação, quer através das de adaptação;
d) adotar os princípios do utilizador-pagador, da responsabilização dos agentes, da redução na fonte, da precaução, da subsidiariedade, da ponderação e da coresponsabilização;
e) orientar as metas ambientais de modo a que constituam uma vantagem competitiva de Portugal e as alavancas positivas das restantes políticas públicas;
f) afirmar a aposta estratégica na economia verde como motor de desenvolvimento e setor exportador de grande futuro, com expressão transversal na governação, nas empresas, nas universidades, nos vários níveis de ensino e como pilar na fixação e atração de mão-de-obra, de talentos e de recursos qualificados, abandonando as aproximações dicotómicas do passado entre ambiente e desenvolvimento;
g) reconhecer a qualidade das reservas estratégicas do país como fator inalienável de competitividade futura







e promovendo a sua gestão sustentável, nomeadamente os recursos hídricos, o solo, o ar e a biodiversidade;

h) desenvolver uma política transparente para o setor da água, assente na clarificação de responsabilidades entre sectores e caminhando em direção ao princípio do utilizador-pagador;

i) prosseguir políticas pró-ativas no setor dos resíduos, com vista a ultrapassar os passivos ainda existentes e a gerar eficiências compatíveis com as metas ambientais;

j) apostar nas energias renováveis, que podem ser promovidas em simultâneo com o combate às rendas excessivas com expressão junto do consumidor final;

k) implementar uma política sustentável de cumprimento das metas de emissão de gases com efeito de estufa e de incremento dos sumidouros, associados à política de salvaguarda da biodiversidade, terrestre e marinha;

l) assumir uma política sustentável para o mar como prioritária para Portugal;

m) investir na mobilidade elétrica, na política de cidades, mas também como "cluster" de futuro;

n) promover uma política de transportes que compatibilize o equilíbrio financeiro dos sistemas com a promoção de redes de transportes públicos abrangentes, eficientes e de qualidade;

o) promover políticas que assegurem o direito à habitação de acordo com as ambições individuais dos cidadãos, segundo perspetivas de qualidade e eficiência, em articulação com o cumprimento das metas de sustentabilidade do Pacto;

p) ponderar económica e ambientalmente os grandes investimentos públicos em infraestruturas, segundo perspetivas incrementais de longo prazo;

q) apostar no turismo associado e promotor da qualidade ambiental e territorial;

r) afirmar uma nova aposta na agricultura e na floresta sustentáveis, compatibilizando os objetivos de soberania nacional e de resposta em situações de emergência com as perspetivas económicas e ambiental;

s) valorizar a rede fundamental de conservação da natureza e biodiversidade;

t) desenvolver uma política de mobilização social, com particular ênfase na educação para a responsabilidade ambiental, para a mudança climática e para o consumo sustentável;

u) assumir uma atuação liderante ao nível europeu, com vista à implementação de novas medidas estruturais em domínios como, entre outros, os resíduos, a energia, as alterações climáticas ou uma rede ecológica europeia unificada associada à devida remuneração dos ecossistemas;

v) assumir uma atuação ponderada a nível mundial, guiada pela autoridade do exemplo dado, compatibilizando as metas globais com o reconhecimento das legítimas espectativas de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, numa perspetiva de responsabilidades comuns mas diferenciadas.

Defender a coesão territorial

Pautado pelo seu ADN descentralizador, o PSD sempre assumiu como prioridade a coesão territorial, apoiada no trabalho do poder local.

A dinâmica dos tempos mais recentes concentrou o desenvolvimento económico nacional no litoral, deixando as regiões do interior e ilhas em situação desfavorecida, que dificilmente será invertida na ausência de políticas públicas adequadas. Portugal precisa, de facto, de uma política esclarecida para a coesão territorial, incluindo a aplicação eficiente dos fundos disponíveis.

Dois pilares estratégicos de desenvolvimento regional devem orientar a nossa política de coesão territorial. Primeiro, o triângulo virtuoso englobando o empreendedorismo, o conhecimento e inovação, e a valorização da região na economia contemporânea.

Asseguradas estas três dimensões, o interior encontra projetos de desenvolvimento consistentes e com futuro, criando, naturalmente, atividades competitivas e fixando emprego e população. A instalação de universidades ou politécnicos no interior assume um lugar central neste pilar, indo ao encontro da valorização económica regional e promovendo o empreendedorismo. Assim asseguraremos que novos quadros se possam fixar na região onde estudam, integrando o seu tecido económico e gerando emprego que fixa populações. O segundo pilar estratégico consiste na coordenação de projetos estratégicos de escala regional, ganhando dimensão crítica e consistência no tempo, permitindo que cada município encontre o seu lugar no projeto comum. A título exemplificativo, o projeto do Alqueva ilustra este pilar, por contraponto com o financiamento sectorial de fim estreito, que acaba frequentemente com a reprodução de um equipamento coletivo igual em cada um dos municípios da região, sem ganho significativo de competitividade.

Assente nestes dois pilares, a política de coesão territorial do PSD visa o fomento do interior através de uma discriminação positiva em domínios como o acesso ao crédito e a fiscalidade, a que se juntam as políticas de natalidade e da imigração, hoje centrais à sustentabilidade.

Para o PSD, a política de coesão ocupa um lugar fulcral no Pacto para o Ambiente. Com a mesma legitimidade que Portugal o deve exigir à União Europeia, é tempo de introduzir na agenda nacional a remuneração dos ecossistemas. É no interior, entre outros, que o sumidouro de gases com efeito de estufa está instalado, que a conservação da natureza e da biodiversidade tem lugar. Além de ineficiente, o modelo vigente soma um conjunto de equívocos. Com efeito, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, os serviços desconcentrados dos demais setores, as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas não apresentam correspondência com as realidades territoriais efetivas; espelham excessivamente a lógica da

delimitação das nomenclaturas de unidades territoriais, constituídas com uma finalidade estatística e olhadas como a porta de acesso a fundos europeus; têm competências pulverizadas; funcionam descoordenadamente e carecem de legitimação política. Não servem, pois, o propósito maior de coordenação de uma visão de desenvolvimento harmonioso e integrado para as regiões, com uma efetiva correspondência à realidade.

Vinte anos após o referendo sobre a regionalização, urge debater um novo modelo de ordenamento e gestão do território que promova o desenvolvimento regional, assumindo a diferença entre as lógicas das duas áreas metropolitanas nacionais e as demais regiões com dimensão crítica, procurando um consenso alargado que permita propor aos portugueses a abertura de um novo ciclo geracional para a governação territorial.

O PSD é o partido mais qualificado para encarar, com competência e criatividade, os desafios reformistas da coesão territorial e da descentralização, numa perspetiva de sustentabilidade.

Um novo impasse social

Acrescenta-se ao impasse económico, o impasse social. Com efeito, a sociedade civil tem sido alvo de colonização por parte do Partido Socialista. Raro é o instituto público que hoje não se encontra subjugado à vontade dos boys e girls socialistas. Porque a asfixia é cada vez mais pronunciada, generalizaram-se os mecanismos da autocensura. O medo de desagradar ao governo, de sofrer represálias, contamina todos os setores da nossa sociedade.

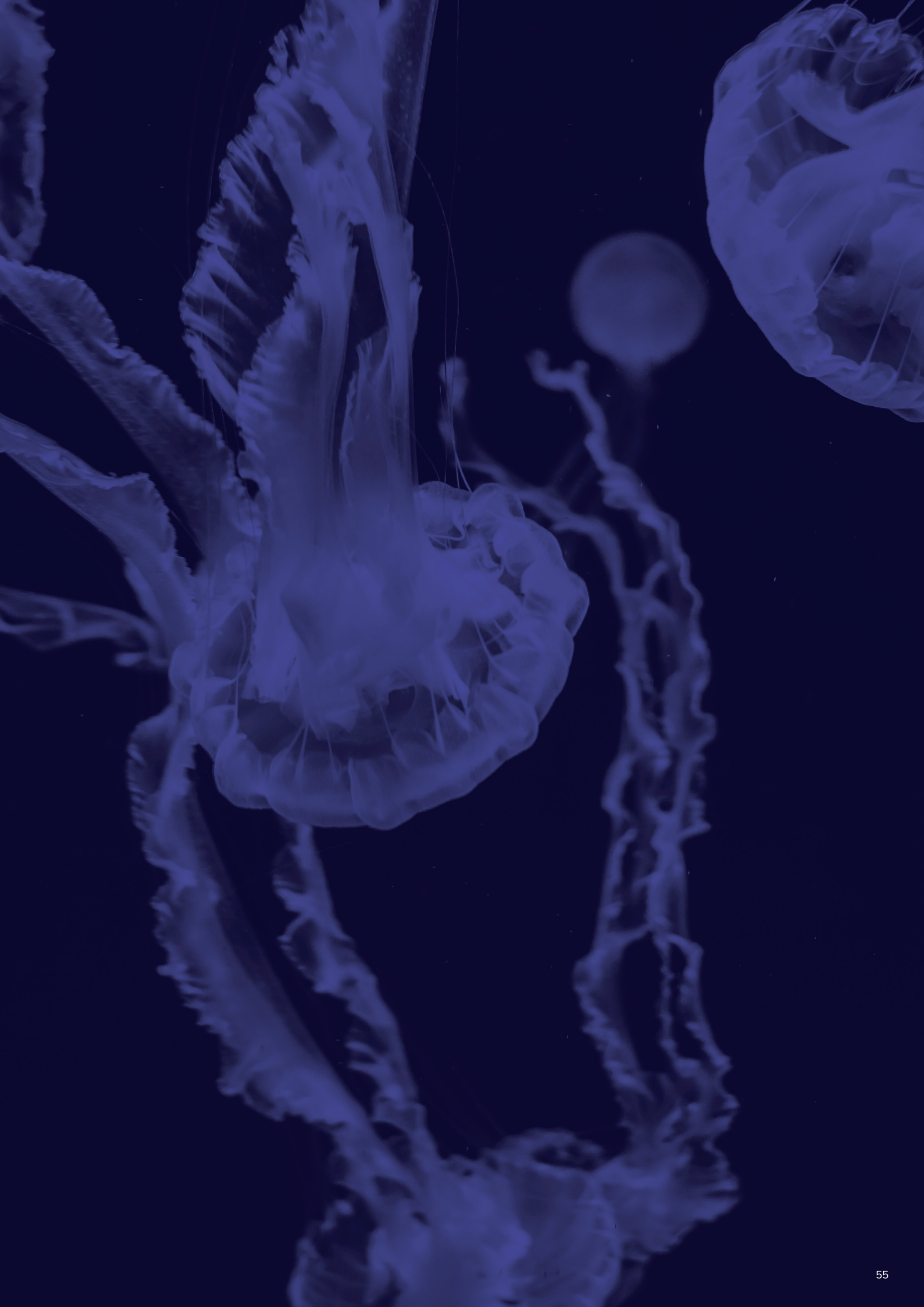
Todavia, a face mais visível do impasse social expressa-se na deterioração dos serviços públicos. Apesar dos sacrifícios quotidianos dos seus trabalhadores, o SNS vive num caos, incapaz de continuar a prestar serviços de qualidade aos utentes.

Critérios de facilitismo e o trabalho para a estatística contaminam a educação. Quanto à preparação dos nossos filhos e netos para a economia futura, os indicadores internacionais apontam para uma deterioração dos padrões de qualidade.

Nem no capítulo da segurança dos portugueses este Estado socialista revela competência. Dezenas de cidadãos foram vitimizados por fogos florestais, e o governo, continua insensível ao problema. São incontornáveis os sinais de descrença generalizada quanto à possibilidade de assegurar a mobilidade social através da educação, do mérito e do trabalho. Muitos portugueses simplesmente deixaram de acreditar no melhoramento das suas condições de vida.

Espelho de uma profunda desilusão, gerou-se uma cultura informada pelo imediatismo e pela convicção que o amanhã não importa. Na realidade, foram quebrados os laços de solidariedade e de confiança que unem os portugueses.

Urge, agir para criar uma sociedade mais equitativa, pautada pelo mérito e a igualdade de oportunidades.



Um Novo Contrato Social

Para salvaguardar o Estado Social, património de todos os portugueses, necessitamos de delinear um Novo Contrato Social entre o Estado e os cidadãos, que financiam o Estado Social através dos impostos.

Os portugueses suportam hoje a mais elevada carga fiscal de que há memória, mas os serviços públicos entraram em colapso. Com efeito, o Estado está ausente onde deveria estar presente, ao lado dos mais desfavorecidos. O caminho reformista traçado pelo PSD implica a reconfiguração do entendimento que temos sobre a dimensão, a sustentabilidade e a equidade do nosso Estado Social.

Portugal, em democracia, fez avanços notáveis. Melhorámos em todos os índices – sanidade, escolaridade, condição financeira, esperança de vida. A título exemplificativo, em 1974, apenas 9% da população possuía estudos secundários e apenas 27% dos portugueses concluíam o novo ano de escolaridade. Apenas 1% subscrevia seguros de saúde.

Hoje, 87% dos portugueses têm nove anos de escolaridade, 75% completaram o curso secundário. E, não menos relevante, 40% têm seguro de saúde.

O quadro social é, pois, consideravelmente diferente. Daí a urgência de adaptar o Estado Social ao século XXI, transformando-o em parceiro privilegiado da economia privada e permitindo que os portugueses façam escolhas para os seus filhos e netos em domínios tão decisivos como a saúde, a educação e as pensões de reforma.

Não podemos tolerar que o Estado, movido por preconceitos ideológicos, encerre escolas geridas por privados e feche hospitais à gestão privada. Mesmo quando uns e outros têm níveis de eficiência muito superiores à média nacional.

Temos, também, o dever patriótico de integrar as comunidades imigrantes na sociedade portuguesa. Os imigrantes chegam a Portugal em busca de uma vida melhor, na legítima esperança de aqui encontrarem a paz e a prosperidade tantas vezes ausentes nos seus países de origem. É nossa obrigação contribuir para que o elevador social também funcione para estes imigrantes, muitos deles com filhos que aqui estudam, comprovando o sucesso de integração e das nossas melhores tradições nesta matéria.

Através do Novo Contrato Social, o PSD bater-se-á por um Estado que garanta o acesso equitativo às oportunidades e que proteja os mais fragilizados.

O PSD é um defensor inequívoco do Estado Social. Não nos demitimos de salvar o Estado Social, assegurando o acesso universal à Saúde, à Educação e a uma rede de Segurança Social que escuda os mais desprotegidos da pobreza e da miséria.

Sabemos, porém, que Portugal se encontra numa encruzilhada. Podemos prosseguir no rumo traçado pelo PS e pela extrema-esquerda que, prometendo o que não pode cumprir, obriga a gastar o que não se tem. Alternativamente, podemos – e devemos – caminhar no sentido de um rumo reformista que garanta aos cidadãos serviços públicos de qualidade na educação, saúde e segurança social.

Na educação, a liberdade de escolha existe apenas para famílias que dispõem de recursos para pagar um colégio privado aos seus filhos. As famílias de menores recursos ficam reféns da escola pública que o Estado lhes oferece, tenha esta qualidade ou não. A prioridade do PSD reside, pois, na reforma da escola pública, mudando critérios de financiamento que estimulem a qualidade do ensino, dotando-a de mais autonomia de gestão, garantindo-lhe mais flexibilidade na construção curricular e no desenho do seu projeto educativo.

Não é aceitável que continuem a ser a geografia e o rendimento dos pais os critérios quase exclusivos a determinar onde as nossas crianças e jovens podem estudar. Porque a educação é o melhor veículo de mobilidade social que um país pode oferecer aos seus jovens, sejam eles filhos de pais ricos ou pobres, as famílias portuguesas devem poder escolher entre o ensino privado e uma escola pública de qualidade.

Quanto à saúde, o PSD afirma, de forma inequívoca, que o SNS faz parte do património dos portugueses, razão por que sempre foi acarinhado, e o seu âmbito alargado, pelos governos do PSD. Pretendemos um SNS reforçado, capaz de cumprir a sua missão de cuidar dos mais desfavorecidos. Por isso, o PSD privilegiará a qualidade da resposta a quem mais necessita de cuidados de saúde. A experiência recente demonstra que uma resposta de qualidade passa por entendermos a iniciativa privada e o terceiro sector como parceiros do SNS ao serviço de quem precisa.

No tocante à segurança social, o modelo que atualmente vigora em Portugal de repartição pública na atribuição de pensões confronta-se com desafios de sustentabilidade, incluindo o declínio demográfico e a prolongada estagnação económica.

Até à data, as respostas políticas encontradas para estes desafios incidiram sobre o aumento da idade da reforma e a redução do valor das pensões a pagamento. Para conservarem a viabilidade do sistema, as gerações vindouras irão usufruir de pensões substancialmente inferiores em relação às que são pagas atualmente.

Apesar de libertar o Estado da obrigação de pagamento das pensões mais elevadas, o plafonamento colocaria uma enorme pressão sobre o financiamento das pensões a pagamento. Para o PSD, a prioridade será desonerar as famílias da nossa carga fiscal asfixiante, permitindo aos portugueses aumentarem a sua capacidade de poupança, de forma a poderem planear a sua reforma e diminuírem a sua dependência relativamente às prestações do Estado.

Estes são os pilares e princípios que balizam o Novo Contrato Social que urge celebrar entre o Estado e os cidadãos, fomentando a solidariedade entre portugueses de todas as gerações.


UNSPLASH
EXPEDITION



Um ensino de excelência

A educação continua a ser o instrumento privilegiado para assegurar a ascensão social das camadas mais desfavorecidas da nossa sociedade. É a chave para voltar a impulsionar o elevador social. Necessitamos, por isso, de um ensino que prepare os jovens portugueses para uma vivência globalizada, exigente e competitiva. Em resultado da vertiginosa inovação tecnológica dos nossos tempos, a nossa escola necessita de ser reformada para conservar a sua relevância num mundo em profunda mudança.

À luz desta realidade, os objetivos do PSD para o Ensino Básico e Secundário passam pela redução da desigualdade no acesso à educação de qualidade, de forma a eliminar o fosso entre o sector público e privado. Pretendemos aumentar a possibilidade de escolha aos encarregados de educação, assim permitindo que os métodos de ensino sejam ajustados à realidade de cada jovem.

Queremos conceder, gradualmente, autonomia às escolas públicas para definirem os seus métodos de ensino e para recrutarem os seus professores, mantendo o Estado um papel de garante de qualidade e financiador. Iremos assegurar uma maior estabilidade aos professores, por forma a que possam planear as suas vidas e garantir uma maior qualidade e sustentabilidade do ensino.

O PSD pretende estimular a transição gradual das escolas públicas para fundações públicas ou privadas de utilidade pública (modelo de escola independente em vigor na Suécia e na Holanda).

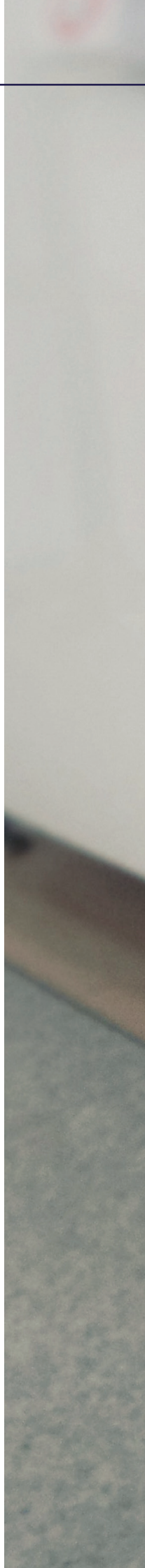
Trata-se de um passo incremental relativamente aos atuais “contratos de autonomia” que contemplam a passagem de responsabilidade e poder de decisão para as escolas mediante um contrato com o Estado, a escola e, eventualmente, entidades locais. No entanto, o impacto destes contratos é deveras limitado (o Tribunal de Contas afirma que menos de 40% dos objetivos são atingidos), mantendo as escolas sob a alçada direta do Estado e criando um peso adicional na gestão destes contratos. A possibilidade de formar instituições jurídicas com autonomia real segue modelos de sucesso implementados em países com uma elevada preocupação com a equidade social.

Assim, propomos criar um enquadramento para que as escolas (ou agrupamentos escolares) possam, de forma voluntária, optar por se transformarem em fundações com autonomia de gestão (mas sempre com utilidade pública). Eis um modelo similar ao que foi aprovado para as universidades portuguesas.

Tal enquadramento deverá permitir abrir novas escolas que escolhem o regime de fundações privadas sem fins lucrativos com utilidade pública. Aumenta-se, desta forma, a iniciativa privada sem mercantilizar a educação.

As escolas também terão autonomia para recrutar os seus colaboradores e docentes e poderão definir as suas metodologias de ensino, embora o Estado mantenha a tutela sobre os conteúdos e objetivos de aprendizagem, podendo auditar os estabelecimentos de ensino.

De acordo com este modelo, as escolas não poderão cobrar propinas. O acesso será gratuito. Não poderá haver exames de entrada, pois a inscrição será livre.
Cada escola garantirá pelo menos 60% de vagas para alunos da comunidade local, podendo as vagas não preenchidas por alunos locais ser atribuídas a alunos de outras comunidades.
Neste quadro, o Estado garantirá o financiamento da escola em função do número de alunos.
As escolas situadas em comunidades com rendimento médio mais baixo beneficiarão de financiamentos adicionais para serviços e equipamentos (quanto mais baixo o rendimento médio, mais alto será o financiamento extra). Assim se garante a equidade e se promove a qualidade das escolas em bairros desfavorecidos.
Para reforçarem as suas atividades, as escolas terão liberdade para captar apoios junto de empresas, filantropos e pais.
Também o ensino superior requer profunda reforma.
Assiste-se a uma verdadeira revolução no ensino superior, provocada pelos avanços das tecnologias digitais que permitem explorar novas formas de ensino à distância, com base em realidade virtual, adaptada por tecnologias de inteligência artificial e de forma móvel.
A globalização chegou ao ensino superior através de um número crescente de redes colaborativas e de intercâmbios internacionais. A capacidade de atrair alunos estrangeiros para estudar em Portugal passou a ser uma ferramenta de atração e retenção de talento para robustecer a competitividade internacional das nossas empresas.
Ter um posicionamento competitivo global no ensino superior é fundamental, representando este um sector económico muito significativo (embora em Portugal o seu peso no PIB tenha baixado nos últimos anos) e com múltiplos fatores de escala. Não obstante a capacidade das instituições de ensino superior ao nível das tecnologias de ensino digitais seja, ainda muito limitada (ou mesmo inexistente na maior parte dos casos), importa reforçar a adoção de tecnologias de ensino digital e, em simultâneo, estimular o desenvolvimento de um cluster tecnológico nesta área (EduTech).
Atendendo a esta realidade nova, urge acelerar a digitalização no ensino superior. Por isso, pretendemos reforçar a capacidade das instituições de ensino superior portuguesas no ensino digital, fortalecendo o seu posicionamento internacional.
Iremos estimular o desenvolvimento de um sector tecnológico na área de EduTech, agilizar o processo de (re)acreditação pela A3Es (entidade acreditadora do Estado para o ensino) de programas com uma forte componente digital.
Propõe-se a criação de uma via rápida na A3Es para a (re)acreditação e programas de ensino com uma forte componente digital e, não menos importante, a criação de uma plataforma com instituições, profissionais da educação e fornecedores para a partilha de casos de estudo, trocar experiências e organizar eventos.
Com esse intuito, o PSD defenderá um fundo para o financiamento de iniciativas no ensino digital (aquisição de novas tecnologias, desenvolvimento de conteúdos, formação de parcerias, etc.) para instituições de ensino superior que poderá, eventualmente, ser enquadrado no âmbito de fundos europeus.
Haverá lugar a incentivos adicionais se o investimento contemplar empresas e organizações portuguesas (para estimular a criação de um cluster de EduTech). A longo prazo, pretende-se reforçar a competitividade do tecido empresarial, pela atração de talento e acesso a educação de forma mais eficiente, com impacto ao nível da produtividade e da disseminação do conhecimento.



Saúde digna, saúde para todos

No âmbito da política de saúde, o bem mais precioso dos portugueses, o PSD pautará a sua ação por três objetivos fundamentais.
Primeiro, continuará a garantir a qualidade e a segurança dos cuidados de saúde disponibilizados aos cidadãos.
Segundo, promoverá e garantirá o acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil a toda a população, independentemente da sua condição socioeconómica e da sua localização geográfica.
Terceiro, garantirá a sustentabilidade financeira do sistema.
A continuação das políticas traçadas pelo Partido Socialista ao longo dos últimos anos ameaça estes três objetivos.
Nas últimas décadas, Portugal obteve significativos ganhos em saúde, mas alguns dados recentes indiciam sinais de preocupação (aumento da morte materna nos últimos três anos como referido pela DGS, casos de morte por falta de capacidade do SNS). É hoje evidente que cidadãos com menos recursos e/ou a viver em determinadas zonas de Portugal têm um acesso difícil ao sistema de saúde e a cuidados atempados e com qualidade e segurança.
Casos como o da Urgência Pediátrica do Garcia de Orta, ou a falta de médicos e de valências em múltiplos hospitais do interior, denunciam assimetrias inaceitáveis entre quem tem mais recursos, ou mais opções de financiamento como seguros, e quem vive nos centros urbanos ou em cidades do interior de menor dimensão.
Diariamente, chegam ao público notícias que mostram a suborçamentação crónica existente no SNS, a falta de investimento no parque de equipamentos e nas infraestruturas, a dificuldade em criar propostas de valor atrativas para os profissionais e custos crescentes com a prestação. Isto num contexto em que os portugueses estão entre os europeus que mais pagam pela saúde, de forma direta por pagamentos próprios ou através de seguros.
É necessário garantir o acesso equitativo e atempado a cuidados de qualidade de uma forma financeiramente sustentada.
Três princípios orientam a nossa proposta de saúde.
Primeiro, maximizar a informação e a transparência de gestão no sistema de forma a garantir indicadores objetivos que permitam analisar a qualidade, os resultados, os níveis de eficiência, os custos associados a patologias, a segmentos, a prestadores, etc. O sistema deve ser acompanhado e gerido com base em informação que todos conhecem e que permite tomar decisões informadas.
Segundo, fomentar mais liberdade de escolha dos cidadãos, beneficiando de mais transparência de informação e, assim, permitindo escolher o prestador em função da qualidade, do acesso e da eficiência.


87 %
Q
L
M
L



Terceiro, promover uma participação mais alargada de prestadores e financiadores de natureza social e privada no sistema de saúde, assim garantindo maior complementaridade e uma concorrência regulada que garanta melhores resultados.

A concretização destes objetivos passa pelo lançamento e implementação gradual, de um conjunto alargado de iniciativas estruturantes em quatro eixos distintos que, sem serem exaustivos, veiculam uma perspetiva integrada do rumo pretendido.

Desde logo, urge clarificar e reforçar a estrutura global do sistema de saúde. Pretendemos assegurar a evolução do modelo para uma lógica em que se desenvolvam "novas" entidades responsáveis pela gestão das necessidades de saúde da população (um modelo semelhante ao holandês). Estas entidades - ARS, seguradoras privadas, subsistemas de saúde - são financiadas por impostos ou por contribuições dos cidadãos e tornam-se responsáveis por gerir a saúde, incluindo a contratação dos prestadores dos serviços de saúde.

Dado que as entidades são financiadas com base no perfil de risco das suas populações, passamos a ter um modelo que financia os cidadãos em vez de financiar a prestação; isto é, financiam-se as necessidades em vez de se financiar a oferta. Deste modo, podemos gerir a procura de forma mais próxima e mais ajustada.

Pretendemos reforçar as funções da Entidade Reguladora da Saúde e as suas capacidades de intervenção por forma a garantir que as relações entre todos os intervenientes serão adequadamente enquadradas e que se cumprem critérios de qualidade, que se disponibilize informação rigorosa sobre qualidade dos serviços.

Segundo, visamos melhorar a qualidade e a eficiência da prestação pública. Se é verdade que a prestação não tem que ser totalmente pública, é igualmente verdade que a prestação pública continuará a ter um papel essencial no sistema. Por conseguinte, torna-se necessário reforçar os mecanismos promotores de maior eficiência na gestão, nomeadamente a comparação de indicadores de gestão entre as diferentes unidades do sistema.

Acrescenta-se o reforço do sistema de incentivos para os gestores, criação de equipas de apoio à melhoria operacional nas unidades, o reforço do investimento em inovação e na melhoria da infraestrutura e do parque tecnológico. Pretendemos garantir uma estrutura de prestação equilibrada e globalmente concebida por forma evitar sobreposições de valências em áreas urbanas e falhas noutras regiões, passando pela concentração de serviços, a eliminação de sobreposições e a multiplicação de outros serviços para garantir o acesso e a proximidade.

Terceiro, iremos promover uma acrescida participação de entidades de natureza social e privada na prestação e no financiamento da saúde. Com transparência e rigor, permitiremos que os prestadores de natureza social e privada possam participar plenamente no sistema, garantindo uma melhor utilização de recursos escassos e evitando duplicação de infraestruturas. No fundo, garantindo o acesso e os cuidados de saúde à população sem que isso seja obrigatoriamente feito através do sistema público.

Também relançaremos a gestão privada de hospitais públicos - de forma moderada e focada -, mas garantindo as boas práticas no sistema e as aprendizagens entre operadores. Por último, aceitamos o crescimento de seguradoras de saúde e subsistemas como forma de assegurar maior liberdade de escolha ao nível do financiamento.

Quarto, o PSD aposta na prevenção e na gestão das doenças crónicas. Por conseguinte, propomos um programa nacional de elevada visibilidade orientado à prevenção e à promoção de estilos de vida saudáveis. Com efeito, é necessário adotar uma perspetiva de médio e longo prazo que garanta a qualidade e os ganhos de saúde da população, ao mesmo tempo que se potencia a sustentabilidade do sistema de saúde através de um menor recurso a cuidados de saúde por via da prevenção.

Ninguém ficará desprotegido

Os principais desígnios do Estado Social deverão ser, por um lado, garantir uma efetiva igualdade de oportunidades e, por outro, gerar condições para aliviar a pobreza que fustiga os mais vulneráveis da nossa sociedade.

Dada a importância do Estado Social para a democracia liberal, a boa gestão das prestações sociais é um pressuposto basilar da política social. Um Estado Social mal gerido, burocrático, opaco e complexo traz dificuldades acrescidas aos utentes, pelo que representa um fator adicional de injustiça social. Do mesmo modo, oportunidades de fazer justiça social são perdidas quando os recursos são inadequadamente geridos.

O sistema previdencial do regime geral é gerido em sistema de repartição, o que significa que as prestações sociais em pagamento são, essencialmente, financiadas pelas contribuições e quotizações atuais dos trabalhadores e empregadores. Quando estas se revelam insuficientes, recorre-se à contribuição do Estado, recursos provenientes dos impostos que, por virtude dos sucessivos desequilíbrios orçamentais, implica maior endividamento público, uma sobrecarga tributária para as gerações futuras.

Este modelo de financiamento assenta num princípio de mutualização dos riscos intrageracionais (associados a contingências imediatas - desemprego, doença, parentalidade, etc.) e num princípio de coesão e solidariedade entre gerações, pressupondo que a geração no ativo suporte o pagamento das prestações sociais das gerações aposentadas ou reformadas respeitando critérios de equilíbrio e equidade geracionais na relação entre o esforço contributivo e a assunção das responsabilidades.

A sustentabilidade económica e financeira dos sistemas de proteção social depende, pois, da evolução incerta a longo prazo da população total e em idade ativa, da taxa de participação no mercado de trabalho, do nível de emprego, dos níveis e duração média dos períodos de desemprego e de doença, da produtividade do trabalho e do crescimento dos salários, da relação entre o número de contribuintes e beneficiários do sistema, da relação entre a duração média dos períodos contributivos e da esperança de vida que afeta o tempo de recebimento das prestações sociais.

A evolução demográfica observada em Portugal e projetada para as próximas décadas, marcada por baixos índices de fecundidade, pelo aumento continuado da longevidade, pela diminuição da população em idade ativa e pelo aumento do rácio de dependência total, aumentarão a pressão sobre o débil equilíbrio financeiro dos sistemas públicos de proteção social e indiretamente o desequilíbrio das finanças públicas.

Com efeito, os sistemas de proteção social serão sustentáveis se as suas fontes de receita atuais e futuras forem suficientes para fazer frente às despesas previstas no médio e longo prazos, assegurando, deste modo, capacidade material para cumprir de forma equitativa o contrato intergeracional previsto na própria Lei de Bases.

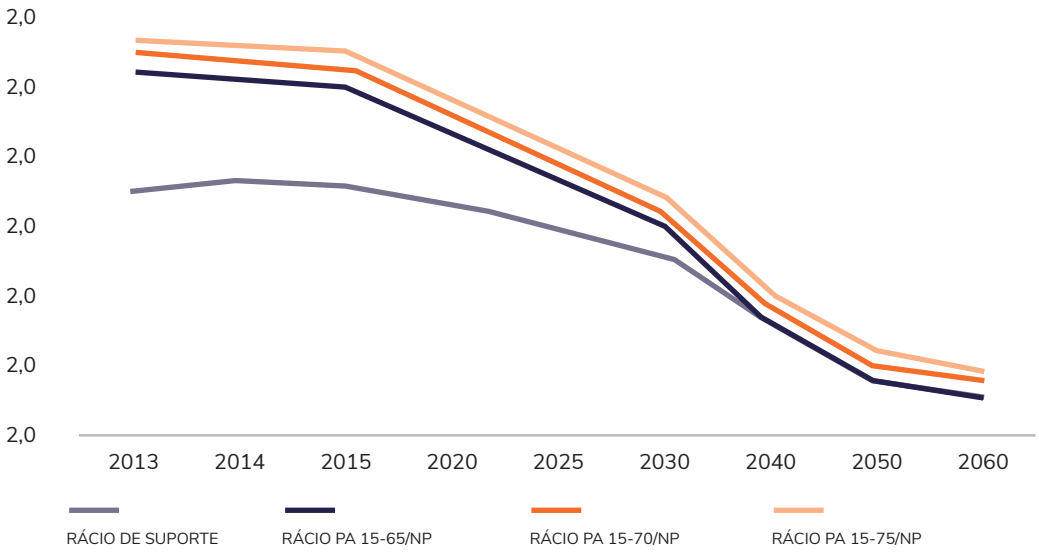
Um dos principais desafios que se coloca à reforma dos sistemas públicos de proteção social

em Portugal resulta da necessidade de reforçar o princípio da contributividade, baseando a atribuição de benefícios de forma mais estreita nas contribuições efetuadas pelos beneficiários ao longo da vida. Cabe por isso ao Estado, enquanto garante e gestor do sistema, preservar a estabilidade e a confiança no contrato intergeracional, decidir, em cada momento, de forma responsável e prospetiva, as decisões adequadas para assegurar que no curto, médio e longo prazo as legítimas expectativas dos trabalhadores em relação aos direitos formados não sejam frustradas.

A revisão efetuada em 2013 do fator de sustentabilidade ligado à esperança de vida - que reduz a taxa de substituição entre a primeira pensão e o último salário – tem contribuído para manter os equilíbrios aos atuais níveis, penalizando carreiras curtas e as reformas antecipadas e reduzindo drasticamente a longo prazo a relação entre salário recebido como ativo e a pensão recebida como pensionista, com quebra brutal do nível de vida no futuro.

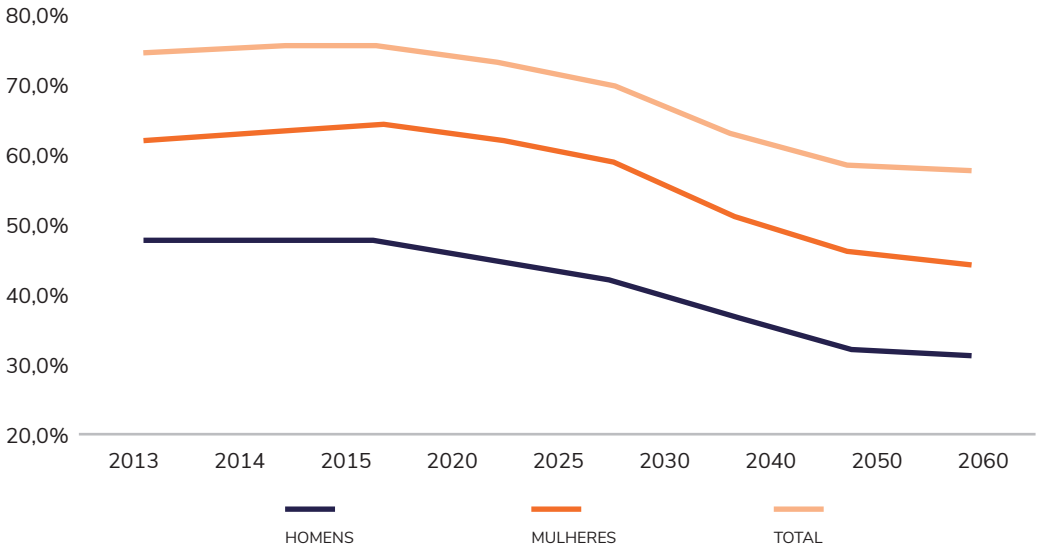
De acordo com o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2015) "Avaliação atuarial do Sistema previdencial da Segurança Social":

EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE SUPORTE DO SISTEMA PREVIDENCIAL - REPARTIÇÃO



Está prevista uma quebra da taxa de substituição global bruta, passando de 74,2% em 2014 para 57,14% em 2060:

TAXA DE SUBSTITUIÇÃO ENTRE A 1ª PENSÃO E O SALÁRIO MÉDIO PROJECTADO, RGSS



Por outro lado, as baixas taxas de rendibilidade do Sistema Financeiro de ativos de reduzido risco, próximas de zero, não são apelativas a modelos de capitalização.
Atendendo as estas realidades, urge tomar medidas para garantir a sustentabilidade do sistema. Desde logo, torna-se necessário diversificar as fontes de rendimento na velhice e restantes contingências sociais, o que se concretiza com uma estrutura dotada de vários pilares de proteção social, com efetiva partilha de responsabilidades entre o trabalhador, o Estado e as empresas. Teremos também de fazer uma aposta decisiva e de longo prazo em políticas demográficas de estímulo da natalidade e políticas de família.

O inverno demográfico configura hoje um dos principais desafios a nossa sociedade. O PSD sublinha que devemos assumir como prioridade nacional a criação de condições que favoreçam a família e contribuam para estimular a natalidade, recompensado as famílias por via do alívio dos encargos com os filhos.

Por exemplo, as creches representam hoje uma despesa expressiva nos orçamentos familiares. Esta é uma área onde o Estado não tem presença, e deveria ter. O PSD aposta no alargamento da rede pré-escolar, por iniciativa própria ou em parceria com a rede de IPSS já existente. Para obter uma redução consistente destes custos mensais, garantiremos uma comparticipação mais significativa às IPSS, assim reduzindo as prestações pagas por casais com dois ou mais filhos.
Cabe ao Estado apostar nas pessoas, o recurso social que um país tem como mais valioso. Deve, por isso, considerar-se a aposta na natalidade como um elemento da mais elementar justiça social e de equilíbrio demográfico.
No que concerne à aposta na natalidade, esta deve ser alvo de um programa ambicioso de estímulos fiscais. Hoje, em Portugal, a política fiscal não é amiga das famílias. Para corrigir esta anomalia, propomos que seja implementado um sistema de redução fiscal gradual, a partir do segundo filho e em função do número de filhos por agregado familiar. Os incentivos à natalidade serão assumidos sem prejuízo da sustentabilidade das nossas finanças públicas. Desta forma, o Estado, que não pode ser o único agente a promover a política de natalidade, dará um passo inequívoco para aliviar os custos das famílias que pretendem ter mais filhos.
O PSD apostará, também, no efetivo prolongamento da vida ativa como solução mais promissora para atenuar a pressão financeira do envelhecimento nos custos da proteção social e para valorizar o conhecimento e a experiência dos trabalhadores mais seniores.
Urge criar um mecanismo contratual que permita ao trabalhador fazer, automaticamente e de forma voluntária, um desconto adicional de 1% sobre o seu salário, canalizado para uma conta individual, podendo cessar a todo o momento, sendo este automatismo que irá permitir o reforço da poupança.
Ao mesmo tempo, encorajaremos o desenvolvimento dos planos complementares de reforma e avaliaremos a introdução de reformas essenciais que, mantendo a garantia do Estado no

domínio do sistema público de pensões, introduza uma componente obrigatória de poupança nas pensões de velhice com base na responsabilidade individual, em regime de contribuição definida, de forma a manter um equilíbrio intergeracional sustentado, independentemente de ser pública (atuais certificados de reforma), privada ou mutualista.

Este contributo tem subjacente a necessidade da apresentação, a médio prazo, de medidas de ajustamento do sistema com a preocupação de manter a sua sustentabilidade, de não sobrecarregar financeiramente as futuras gerações e de não pôr em causa o emprego dessas mesmas gerações.



Salário mínimo - um desafio de justiça

Considerando os valores extraordinariamente baixos que as pensões mínimas configuram em Portugal, não deixa de ser extraordinário verificar que o PS, em 2018, tenha aumentado as pensões através de uma estratégia de majoração percentual que acaba por beneficiar as pensões mais elevadas.

Assim, as pensões de velhice e invalidez atribuídas até ao final de 2016, e cujo valor não seria superior a 857,80€, tiveram um aumento de 1,8 por cento. No entanto, este aumento nas pensões entre 264,32€ e 857,80€ resultou num acréscimo de apenas 4,76€. Quanto às pensões entre 857,80€ e 2573,40€, com um aumento que chegou a 1,3% conseguiu-se um crescimento mínimo de 15,44€. As pensões entre 2573,40€ e 5146,80€ também subiram (1,05%), consistindo esse aumento num mínimo de 33,45€ (dados Proteste para 2018).

Em suma, o acréscimo percentual configura um aumento irrisório precisamente onde esses aumentos são mais importantes e urgentes, ou seja, nas pensões mais baixas e nos sectores mais afetados pela pobreza, nomeadamente nas pensões de viuvez e no regime dos rurais. Também aqui, em particular com pessoas que não descontaram de forma tradicional para o regime, se faz sentir o flagelo da absoluta ausência do Estado.

Na terceira idade, é fundamental que o Estado contribua, em parceria com os privados e o terceiro sector, para o fortalecimento das redes de apoio aos idosos. Mas tal não será suficiente. O flagelo da dependência resulta da incapacidade de muitos dos nossos idosos que, após uma vida de trabalho, não conseguem reunir recursos financeiros que permitam uma alimentação saudável ou a compra de medicamentos. Por razões de solidariedade, de ética e de justiça social, é urgente confrontar a pobreza onde esta se faz sentir de forma mais atroz: nas pensões mais baixas dos mais idosos.

Eis o imperativo do PSD: as reformas estruturais que o partido pretende concretizar visam objetivos sociais muito concretos.

Como primeiro objetivo político e social, o PSD fará convergir as pensões mínimas com o salário mínimo nacional (SMN), implementada através da necessária equiparação entre o Indexante aos Apoios Sociais (IAS) – que define o limiar da pobreza – e o SMN. Assim, o PSD assume como objetivo que as pensões dos pensionistas com mais de 35 anos de descontos sejam equiparadas ao Salário Mínimo Nacional.

No entanto, considerando que esta medida representa um acréscimo muito significativo na despesa pública através de uma transferência anual direta do Orçamento do Estado (OE) para o sistema da Segurança Social, dois critérios presidirão ao aumento gradual das pensões mínimas: em primeiro lugar, uma correspondente diminuição da despesa pública em outras áreas do OE; em segundo lugar, que os primeiros beneficiados sejam sempre as reformas mínimas e que, simultaneamente, correspondam aos pensionistas mais idosos e com menos recursos.

Considerando a dimensão da operação e a impossibilidade de se implementarem as reformas no estado necessárias para fazer cumprir os dois critérios acima estabelecidos no imediato, a convergência será gradual. No entanto, o PSD deverá assumir o compromisso de, a partir do dia zero, tomar um passo decisivo no cumprimento deste objetivo. Assim, a convergência imediata de todas as pensões mínimas com o IAS (435,76€) através do Complemento Social de Idosos (CSI) fará parte do primeiro pacote de medidas de um futuro governo PSD.
Deste modo, o PSD reforçará os pilares da Segurança Social, garantirá o cumprimento dos seus objetivos prioritários e promoverá a melhoria das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da equidade e da eficácia do sistema.

Recusamos deixar para trás, entregues à sua sorte, os mais desfavorecidos e desprotegidos

Uma justiça democrática, uma justiça digna

Um Estado que falha na justiça que administra é um Estado fraco, que aceita que a comunidade viva em desconfiança, que promove redes de desagregação social e despreza a ordem democrática.

O PSD propõe uma revolução democrática da justiça, uma transformação que capacite a justiça a lidar com os tempos de acelerada transformação social, económica e política, tornando-a num instrumento adequado para responder aos anseios dos portugueses.

Um desafio desta envergadura não se basta com reformas de códigos, criação de novos regimes substantivos ou a enumeração de medidas avulsas. Já muitos o fizeram. Com efeito, falta a vontade de mudar. Necessitamos de outra cultura jurídica e judiciária que, ante os desafios da luta contra a corrupção, do controlo da legalidade e da proteção dos mais vulneráveis, garanta que o direito e os tribunais sejam parte da solução, e não do problema.

Urge, pois, proceder a uma revolução democrática da justiça, traduzida em três eixos.

Primeiro, a responsabilidade. Um sistema de justiça que possa refletir e responder às necessidades dos cidadãos e às empresas passa por desformalizar o direito, desburocratizar os tribunais e responsabilizar os agentes da justiça pela obtenção de soluções materiais e substanciais. Para isso, será necessário orientar o direito para a justiça material e não para a justiça formal. Por conseguinte, torna-se necessário repensar o ensino e a investigação do direito e a seleção e formação dos magistrados e demais agentes da justiça.

Segundo, a igualdade. Uma justiça equitativa que não distinga ninguém em função da sua capacidade económica ou prestígio político e social obriga-nos a pôr fim à duplicidade da justiça para pobres e justiça para ricos, a descomplicar e reduzir a multiplicação dos regimes processuais e a quebrar a dicotomia de uma justiça fraca com os fortes e forte com os fracos. Por isso, investiremos na justiça, fornecendo-lhe meios e recursos, incluindo assessores para os magistrados, plataformas tecnológicas smart, etc. Eis o primeiro passo para combater a duplicidade de soluções que o sistema oferece.

Terceiro, a democraticidade. Pretendemos uma justiça democrática que serve o Estado de direito como pilar basilar na construção de uma sociedade mais e inclusiva. Isto significa terminar com a opacidade reinante na elaboração de leis e na administração da justiça. Daí a urgência de impedir o outsourcing legislativo, regulamentando e limitando o lobbying, implementando a pegada legislativa de todos os diplomas legais e regulamentares, implementando mecanismos de accountability democrática.

É imperativo impor a utilização de linguagem clara e acessível nas comunicações com os cidadãos e as empresas.

Para que possamos levar a cabo este desafio da revolução democrática da justiça, teremos de abrir, sem complexos, o debate sobre uma futura revisão constitucional, para que possamos discutir a fusão da jurisdição comum com a jurisdição administrativa, com a consequente reforma e especialização interna dos tribunais (como pediram os agentes da justiça no recente Pacto para a Justiça);

Também pretendemos introduzir o recurso de amparo a fim de garantir que o Tribunal Constitucional passe de mero "tribunal de normas" para um verdadeiro "tribunal dos direitos", sinalizando reflexamente a todo o sistema judiciário que violações graves dos direitos fundamentais devem ser rápida e veementemente sancionadas.

Não menos importante, insistimos na necessidade de reformar o sistema de nomeação do Procurador-Geral da República, garantindo a transparência da escolha e a real independência deste órgão face ao poder político (impondo a regra de um concurso público e transparente, gerido por uma comissão de três ou cinco individualidades de elevado prestígio nacional, nomeada pelo Presidente da República). Acrescenta-se que defendemos um mandato único de dez anos para o Procurador-Geral da República.

Promoveremos ainda a reforma do sistema de governo da justiça (Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público), através de mecanismos de accountability e democraticidade das magistraturas.

Queremos eliminar a proibição de tribunais com competências exclusivas para certos crimes, o que permitirá a criação de tribunais exclusivos para o julgamento de crimes de corrupção, como tem sido repetidamente pedido pelo GRECO ("Group of States Against Corruption", estabelecido sob a égide do Conselho da Europa).

Sabemos que a luta contra a corrupção não é um fator mobilizador do poder político nem tem sido levada a sério por este. Por isso, propomos a adoção imediata do compromisso por uma Estratégia Nacional contra a Corrupção, aderindo à luta da Transparência e Integridade que se prepara para apresentar uma petição nesse sentido na Assembleia da República.

O PSD reafirma o seu compromisso com a implementação da última reforma do Mapa Judiciário de modo a acentuar a concentração e racionalização das comarcas e a alocação flexível de recursos, tirando partido da acentuada melhoria nas vias de comunicação e meios telemáticos de transmissão de voz e dados.

Urge adaptá-lo à realidade de ordenamento subjacente, assumindo a necessidade de, tendencialmente, se adaptar aos três tipos de território e ordenamento que encontramos no "Portugal Judiciário", a saber: áreas metropolitanas de Lisboa e Porto; Litoral e Interior urbano; Interior Rural.

Por outro lado, defendemos a redução dos tribunais especializados, apostando mais na especialização dos juízes, mais do que na especialização dos tribunais, provendo os lugares nas comarcas e secções especializadas apenas com magistrados judiciais especializados, certificados como especialistas nas matérias em causa ou que hajam tido aproveitamento em cursos específicos de especialização sob a égide do Centro de Estudos Judiciários.

Queremos intervir na Estrutura e Direção, integrar os tribunais administrativos e fiscais nos tribunais comuns de forma progressiva e sem perder a especialização dos respetivos recursos, começando-se por fazer transitar o STA para uma secção especializada do STJ. Defendemos a nomeação do Presidente do STJ pelo Presidente da República e a existência de um só

Conselho Superior Judiciário unificando os atuais Conselhos Superiores de Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Conselho Superior dos Oficiais de Justiça e Conselho Superior da Ordem dos Advogados.
O PSD está ciente da necessidade de intervir na transparência da Justiça através da Intranet, introduzindo uma plataforma de divulgação pública de informação com respeito a cada comarca e respetivas secções, sobre o volume e tipo de litígios a tramitar em cada secção e distribuídos a cada juiz (processos entrados e findos, processos sem movimento, "timeframes" ultrapassados, bem como conformidade com KPIs relativamente a cada magistrado).
Através da Extranet, queremos dotar o sistema de um Plano de Transparência Judicial à semelhança do que foi feito em Espanha (Lei 15/2003 de 26 de Maio) e publicitar uma lista de processos com mais de três anos.

Outras medidas:
- Adotar o sistema de "whistleblowing" que possibilite às partes poderem queixar-se diante do juiz presidente dos atrasos de um determinado processo, salvaguardando a proteção do interessado perante o juiz do processo.
- Publicitar as estatísticas tornando públicas anualmente com relação a cada comarca, incluindo processos entrados e findos por juiz, recursos interpostos e com vencimento ou decaimento, de molde a assegurar uma monitorização pelo público do desempenho dos tribunais.



Uma política cultural nova

O PSD tem como desígnio fundamental a construção de uma sociedade desenvolvida, com elevados padrões de qualidade de vida onde seja exercida de forma livre, exigente e responsável. O PSD defende que só cidadãos cultos, possuidores de conhecimento crítico quanto à realidade e ao mundo que os rodeia, e conscientes da sua história nacional, serão capazes de exercer, plenamente, os seus direitos Em consequência, o PSD assume a aposta estratégica numa política que tenha como desígnio combater os atrasos estruturais do nosso país e promover a fruição cultural dos cidadãos.

Defendemos que a Cultura e a Arte devem ir ao encontro das pessoas, no sentido de mudar e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, bem como desenvolver o espírito crítico e a cidadania. Este desígnio consubstancia-se na promoção do acesso generalizado aos bens e atividades culturais.

Uma democratização que se constrói com o aumento e a descentralização da oferta, com a ampliação do número e do alargamento do perfil social dos diferentes públicos. E uma intervenção do poder político que suporte uma crescente visibilidade, ancorada em estratégias de alargamento e de criação de novos públicos para a cultura.

A Cultura nunca será vista pelo PSD como um nicho destinado a elites ou clientelas, mas sim como um verdadeiro instrumento de desenvolvimento, e coesão social.

Não pretendemos instituir hábitos preferenciais ou determinar gostos, nem utilizar a cultura para fazer propaganda. A cultura deve igualmente ser uma aposta económica. Segundo dados do Eurostat, em 2005, na UE-27, o número de empregados no sector cultural era de cerca de 4,9 milhões de pessoas e representava 2,4% do total do emprego. Estes dados revelam ainda que, na União Europeia, 29% das pessoas que trabalham na área da cultura são trabalhadores independentes, em comparação com 14% no total da população ativa. Os estudos também demonstram que o peso económico e potencial dos sectores cultural e criativo são consideráveis.

Em 2003, o volume de negócios dos sectores culturais e criativos na Europa ascendeu a 654.288 milhões de euros. Outro estudo revela ainda que o sector cultural contribuiu com cerca de 2,6% para o PIB europeu em 2003, demonstrando assim, um crescimento maior que o valor médio registado pela economia entre 1999 e 2003.

A importância relativa dos sectores cultural e criativo torna-se mais evidente quando o seu contributo para o PIB europeu é comparado com o de outras indústrias. Por exemplo, um dos sectores essenciais da economia europeia, nos últimos anos, respondeu por 2,1% do PIB da Europa - um valor que inferior ao da contribuição do seu sector cultural e criativo.

O contributo económico dos sectores cultural e criativo na Europa é também superior ao do sector de alimentos, bebidas e tabaco (1,9%), indústria têxtil (0,5%) e produtos químicos, borracha

e produtos plásticos (2,3%). Enquanto o crescimento nominal da economia europeia foi de 17,5%, o crescimento dos sectores cultural e criativo foi de 19,7%.
A Nova Agenda para a Cultura (2018) revela que o emprego no sector da cultura na UE aumentou entre 2011 e 2016, altura em que alcançou 8,4 milhões. Estima-se que o sector cultural e criativo contribua com 4.2 % para o produto interno bruto da UE em 2022.

O PSD propõe uma nova política cultural assente nos seguintes eixos:
a) proteção e valorização do património histórico e cultural;
b) apoio à criação artística e promoção da difusão cultural;
c) promoção internacional da cultura e da língua portuguesa.

No tocante à proteção e valorização do património histórico e cultural, o PSD mantém que a principal ação esperada do poder político é a defesa da soberania nacional. Esta defesa, nos tempos atuais, não se faz apenas no âmbito militar ou diplomático. Vivemos tempos de soberanias mais difusas e interligadas e, por isso, a soberania joga-se, igualmente, na esfera económica. Mas, também, no âmbito cultural.
A defesa do património cultural português, enquanto acervo constituído pelos nossos bens históricos materiais e imateriais, que são testemunhos da nossa história e portadores do nosso inestimável contributo para a civilização, deve ser objeto de especial proteção e valorização. O conhecimento, o estudo, a proteção, a valorização e a divulgação do património cultural constituem um dever indeclinável do Estado.
Somos uma comunidade nacional. É nossa obrigação saber transmitir uma herança nacional, cuja continuidade e enriquecimento unirá as futuras gerações ao nosso percurso histórico.
No tocante ao apoio à criação artística e à promoção da difusão cultural, a ação política do Governo deve privilegiar a criação das condições que permitam ao cidadão conhecer, e fruir as mais diversas formas de expressão artística e cultural, independentemente da região do país onde resida.
Importa, por isso, reconhecer que os modelos adotados, até ao presente, não se têm revelado adequados ao desenvolvimento de estratégias de longo prazo nos domínios das políticas culturais.
Os modelos que regulam a atribuição dos apoios públicos caracterizam-se pela incerteza, falta de clareza e de objetividade das decisões que fundamentam e condicionam a atribuição dos apoios públicos à criação e produção artística. Esta realidade dificulta o planeamento, a organização e a gestão das entidades/estruturas de criação e produção artística que necessitam do investimento do Estado para a concretização de estratégias duradouras e desenvolvimento de projetos sólidos e bem alicerçados que, em regra, só produzem os efeitos desejados a longo prazo.
O Estado deve, pois, estabelecer um ordenamento jurídico que permita a estabilidade necessária, com o maior grau de clareza possível e cuja aplicação seja facilmente interpretada e compreendida pelos agentes dos sectores em causa.
No tocante à promoção internacional da cultura e da língua portuguesa, o PSD mantém que o Estado português não pode prescindir das suas atribuições inerentes à internacionalização, valorização da criação e produção artística e cultural nacional.
No entanto a integração do Instituto Camões no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) revelou-se ineficaz e insatisfatória no cumprimento de atribuições inerentes à internacionalização,

valorização da criação e produção artística e cultural nacional. Esta insuficiência resulta, em grande parte, do desconhecimento da realidade e da falta de recursos humanos especializados nos sectores cultural e artístico. A política cultural, em geral, não é uma prioridade nem está no centro das atribuições e competências do MNE. Por outro lado, a estratégia de defesa e de internacionalização da Língua Portuguesa é hoje praticamente invisível.
Esta estratégia terá de ser redefinida ouvindo os agentes culturais, os artistas portugueses, os académicos especializados na língua e na cultura portuguesa, as universidades, e as associações de portugueses residentes no estrangeiro.

O PSD irá, portanto, reorientar a missão do Instituto Camões em torno da promoção e valorização da Língua e da Cultura portuguesas no mundo e reorganizar a sua estrutura e funcionamento de modo a transformar este Instituto um instrumento da ação política ao nível do Instituto Goethe, da Alliance Française, do British Council, ou do Instituto Cervantes. O PSD retirará o Instituto Camões da tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocando-o na dependência do Ministério da Cultura.

No tocante ao novo serviço público de televisão e de rádio, o PSD defende a existência de um genuíno serviço público que, em primeiro lugar, preserve e valorize o arquivo audiovisual da rádio e da televisão portuguesas e a divulgação desse insubstituível património cultural. Mas este novo serviço público deverá igualmente focar-se numa programação que o mercado privado das televisões generalistas, do cabo e do streaming não disponibiliza, para que o público possa conhecer e fruir as mais diversas formas de expressão artística e cultural.

A programação pública tem, pois, de ser uma programação cultural subsidiária da que o mercado privado audiovisual não oferece ou não está em condições de oferecer. O teatro lírico e a ópera, o bailado, a música sinfónica, o teatro de autores clássicos, os filmes portugueses e independentes, a animação de jovens criadores, séries históricas, documentários, programas de divulgação e de conhecimento, programas que envolvam a diáspora e o desporto olímpico, são do interesse público e devem balizar o novo serviço público financiado pelos impostos dos portugueses.

Este serviço público deverá possuir um canal radiofónico e televisivo de cariz internacional como veículo de expressão internacional audiovisual portuguesa suportado por um bom serviço de informação, independente e credível. Será diretamente suportado pelo Orçamento do Estado, eliminando a taxa de audiovisuais que os portugueses suportam nas suas facturas de eletricidade.

O PSD irá manter a RTP doravante reorientada para este novo serviço público: com apenas um canal generalista e um canal informativo português internacional. Por forma a recentrar a RTP na sua missão, o PSD alienará um dos canais televisivos atualmente cometidos à RTP. O mesmo será feito com a RDP, libertando a frequência da Antena 3 para outros fins.

PSD: o próximo ciclo eleitoral

Para melhorar a qualidade da nossa democracia, urge repor equilíbrio na vida política portuguesa, largamente dominada pelo Partido Socialista, cuja hegemonia institucional terá, a breve prazo, de ser revertida. Ao longo dos próximos dois anos, o PSD terá, de voltar a apresentar aos portugueses rostos e propostas credíveis de forma a reconquistar a confiança dos eleitores.

TRÊS DESAFIOS ELEITORAIS BALIZAM A ESTRATÉGIA DO PSD:

As primeiras eleições do novo ciclo político-eleitoral ocorrerão na Região Autónoma dos Açores. Se é verdade que este sufrágio é, fundamentalmente, da responsabilidade do PSD/A, é igualmente verdade que o PSD nacional, solidário com os companheiros açorianos, deve disponibilizar os seus recursos de forma a assegurar uma mudança de poder na Região Autónoma. O bom exemplo da Madeira, tem que chegar aos Açores.

Vinte anos de gestão socialista nos Açores saldam-se por uma política clientelar que travou as potencialidades da região. A fim de dar um novo impulso de desenvolvimento aos Açores, torna-se indispensável garantir a vitória da alternativa social-democrata do PSD/A. Cabe, pois, ao Presidente do PSD desempenhar um papel primordial para garantir as condições propícias ao triunfo do PSD nos Açores.

As eleições presidenciais são de natureza unipessoal, exigindo uma vontade individual dos candidatos. Em consequência, o PSD, tomará a decisão de apoiar um candidato presidencial após a apresentação das candidaturas. Contudo, não deixa de ser expectável que o atual Presidente da República, opte por anunciar a sua intenção de concorrer a um segundo mandato. Se essa intenção se concretizar, a opção natural do PSD será de apoiar a recandidatura de Marcelo Rebelo de Sousa.

Esse apoio será concedido no pressuposto de que o Presidente da República, no cumprimento dos seus poderes e obrigações constitucionais, seja uma força de moderação na vida política nacional e dê um contributo decisivo para retirar o país do impasse. Não pretendemos um chefe do Estado partidarizado, mas insistimos na necessidade de existir um Presidente equidistante que possa ser o fiel depositário do interesse nacional e das aspirações de todos os portugueses.

Em contraste com o sufrágio presidencial, as eleições locais são um teste real à capacidade de mobilização do partido. O PSD tem uma longa tradição de compromisso com o poder local,



através do qual os nossos militantes e simpatizantes trabalham em prol do bem-estar das suas terras. Aliás, o PSD foi, durante largos anos, o maior partido autárquico.

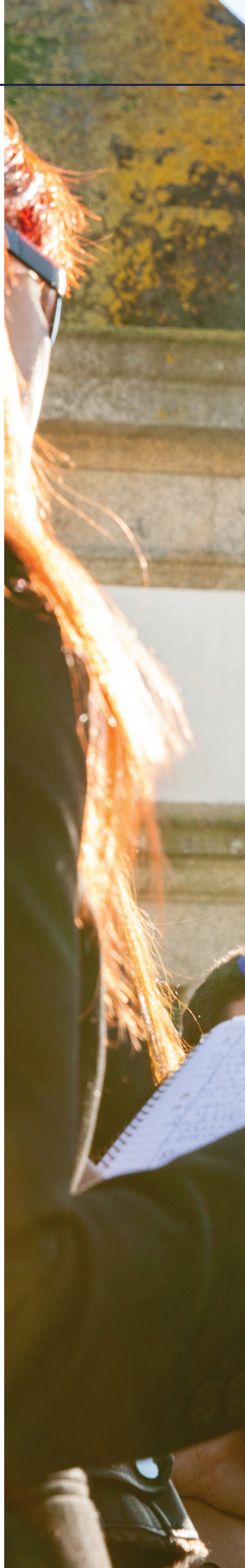
Várias razões explicam os nossos recentes insucessos ao nível local. Sabemos que o Governo PSD/CDS se viu obrigado a tomar medidas de interesse nacional que nem sempre obtiverem o apoio inequívoco da população.

Contudo, outras razões, igualmente ponderosas, devem ser identificadas.

Primeira, a desunião do PSD contribuiu, em muitas localidades, para as nossas derrotas. Em resultado das divisões internas, listas de independentes, compostas principalmente de militantes ou ex-militantes do PSD, entregaram o poder local aos nossos adversários. Urge gerir o processo de escolha de candidatos de forma mais consensual, unindo sensibilidades e personalidades afetas ao partido. Imposições ou metodologias excessivamente centralizadas terão de ser abandonadas.

Segunda, o partido evidenciou algum conformismo, escolhendo candidatos que não eram reconhecidos pelas populações. Nem sempre escolhemos os melhores. Daí que o PSD terá de fazer um esforço significativo para apresentar candidatos prestigiados, enraizados nas realidades das suas terras.

Temos de ser o partido da renovação, que apresenta mulheres e homens novos, qualificados, dedicados à causa pública e ao bem-estar das localidades onde residem.



Por isso, comprometemo-nos a escolher candidatos que pretendam dar de si às suas terras. Incluindo candidatos que, nestas eleições, terão a primeira oportunidade de entrar na atividade política. As próximas eleições autárquicas servem, pois, para que o PSD apresente ao país uma nova geração de autarcas que representa o futuro do PSD e de Portugal.

Temos, todas as condições para que possamos voltar a ser o partido mais votado ao nível local e de retomar a liderança da Associação Nacional de Municípios.

São estas as metas que devem pautar a ação do PSD e da sua liderança nacional. Dir-se-á que o cumprimento cabal destes objetivos configura um imperativo nacional. Porque, desde logo, a vitória do PSD servirá para repor equilíbrio no sistema político português, também porque a reconquista do poder governamental passa por uma mobilização e uma dinâmica vencedora nas eleições autárquicas. Cabe, pois, ao Presidente do PSD, e à CPN, unir o partido, e valorizar os militantes, para cumprir estas metas.



Sem ambiguidades, um PSD reformista

A social-democracia portuguesa afirmou-se na defensa das liberdades e do personalismo face ao socialismo estatizante do PS e às tentações totalitárias do PCP e da esquerda revolucionária. Pragmático, despido de cegueiras ideológicas, focado nos problemas reais da nossa sociedade, o PSD, o grande partido do centro-direita, procurou sempre ser o fiel representante dos interesses políticos, económicos e sociais da sociedade portuguesa como um todo. Partido genuinamente popular e interclassista, o PSD, ao longo das décadas, construiu um património ideológico tão rico quanto plural. No futuro, tal como no passado, o PSD apresentar-se-á aos portugueses como o agente da mudança e das reformas, determinado a quebrar os bloqueios gerados pelo situacionismo.

A história da nossa democracia comprova que o PSD é o único partido capaz de representar a alternativa que se tornou imperiosa para Portugal.

Apenas o poderá fazer diferenciando-se do PS, e nunca esbatendo as profundas diferenças que separam os dois partidos. Qualquer ilusão de que as reformas estruturais necessárias poderão ser feitas em parceria com o PS deverá ser cabalmente rejeitada. O socialismo em Portugal transformou-se numa perigosa ilusão que, pela debilidade económica e a oligarquia de interesses que corporiza, se torna perniciosa para a democracia. Uma sociedade comandada pelo Estado significa que as pessoas são comandadas pela elite em posse do Estado. Eis o caminho para a erosão da liberdade, uma liberdade preterida em nome de interesses, slogans e propaganda.

Atendendo à tradição reformista do PSD, à sua vocação de partido de governo, bem como à sua abrangência no campo ideológico, apenas o PSD poderá liderar a alternativa não-socialista necessária para Portugal.

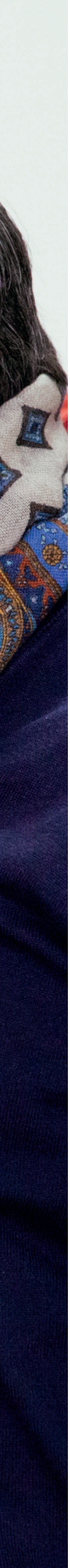
Devemos assumir com orgulho os valores fundamentais do PSD e congregar os sectores mais dinâmicos da nossa sociedade a fim de pôr fim ao ciclo político dominado pelo PS, no mais curto prazo possível.

O PSD assume que o Estado não pode continuar a ser um monstro burocrático que é demasiado poderoso.

O PSD assume que o motor da economia são as pessoas que, em liberdade, perseguindo os seus objetivos individuais, geram a riqueza do país.
O PSD assume que o caminho da felicidade reside no trabalho, no engenho e na perseverança das pessoas.
Em suma, o PSD assume com verdade e frontalidade que um futuro de bem-estar e prosperidade apenas será possível se mudarmos de paradigma, se cortarmos com o socialismo estatista.
O PSD demonstrou coragem política ao romper com os impasses dos últimos quarenta anos.

Hoje os militantes do PSD são, novamente, forçados a responder ao chamamento da história: há um impasse para romper e um país para resgatar.


MBEIROS
Joaquim Branco
soloio



Um Partido de Militância e de Militantes

O PSD é um partido de militância. Foi do esforço dos militantes do PSD, a sua capacidade de acreditarem no nosso partido e nas nossas ideias para Portugal, que nasceram as grandes vitórias do passado.

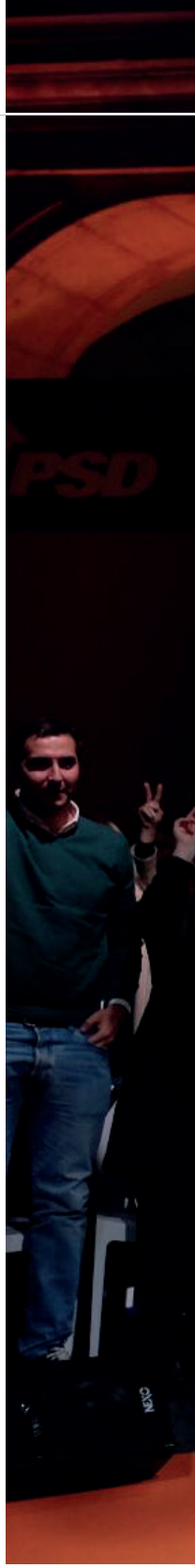
Os militantes são a verdadeira força do PSD. Ao invés de tentar harmonizar as ideias dos militantes numa pretensa pureza ideológica, devemos assumir que é precisamente da riqueza ideológica, do pluralismo interno e da dinâmica que nasce das bases que permite ao PSD representar os diferentes sectores da nossa sociedade.

O PSD deverá, por isso, apostar no seu maior recurso: os seus militantes. Ao contrário de lideranças que parecem não gostar da militância ativa, do esforço diário que milhares de social-democratas dedicam ao partido, o PSD tem de valorizar os seus militantes. Deverá ser capaz de oferecer formação política, informação atualizada, um contacto permanente assente no respeito mútuo, sem qualquer arrogância providencial imposta pelas cúpulas dirigentes do partido, e sempre, mas sempre mesmo, baseado na cultura de proximidade que é uma característica tão própria do PSD, quiçá única em Portugal.

Não pode o PSD apresentar-se aos portugueses como um verdadeiro partido interclassista e depois, dentro de casa, não respeitar esse mesmo interclassismo.

O PSD deve ser sempre um partido das bases e para as bases.

O PSD deverá confiar em si mesmo, nas suas estruturas, ouvir os seus militantes e responsabilizar todos pelas suas decisões. Neste sentido, torna-se importante uma recusa muito clara de primárias abertas a não-militantes. O militante do PSD não merece que o seu voto seja equiparado ao do simpatizante que, em querendo participar na vida interna do partido, é absolutamente livre – e bem-vindo – de se inscrever nas nossas fileiras.



Todavia, devemos recuperar a importância deliberativa que nos últimos tempos foram perdendo na vida interna do partido. Considerando o grande dinamismo demonstrado pelo PSD ao longo das décadas, e a robustez da sua militância, é desejável que as eleições diretas do Presidente do PSD decorram durante a realização do Congresso Nacional. Espera-se, desta forma, recuperar a relevância política do Congresso na definição e debate da estratégia do partido.

Também se pretende recuperar o papel cimeiro do Congresso Nacional no centro da decisão política e retomar o mediatismo que, durante tantos anos, acompanhou os congressos do PSD.

Assim, propõe-se que as eleições diretas para eleger o Presidente decorram no terceiro e último dia do Congresso eletivo. A votação far-se-á nas diversas sedes partidárias de secção (para quem não esteja presente no congresso) simultaneamente com a eleição dos órgãos nacionais, sendo esta escolha feita no Congresso, e apenas pelos Delegados. A tomada de posse, no caso de decisão a uma volta, será feita depois de contados todos os votos no início da noite de domingo. Na eventualidade de ser necessário proceder a uma segunda volta, os órgãos nacionais tomam posse no Congresso, ficando a tomada de posse do Presidente do PSD para a semana seguinte, após a segunda volta, na sede nacional.

Em segundo lugar, para fomentar a democraticidade e o pluralismo dentro das nossas paredes, é forçoso que se assuma que os órgãos do partido reúnem com a periodicidade estatutariamente estabelecida e a necessária rotatividade geográfica. A título de exemplo, não é desejável que o Conselho Nacional apenas reúna para avaliar resultados eleitorais mais de um mês após o ato eleitoral.

Em terceiro lugar, o PSD deverá assumir como inegociável o princípio do voto secreto aquando de candidaturas ou de avaliações políticas que tenham consequências ou leituras eleitorais diretamente imputáveis a candidaturas ou direções políticas em funções. O voto secreto é um princípio basilar da democracia representativa e não pode, por maior ou menor conveniência conjuntural, ser desrespeitado. O PSD é o primeiro defensor da democracia e das boas práticas democráticas.

Em quarto lugar, tornou-se urgente clarificar a relação entre a os órgãos nacionais do partido e as estruturas locais e distritais. A clarificação passa por uma clara de definição de competências quanto à escolha de candidatos aos vários atos eleitorais. A clarificação, que peca por tardia, acarreta varias vantagens para a democraticidade do partido. Desde logo, convém tornar o processo de escolha transparente, ou seja, mais democrático. Por outro lado, a clarificação permitirá às estruturas locais terem maior capacidade de formar quadros e de prepará-los para os desafios eleitorais. Por último, traz a vantagem de descentralizar escolhas que, por vezes, estão apenas dependentes da equidade e do bom-senso do presidente do partido e da sua



equipa. A democraticidade do PSD, e a sua ligação às realidades locais, passa por uma reforma desta natureza, a ser debatida no próximo Congresso.

Queremos um PSD plural, audaz e inovador, que una e não divida.
Queremos um PSD à PSD, um partido livre, verdadeiramente livre – e que liberte.
Queremos um PSD que esteja à altura da nossa história e que consiga lutar, hoje, pelo amanhã que Portugal merece.
Queremos um PSD que tenha um futuro que diga presente.

www.pintoluz.pt